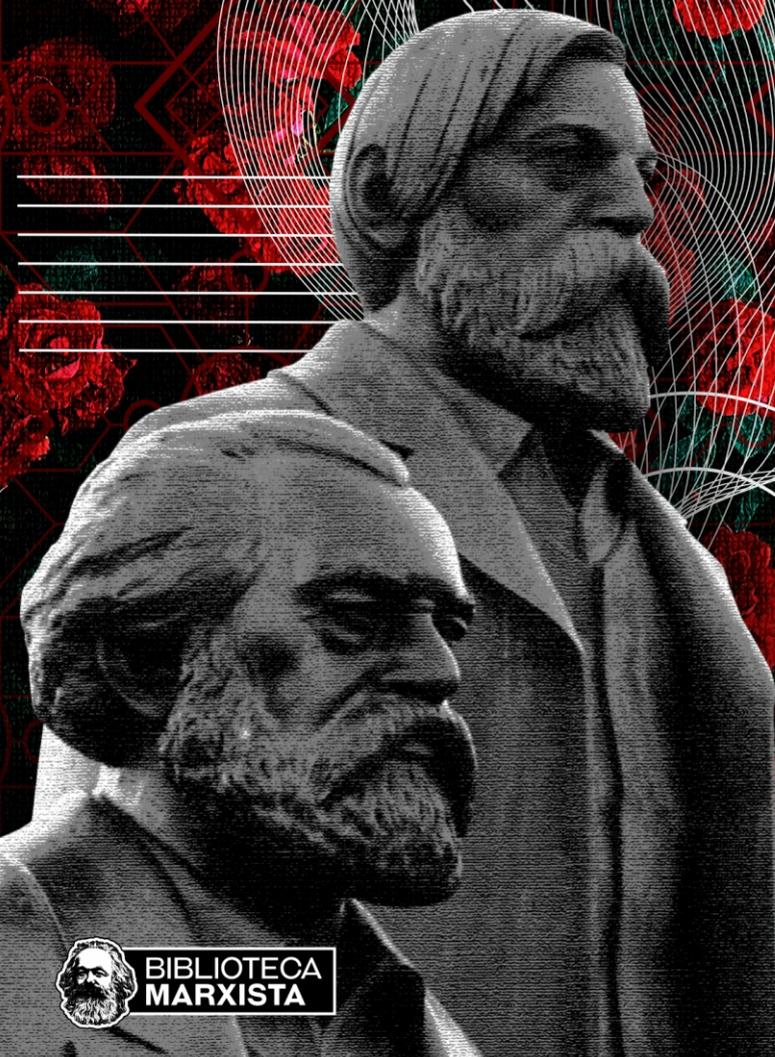


MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

KARL MARX · FRIEDRICH ENGELS



BIBLIOTECA
MARXISTA



adandê



SÉRIE BIBLIOTECA MARXISTA

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

KARL MARX • FRIEDRICH ENGELS





SÉRIE BIBLIOTECA MARXISTA

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

KARL MARX • FRIEDRICH ENGELS



Copyright 2024 © *Todos os direitos para todos*

Organização, adaptação, tradução e revisão:

Editorial Adandé

Projeto gráfico, capa e diagramação:

Gato Preto CC

Impressão e acabamento:

Cooperativa de Artes Gráficas Uhuru

Este livro é uma iniciativa militante e autogestionária, produzido pelo Editorial Adandé com o objetivo de colaborar para a formação teórica de lutadores e lutadoras do povo e com a difusão do pensamento socialista e revolucionário. O compartilhamento ou a reprodução total ou parcial desta obra é permitida e incentivada para fins não-comerciais e desde que citados os autores.

Original, fevereiro de 1848.

1ª edição, maio de 2023.

2ª impressão, abril de 2024.

Editorial Adandé – Casa da Resistência

Rua César Martins da Silva, 35, Centro.

CEP 44001-508 – Feira de Santana, Bahia.

editorialadande.com

[instagram.com/editorialadande](https://www.instagram.com/editorialadande)

[facebook.com/editorialadande](https://www.facebook.com/editorialadande)

twitter.com/editorialadande



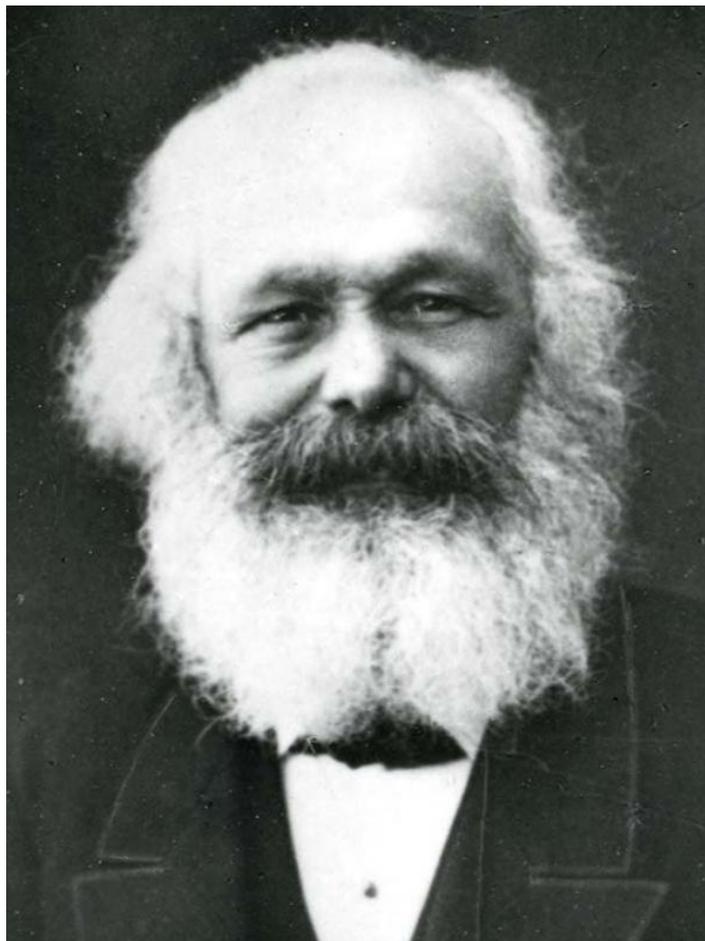
SÉRIE BIBLIOTECA MARXISTA

A série Biblioteca Marxista é uma seleção de obras fundamentais e textos clássicos de Karl Marx, Friedrich Engels e outros autores que atravessam a formação do pensamento marxista em cuidadosas edições, com o objetivo de fomentar a formação militante e a ação revolucionária. Entendendo o marxismo como uma *teoria da rebelião*, formada por um conjunto de ferramentas conceituais que devem necessariamente servir à prática política, como aporte fundamental ao processo de *libertação dos povos e construção do socialismo*.

A *concepção materialista da história* e o *método dialético* alicerçam a grandiosa obra teórica de Marx e Engels como uma *filosofia da práxis* e uma *ética comunista* que nos permite apreender a totalidade social e as contradições do desenvolvimento humano, para atuar sobre a realidade concreta na direção da revolução social e da superação do modo de produção capitalista.

A luta de classes, o trabalho, a ideologia, a alienação, a mercadoria, o valor, a mais-valia e outros conceitos básicos da teoria marxista são instrumentos teóricos que operam no sentido de dissecar as diversas dimensões da civilização capitalista e cuja atualidade serve à compreensão da nossa realidade, exigindo ao mesmo tempo, um acionar político comprometido com a *emancipação humana*, a construção da *revolução socialista* e do *poder proletário*.





Karl Heinrich Marx

5 de maio de 1818 — 14 de março de 1883



Friedrich Engels

28 de novembro de 1820 — 5 de agosto de 1895

ÍNDICE

Breve biografia de Karl Marx	10
---	----

Friedrich Engels

Prefácios de Marx e Engels

<i>Prefácio à edição alemã de 1872</i>	23
--	----

<i>Prefácio à edição russa de 1882</i>	25
--	----

<i>Prefácio à edição alemã de 1883</i>	27
--	----

<i>Prefácio à edição inglesa de 1888</i>	28
--	----

<i>Prefácio à edição alemã de 1890</i>	34
--	----

<i>Prefácio à edição polonesa de 1892</i>	38
---	----

<i>Prefácio à edição italiana de 1893</i>	40
---	----

Manifesto do Partido Comunista.....

Karl Marx e Friedrich Engels

I – Burgueses e proletários.....	44
----------------------------------	----

II – Proletários e comunistas.....	58
------------------------------------	----

III – Literatura socialista e comunista.....	68
--	----

IV – Posição dos comunistas diante dos diversos partidos de oposição.....	79
--	----

Anexos

Princípios do Comunismo	81
--------------------------------------	----

Friedrich Engels

Estatutos da Liga dos Comunistas	103
---	-----

Friedrich Engels e Karl Shapper

Reivindicações do partido comunista na Alemanha	109
--	-----

Karl Marx e Friedrich Engels

Mensagem do Comitê Central à Liga	112
--	-----

Karl Marx e Friedrich Engels

Para a História da Liga dos Comunistas	125
---	-----

Friedrich Engels



Capa da primeira edição do *Manifest der Kommunistischen Partei*, publicado em Londres em 21 de fevereiro de 1848 pela *Bildungs Gesellschaft für Arbeiter* (Sociedade Educativa para Trabalhadores).

BREVE BIOGRAFIA DE KARL MARX

*Friedrich Engels**

Karl Marx, o homem que deu pela primeira vez uma base científica ao socialismo, e, portanto, a todo o movimento operário de nossos dias, nasceu em Tréveris, em 1818. Começou estudar ciências jurídicas em Bonn e Berlim, mas logo se entregou exclusivamente ao estudo da história e da filosofia e se preparava para concorrer, em 1842, a uma cátedra de filosofia quando o movimento político ocorrido após a morte de Frederico Guilherme III orientou a sua vida para outro caminho. Os caudilhos da burguesia liberal renana – os Camphausen, Hansemann, etc. – haviam fundado em Colônia, com sua cooperação, a *Gazeta Renana* (Rheinische Zeitung); e no outono de 1842, Marx, cuja crítica dos debates do parlamento provincial renano tinha produzido enorme sensação, foi colocado à frente do periódico. A *Gazeta Renana* foi publicada naturalmente, sob censura, que entretanto era impotente diante dela**. O jornal deixava para o fim quase sempre os artigos que lhe interessava publicar: começava-se entregando ao censor coisas sem importância para que as vetasse, até que ou cedia por si mesmo ou se via obrigado a ceder sob a ameaça de que o jornal

* Texto que publicamos a título de introdução e escrito por Friedrich Engels [1820-1895] em junho de 1877, publicado originalmente em alemão no anuário *Volks-Kalender für das Jahr 1878*, com tradução a partir da versão do Instituto de Marxismo-Leninismo adjunto ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética – PCUS.

** O primeiro censor da *Gazeta Renana* foi o conselheiro de polícia Dolleschall, o mesmo que em certa ocasião vetara na *Kölnische Zeitung* (Gazeta de Colônia) um anúncio da tradução da *Divina Comédia* de Dante [Alighieri], por Philalethes (que mais tarde seria o rei João da Saxônia), com a observação: “Com as coisas divinas não se deve fazer comédias”. [Nota de Engels]

não sairia no dia seguinte. Com dez periódicos com a mesma valentia da *Gazeta Renana* e cujos editores houvessem gasto alguns centos mais de táleres em custos de composição, teria sido impossível a censura na Alemanha já em 1843. Mas os proprietários dos jornais alemães eram pequeno-burgueses mesquinhos e covardes, e a *Gazeta Renana* lutava sozinha. Consumia um censor após outro até que, por fim, foi submetida à dupla censura, devendo passar, depois da primeira, por nova e definitiva revisão do *Regierungspräsident**. Mas isto tampouco bastava e no início de 1843, o governo declarou que não era mais possível suportar este jornal e, sem mais explicações, proibiu-o a partir dessa data.

Marx, que se casara com a irmã de [Ferdinand Otto] von Westphalen, que mais tarde seria ministro da reação, mudou-se para Paris, onde editou com Arnold Ruge os *Anais Franco-Alemães*** , nos quais iniciou a série de seus escritos socialistas com a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Depois, em colaboração com Friedrich Engels, publicou *A Sagrada Família, ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*, crítica satírica de uma das últimas formas em que se havia extraviado o idealismo filosófico alemão da época.

O estudo da economia política e da história da grande Revolução Francesa deixava ainda tempo a Marx para atacar, de vez em quando, o governo prussiano; este se vingou conseguindo do ministério Guizot, na primavera de 1845 – e parece que o mediador foi o senhor Alexander von Humboldt – que ele fosse expulso da França. Marx transferiu sua residência para Bruxelas onde, em 1847, publicou em língua francesa *A Miséria da Filosofia*, crítica da *Filosofia da Miséria* de Proudhon, e, em 1848, seu *Discurso sobre o livre-câmbio*. Ao mesmo tempo teve oportunidade de fundar em Bruxelas uma associação de operários alemães, com o que

* Na Prússia, representante do poder central na província.

** *Deutsch-Französische Jahrbücher*, revista editada em alemão na França por Karl Marx e pelo radical burguês Arnold Ruge, cujo único número duplo circulou em fevereiro de 1844.

entrou no terreno da agitação política. Essa agitação adquiriu ainda maior importância para ele ao ingressar, em 1847, juntamente com seus aliados políticos, na Liga dos Comunistas – associação secreta, que tinha já vários anos de existência. Toda a estrutura dessa organização foi radicalmente transformada; o que havia sido, até então, uma sociedade mais ou menos conspirativa, converteu-se numa simples organização de propaganda comunista – secreta tão somente porque as circunstâncias assim o exigiam – e foi a primeira organização do Partido Social-Democrata alemão. A Liga existia onde quer que existissem associações de operários alemães; em quase todas essas associações, na Inglaterra, na Bélgica, na França, na Suíça e em numerosas associações da Alemanha, os membros dirigentes eram filiados à Liga, que tinha uma considerável participação no nascente movimento operário alemão. Além disso, a Liga foi a primeira a ressaltar, pondo-o em prática, o caráter internacional de todo o movimento operário; entre seus membros figuravam ingleses, belgas, húngaros, poloneses, etc., e organizava, principalmente em Londres, reuniões operárias de caráter internacional.

A transformação da Liga teve lugar em dois congressos realizados em 1847, o segundo dos quais aprovou a redação e publicação dos princípios do partido, através de um manifesto que devia ser redigido por Marx e Engels. Assim surgiu o *Manifesto Partido Comunista*, publicado pela primeira vez em 1848, pouco antes da Revolução de Fevereiro [na França] e que foi depois traduzido a quase todos os idiomas europeus.

A *Gazeta Alemã de Bruxelas* (Deutscher Brussler Zeitung), em que Marx colaborava e onde eram postas a nu, implacavelmente, as glórias policiais da pátria, levou novamente o governo prussiano a tudo fazer para conseguir a expulsão de Marx, mas em vão. Quando, porém, a Revolução de Fevereiro provocou também em Bruxelas movimentos populares e parecia ser iminente na Bélgica uma mudança radical, o governo belga deteve Marx sem contemplações e o expulsou do país. Entretanto, o governo provisório da

França, por mediação de [Ferdinand] Flocon, convidara-o a voltar a Paris, convite que foi aceito.

Em Paris, defrontou-se antes de tudo com o alarde criado entre os alemães ali residentes em torno do plano de organizar os operários alemães da França em legiões armadas para, com elas, introduzir na Alemanha a revolução e a república. De um lado, era a Alemanha que tinha de fazer por si mesma a revolução e, de outro, toda a legião revolucionária estrangeira que se formava na França nascia delatada pelos Lamartines do governo provisório ao governo que se queria derrubar, como ocorreu na Bélgica e em Baden.

Após a Revolução de Março [na Alemanha], Marx mudou-se para Colônia e aí fundou a *Nova Gazeta Renana* (Neue Rheinische Zeitung), que funcionou de 1º de junho de 1848 até 19 de maio de 1849. Foi o único periódico que defendeu, dentro do movimento democrático da época, a posição do proletariado, atitude que já tinha adotado, na verdade, ao abraçar sem reservas o partido dos insurretos parisienses de junho de 1848, o que lhe valeu a deserção de quase todos os acionistas. Em vão, a *Gazeta da Cruz* (Kreuzzeitung) assinalava a “insolência de Chimborazo” com que a *Nova Gazeta Renana* atacava tudo o que era sagrado, desde o rei e o regente do Império até os gendarmes, e isto numa fortaleza prussiana, que dispunha então de uma guarnição de 8 mil homens; em vão, clamava o coro de filisteus liberais renanos, novamente convertido em reação; em vão, o estado de sítio decretado em Colônia, no outono de 1848, suspendeu por muito tempo o periódico; em vão, o Ministério da Justiça do Império denunciava, de Frankfurt, ao censor de Colônia artigo após artigo a fim de que se instaurasse processo judicial; o jornal continuava a ser escrito e impresso tranquilamente, às vistas do corpo principal de guarda e sua difusão e sua notoriedade cresciam com a violência dos ataques do governo e da burguesia. Ao verificar-se, em novembro de 1848, o golpe de Estado da Prússia, a *Nova Gazeta Renana* incitava o povo, em suas primeiras páginas para que se negasse a pagar os impostos e respondesse à

violência com a violência. Levado ao tribunal, na primavera de 1849, por esse e por outro artigo, o jornal foi absolvido duas vezes. Finalmente, após o esmagamento das insurreições de maio de 1849, em Dresden e na província do Reno, e ao iniciar-se a campanha prussiana contra a insurreição de Baden-Palatinado, através da concentração e mobilização de grandes contingentes de tropas, o governo julgou-se bastante forte para suprimir pela força a *Nova Gazeta Renana*. O último número – impresso em vermelho – apareceu em 19 de maio.

Marx transferiu-se novamente para Paris, mas poucas semanas após a manifestação de 13 de junho de 1849, o governo francês colocou-o diante da alternativa de mudar sua residência para Bretanha ou sair da França. Preferiu a última solução e foi para Londres, onde permaneceu desde então ininterruptamente.

A tentativa de continuar publicando a *Nova Gazeta Renana* em forma de revista (em Hamburgo, em 1850) teve de ser abandonada algum tempo depois, em face da crescente violência da reação. Imediatamente depois do golpe de Estado de dezembro de 1851 na França, Marx publicou *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (Nova York, 1852, segunda edição em Hamburgo, 1869, pouco antes da guerra). Em 1853, escreveu as *Revelações sobre o processo dos comunistas em Colônia* (obra impressa primeiramente em Basiléia, mais tarde em Boston e reeditada recentemente em Leipzig).

Após a condenação dos membros da Liga dos Comunistas em Colônia, Marx retirou-se da agitação política e se consagrou, de um lado, pelo espaço de dez anos, a estudar a fundo os ricos tesouros encerrados na biblioteca do Museu Britânico em matéria de economia política e, de outro lado, a colaborar no *New York Tribune*, jornal que, até estourar a guerra norte-americana de secessão, não só publicou as correspondências assinadas por ele, mas também numerosos artigos editoriais sobre temas europeus e asiáticos saídos de sua pena. Seus ataques contra Lord Palmerston, baseados em minuciosos estudos de documentos oficiais in-

gleses, foram editados em Londres como folhetos de agitação.

Como primeiro fruto de seus longos anos de estudos econômicos apareceu em 1859 a *Contribuição à crítica da Economia Política*, cujo primeiro caderno se publicou em Berlim. Esta obra contém a primeira exposição sistemática da teoria do valor de Marx, incluindo a teoria do dinheiro. Durante a guerra italiana, Marx, através das colunas de *O Povo* (Das Volk), jornal alemão que se publicava em Londres [1959], combateu o bonapartismo, que então posava de liberal e libertador das nacionalidades reprimidas, e a política prussiana, da época que, sob o manto da neutralidade, procurava pescar em águas turvas. A esse propósito, foi obrigado a atacar também o senhor Karl Vogt, que fazia então agitação a favor da neutralidade e, mais ainda, denotava grande simpatia pela Alemanha, por incumbência do príncipe Napoleão [Plon-Plon] e a soldo de Luís Napoleão. Como Vogt lançasse contra ele as calúnias mais infames, evidentemente infundadas, Marx respondeu-lhe com o livro *Senhor Vogt* (Londres, 1860), onde desmascara Vogt e os demais senhores do bando bonapartista de pseudodemocratas, demonstrando com provas de caráter externo e interno que Vogt estava subornado pelo Império de Dezembro. Exatamente dez anos depois disso era confirmado: na lista das pessoas a soldo do bonapartismo, descoberta nas Tulherias em 1870 e publicada pelo governo de Setembro, aparecia na letra “V” a seguinte referência: “Vogt, foram-lhe entregues em agosto de 1859... 40.000 francos”.

Por fim, em 1867 apareceu em Hamburgo o primeiro tomo de *O Capital – Crítica da Economia Política*, a principal obra de Marx, em que são expostas as bases de suas ideias econômico-socialistas e os aspectos fundamentais de sua crítica da sociedade existente, do modo de produção capitalista e de suas consequências. A segunda edição dessa obra foi publicada em 1872 e o autor dedica-se atualmente à preparação do segundo tomo.

Entretanto, o movimento operário em diversos países da Europa voltara a fortalecer-se em tal medida que Marx pôde

pensar em pôr em prática um desejo há muito tempo acalentado: fundar uma associação operária que abrangesse os países mais adiantados da Europa e da América e que devia personificar, por assim dizer, o caráter internacional do movimento socialista, quer perante os próprios operários, quer perante os burgueses e os governos, para animar e fortalecer o proletariado e atemorizar seus inimigos. A oportunidade para expor a ideia, que foi acolhida com entusiasmo, surgiu em um comício popular realizado no Saint Martin's Hall de Londres, a 28 de setembro de 1864, a favor da Polônia, que voltava a ser esmagada pela Rússia. Fundava-se assim a Associação Internacional dos Trabalhadores [AIT]. Na assembleia foi eleito um Conselho Geral provisório sediado em Londres. A alma desse Conselho Geral, como dos que se seguiram até o Congresso de Haia, foi Marx. Ele redigiu quase todos os documentos lançados pelo Conselho Geral da Internacional, desde o Manifesto Inaugural de 1864, até a mensagem sobre a guerra civil na França em 1871. Pormenorizar a atuação de Marx na Internacional equivaleria a escrever a história dessa mesma associação que, de resto, vive na memória dos operários da Europa.

A queda da Comuna de Paris colocou a Internacional numa situação impossível. Viu-se empurrada para o primeiro plano da história europeia, num momento em que, por toda a parte, estava afastada a possibilidade de uma ação prática bem-sucedida. Os acontecimentos que a elevaram à sétima grande potência impediam-na, ao mesmo tempo, de mobilizar e pôr em ação as suas forças de combate, sob pena de levar a uma derrota infalível o movimento operário e de contê-lo por vários decênios. Além disso, lutavam em toda parte, para se colocarem nas primeiras filas, elementos que tentavam explorar, por razões de vaidade ou de ambição pessoal, a reputação da Associação, que tão subitamente crescera, sem compreenderem a verdadeira situação da Internacional ou se preocuparem com ela. Era necessário adotar uma decisão heroica e foi Marx, como sempre, quem a tomou e assegurou a sua vitória no Congresso de Haia. Numa decisão solene, a Internacional desvinculou-

se de qualquer responsabilidade pelas manobras dos bakuninistas, que eram o núcleo daqueles elementos insensatos e pouco honrados; em seguida, diante da impossibilidade de cumprir também, frente a reação geral, as exigências redobradas que lhe eram feitas e de manter de pé sua plena atividade, a não ser através de muitos sacrifícios, que necessariamente iriam sangrar o movimento operário, a Internacional retirou-se provisoriamente de cena, transferindo para a América do Norte o Conselho Geral. Os acontecimentos posteriores vieram comprovar o acerto dessa decisão, tantas vezes criticada na época e mesmo depois. Por um lado, foram cortadas pela raiz, e continuaram a ser cortadas no futuro, as possibilidades de organizar em nome da Internacional inúteis intentonas e, por outro lado, as constantes e estreitas relações entre os partidos operários socialistas dos diferentes países demonstravam que a consciência da identidade de interesses e da solidariedade do proletariado de todos os países, despertada pela Internacional, chega a impor-se mesmo sem o enlace de uma entidade internacional formal que, no momento, se convertera em um entrave.

Depois do Congresso de Haia, Marx voltou a encontrar, por fim, tempo e sossego para reiniciar seus trabalhos teóricos, e é de esperar-se que num espaço de tempo não muito longo possa entregar a publicação o segundo tomo de *O Capital*.

Entre as numerosas e importantes descobertas com que Marx inscreveu o seu nome na história da ciência, só duas queremos destacar aqui.

A primeira é a revolução que realizou em toda a concepção da história universal. Até aqui, toda concepção da história baseava-se no pressuposto de que as causas últimas de todas as transformações históricas deviam ser procuradas nas transformações que se operam nas ideias dos homens, e de que entre todas as transformações, as mais importantes, as que regiam toda a história, eram as políticas. Não se perguntava de onde vinham aos homens as ideias nem quais as causas motrizes das transformações políticas. Só na escola moderna dos historiadores franceses, e em parte

também dos ingleses, se impusera a convicção de que, pelo menos desde a Idade Média, a causa motriz da história europeia era a luta da burguesia em desenvolvimento contra a nobreza feudal pelo poder social e político. Pois bem, Marx demonstrou que toda a história da humanidade, até hoje, é uma história das lutas de classes, que todas as lutas políticas, tão variadas e complexas, giram unicamente em torno do poder social e político de umas e outras classes sociais; por parte das velhas classes, para conservar o poder e, por parte das novas classes, para conquistá-lo. E o que dá origem e existência a essas classes? As condições materiais e tangíveis, em que a sociedade de uma determinada época produz e troca o necessário para o seu sustento. A dominação feudal da Idade Média apoiava-se na economia fechada das pequenas comunidades camponesas, que cobriam por si mesmas quase todas as necessidades, menos a troca, e as quais a nobreza guerreira prestava apoio contra o exterior e dava coesão nacional ou, pelo menos, política. Com o surgimento das cidades e, assim, de uma indústria artesanal e dissociada e um tráfico comercial, primeiro interno e em seguida internacional, desenvolveu-se a burguesia urbana e conquistou, lutando contra a nobreza, ainda na Idade Média, sua incorporação a ordem feudal, como estrato também privilegiado. Mas com a descoberta dos territórios não europeus, a partir de meados do século XV, a burguesia obteve uma zona comercial muito mais extensa e, portanto, um novo estímulo para a sua indústria. A indústria artesanal foi deslocada nos ramos mais importantes pela manufatura de tipo já fabril e esta, por sua vez, pela grande indústria, que haviam tornado possíveis as invenções do século passado, principalmente a máquina a vapor e que, por sua vez, repercutiu sobre o comércio desalojando, nos países atrasados, o antigo trabalho manual e criando, nos mais adiantados, os modernos meios de comunicação, os barcos a vapor, as ferrovias, o telégrafo. Desse modo, ia a burguesia concentrando em suas mãos, cada vez mais, a riqueza e o poder social, embora tardasse bastante a conquistar o poder político, que se achava nas mãos da nobreza e da monarquia, apoiada na-

quela. Mas ao atingir certa fase – na França, desde a grande Revolução – conquistou também o poder político e se converteu, por sua vez, em classe dominante frente ao proletariado e aos pequenos camponeses. Situando-se nesse ponto de vista – sempre e quando se conheça suficientemente a situação econômica da sociedade em cada época; conhecimentos de que, certamente, carecem por completo nossos historiadores profissionais – são explicados de modo mais simples todos os fenômenos históricos, assim como são explicados com a maior simplicidade todos os conceitos e as ideias de cada período histórico, partindo das condições econômicas de vida e das relações sociais e políticas desse período que, por sua vez, se subordinam àquelas. Pela primeira vez erigia-se a história sobre sua verdadeira base; o fato palpável, mas totalmente despercebido até então, de que o homem precisa em primeiro lugar comer, beber, ter um teto e vestir-se e, portanto, trabalhar antes de poder lutar pelo poder, de fazer política, religião, filosofia, etc.; esse fato palpável passava a ocupar, enfim, o lugar histórico que naturalmente lhe cabia.

Para a ideia socialista, essa nova concepção da história possuía uma importância decisiva. Demonstrava que toda história, até hoje, havia-se desenvolvido sobre a base de antagonismos e lutas de classe, que houve sempre classes dominantes e dominadas, exploradoras e exploradas, e que a grande maioria dos homens esteve sempre condenada a trabalhar muito e a aproveitar pouco. Por quê? Simplesmente porque em todas as fases anteriores do desenvolvimento da humanidade, a produção se encontrava ainda num estado tão incipiente que o desenvolvimento histórico só podia transcorrer nessa forma antagônica e o progresso histórico achava-se, em linhas gerais, nas mãos de uma pequena minoria privilegiada, enquanto a grande massa se encontrava condenada a produzir, trabalhando, o seu mísero sustento e a aumentar cada vez mais a riqueza dos privilegiados. Mas essa mesma concepção da história, que explica de modo tão natural e racional o regime de dominação de classe vigente até nossos dias – que só poderia ser expli-

cado de outro modo através da maldade dos homens – leva também à convicção e que as forças produtivas, tão gigantesca e incrementadas, dos tempos modernos, desaparece, pelo menos nos países mais adiantados, até o último pretexto para a divisão dos homens em dominantes e dominados, exploradores e explorados; de que a grande burguesia dominante já cumpriu sua missão histórica, de que já não é capaz de dirigir a sociedade e se converteu mesmo num obstáculo para o desenvolvimento da produção, como demonstram as crises comerciais, e sobretudo a última grande crise e depressão da indústria em todos os países; de que a direção histórica passou para as mãos do proletariado, uma classe que, por toda a sua situação dentro da sociedade, só pode emancipar-se pondo fim por completo a toda dominação de classe, toda sujeição e exploração; e de que as forças produtivas da sociedade, que crescem até escapar das mãos da burguesia, só estão esperando que o proletariado organizado tome-as sob seu poder para que se crie um estado de coisas que permita a cada membro da sociedade participar não só na produção, mas também na distribuição e na administração das riquezas sociais e que, mediante a direção planificada de toda a produção, incrementado de tal modo as forças produtivas da sociedade e seu rendimento, que se assegure a cada qual, em proporções cada vez maiores, a satisfação de todas as suas necessidades razoáveis.

A segunda descoberta importante de Marx consiste em haver esclarecido definitivamente a relação entre capital e trabalho; em outros termos, em haver demonstrado como se opera dentro da sociedade atual, com o modo de produção capitalista, a exploração do operário pelo capitalista. Desde que a economia política assentou a tese de que o trabalho é a fonte de toda a riqueza e todo o valor, era inevitável essa pergunta: como se concilia isso com o fato de que o operário não recebe a soma total do valor criado por seu trabalho, mas tenha que ceder uma parte dele ao capitalista? Tanto os economistas burgueses como os socialistas esforçam-se para dar a essa pergunta uma resposta científi-

ca sólida; mas, sempre em vão, até que por fim apareceu Marx com a solução. Essa solução é a seguinte: o atual modo de produção capitalista tem como premissa a existência de duas classes sociais; de um lado, os capitalistas, que se acham na posse dos meios de produção e subsistência e, de outro lado, os proletários que, excluídos dessa posse, tenham apenas uma única mercadoria a vender: sua força de trabalho; mercadoria que, portanto, não tem outro remédio senão vender, para entrar na posse dos meios de subsistência mais indispensáveis. Mas o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário invertido em sua produção e, também, portanto, em sua, reprodução; por conseguinte, o valor da força de trabalho de um homem durante um dia, mês e ano é determinado pela quantidade de trabalho plasmada na quantidade de meios de vida necessários para o sustento dessa força de trabalho durante um dia, mês, ano. Suponhamos que os meios de subsistência para um dia exijam seis horas de trabalho para a sua produção ou, o que vem dar no mesmo, que o trabalho contido nele represente uma quantidade de trabalho de seis horas; nesse caso, o valor da força de trabalho durante um dia se expressará numa soma de dinheiro na qual se plasme também seis horas de trabalho. Suponhamos, além disso, que o capitalista para quem nosso operário trabalhe e pague essa soma, isto é, o valor integral de sua força de trabalho. Pois bem, se o operário trabalha seis horas do dia para o capitalista, terá reembolsado a ele integralmente o seu desembolso: seis horas de trabalho por seis horas de trabalho. Claro está que desse modo nada restaria para o capitalista; por isso, ele concebe a questão de um modo completamente diferente. Diz ele: não comprei a força de trabalho desse operário por seis horas, mas por um dia completo. Portanto, faz com que o operário trabalhe, segundo as circunstâncias, oito, dez, doze, quatorze ou mais horas de tal sorte que o produto da sétima, da oitava e das horas seguintes é um produto de um trabalho não pago, no momento embolsado pelo capitalista. Por onde se conclui que o operário a serviço do capitalista não se limita a repor

o valor de sua força de trabalho, que lhe é pago, mas que, além disso, cria uma mais-valia que, no momento, é apropriada pelo capitalista e que, em seguida, é repartida segundo determinadas leis econômicas entre toda a classe capitalista. Essa mais-valia constitui o fundo básico de onde derivam a renda da terra, o lucro, a acumulação do capital; numa palavra, todas as riquezas consumidas ou acumuladas pelas classes que não trabalham. Comprovou-se, desse modo, que o enriquecimento dos atuais capitalistas consiste na apropriação do trabalho alheio não pago, nem mais nem menos que o dos escravocratas ou dos senhores feudais, que exploravam o trabalho dos servos, e que todas essas formas de exploração só se distinguem pelo modo diverso de apropriar-se do trabalho não pago. E com isso caiu por terra todas essas retóricas hipócritas das classes possuidoras de que, sob a ordem social vigente, reinam o direito e a justiça, a igualdade de direitos e deveres e a harmonia geral de interesses. E a sociedade burguesa atual se desmascarava, não menos do que as que a antecederam, pela sua forma bem montada para a exploração da imensa maioria do povo por uma minoria insignificante e cada vez mais reduzida.

Esses dois importantes fatos servem de base ao socialismo científico. No segundo tomo de *O Capital* são desenvolvidas essas e outras descobertas científicas não menos importantes relativas ao sistema social capitalista, com o que se revolucionam os aspectos da economia política que não haviam sido abordados ainda no primeiro tomo. O que se deve desejar é que Marx possa logo entregá-los à publicação.

PREFÁCIOS DE MARX E ENGELS

PREFÁCIO À EDIÇÃO ALEMÃ DE 1872

A Liga dos Comunistas, associação internacional de operários que, nas condições de então, só poderia ser secreta, incumbiu os abaixo-assinados, por ocasião do congresso realizado em Londres, em novembro de 1847, de escrever para fins de publicação um detalhado programa teórico e prático do partido, destinado à publicidade. Foi esta a origem do *Manifesto* que se segue, cujo manuscrito foi enviado a Londres, para impressão, poucas semanas antes da revolução de fevereiro [de 1848, em Paris]. Primeiramente publicado em alemão, teve pelo menos umas doze edições diferentes nesse idioma na Alemanha, na Inglaterra e na América do Norte. Foi publicado em inglês pela primeira vez em 1850, no *Red Republican* de Londres, traduzido pela Miss Helen Macfarlane, e teve em 1871 pelo menos três traduções diferentes na América do Norte. A primeira versão francesa foi publicada em Paris pouco antes da insurreição de junho de 1848 e, recentemente, no *Le Socialiste* de Nova York. Há, atualmente, uma nova tradução sendo preparada. Uma versão polonesa apareceu em Londres pouco depois da primeira edição alemã. Uma tradução russa foi publicada em Genebra na década de 1860. Também para o dinamarquês foi traduzido pouco depois de sua primeira publicação.

Por mais que tenham mudado as condições nos últimos 25 anos, os princípios gerais expressados nesse *Manifesto* conservam, em seu conjunto, toda a sua exatidão. Em algumas partes certos detalhes devem ser melhorados. Segundo o próprio *Manifesto*, a aplicação prática dos princípios dependerá, em todos os lugares e em todas as épocas, das condições históricas vigentes e por isso não se deve atribuir im-

portância demasiada às medidas revolucionárias propostas no final do capítulo II. Hoje em dia, esse trecho seria redigido de maneira diferente em muitos aspectos. Em certos pormenores, esse programa está antiquado, levando-se em conta o desenvolvimento colossal da indústria moderna desde 1848, os progressos correspondentes da organização da classe operária e a experiência prática adquirida, primeiramente na revolução de fevereiro e, mais ainda, na Comuna de Paris, onde coube ao proletariado, pela primeira vez, a posse do poder político, durante quase dois meses. A Comuna de Paris demonstrou, especialmente, que “não basta que a classe trabalhadora se apodere da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins” (ver A Guerra Civil na França; Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, de 1871, onde essa ideia é mais desenvolvida). Além do mais, é evidente que a crítica da literatura socialista mostra-se deficiente em relação ao presente, porque interrompe-se em 1847; as observações sobre as relações dos comunistas com os diferentes partidos de oposição (capítulo IV), embora em princípio corretas, na prática estão desatualizadas, pois a situação política modificou-se totalmente e o desenvolvimento histórico fez desaparecer a maior parte dos partidos ali enumerados.

Entretanto, o *Manifesto* tornou-se um documento histórico que não nos cabe mais alterar. Uma edição futura talvez apareça acompanhada de uma introdução que preencha a lacuna entre 1847 e os nossos dias; a atual reimpressão foi inesperada demais para que tivéssemos tempo de escrevê-la.

Karl Marx e Friedrich Engels
Londres, 24 de junho de 1872.

PREFÁCIO À EDIÇÃO RUSSA DE 1882

A primeira edição russa *do Manifesto do Partido Comunista*, traduzida por Bakunin, foi impressa em princípios da década de 1860, na tipografia do *Kolokol* [O Sino, dirigido por Alexander Herzen]. Naquela época, o Ocidente via nessa edição uma simples curiosidade literária. Hoje em dia essa concepção seria impossível.

O campo limitado do movimento proletário daquele tempo (dezembro de 1847) está expresso na última parte *do Manifesto*: a posição dos comunistas em relação aos vários partidos de oposição nos diferentes países. A Rússia e os Estados Unidos, precisamente, não foram mencionados. Era a época em que a Rússia se constituía na última grande reserva da reação europeia e em que os Estados Unidos absorviam o excedente das forças proletárias da Europa que para lá emigravam. Ambos os países proviam a Europa de matérias-primas, sendo ao mesmo tempo mercado para a venda de seus produtos industriais. De uma maneira ou de outra, eram, portanto, pilares da ordem europeia vigente.

Que diferença hoje! Foi justamente a imigração europeia que possibilitou à América do Norte a produção agrícola em proporções gigantescas, cuja concorrência está abalando os alicerces da propriedade rural europeia — a grande como a pequena. Ao mesmo tempo, deu aos Estados Unidos a oportunidade de explorar seus imensos recursos industriais, com tal energia e em tais proporções que, dentro em breve, arruinarão o monopólio industrial da Europa ocidental, especialmente o da Inglaterra. Essas duas circunstâncias repercutem de maneira revolucionária na própria América do Norte. Pouco a pouco, a pequena e a média propriedade rural, a base do regime político em sua totalidade, sucumbe diante da competição das fazendas gigantescas; ao mesmo tempo formam-se, pela primeira vez nas regiões industriais, um numeroso proletariado e uma concentração fabulosa de capitais.

E a Rússia? Durante a revolução de 1848-49, não só os monarcas europeus mas também os burgueses europeus viam na intervenção russa a única maneira de escapar do proletariado que despertava. O czar foi proclamado chefe da reação europeia. Hoje ele é, em Gátchina, prisioneiro de guerra da revolução e a Rússia forma a vanguarda da ação revolucionária na Europa.

O *Manifesto Comunista* tinha como tarefa a proclamação do desaparecimento próximo e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas na Rússia vemos que, ao lado do florescimento acelerado da fraude capitalista e da propriedade territorial burguesa, que começa a desenvolver-se, mais da metade das terras é possuída em comum pelos camponeses. O problema agora é: poderia a *obshchina* [comunidade rural] russa — forma já muito deteriorada da antiga posse em comum da terra — transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente?

Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista.

Karl Marx e Friedrich Engels
Londres, 21 de janeiro de 1882.

PREFÁCIO À EDIÇÃO ALEMÃ DE 1883

Tenho, infelizmente, de assinar sozinho o prefácio à presente edição. Marx, o homem a quem toda a classe trabalhadora da Europa e da América deve mais serviços do que a qualquer outro, jaz agora no cemitério de Highgate, e sobre seu túmulo já reverdece a primeira relva. Depois de sua morte, não se pode mais pensar em rever ou complementar o *Manifesto*. Por isso, considero ainda mais necessário lembrar expressamente o seguinte:

A ideia fundamental que percorre todo o *Manifesto* é a de que, em cada época histórica, a produção econômica e a estrutura social que dela necessariamente decorre, constituem a base da história política e intelectual dessa época; que conseqüentemente (desde a dissolução do regime primitivo da propriedade comum da terra) toda a História tem sido a história da luta de classes, da luta entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e as dominantes nos vários estágios da evolução social; que essa luta, porém, atingiu um ponto em que a classe oprimida e explorada (o proletariado) não pode mais libertar-se da classe que a explora e oprime (a burguesia) sem que, ao mesmo tempo, liberte para sempre toda sociedade da exploração, da opressão e da luta de classes – este pensamento fundamental permanece única e exclusivamente a Marx*.

Já afirmei isso diversas vezes, mas exatamente agora é preciso que esta declaração se torne bem clara no frontispício do *Manifesto*.

Friedrich Engels

Londres, 28 de junho de 1883.

* Sobre este pensamento, escrevi no prefácio da edição inglesa [de 1888]: “Pouco a pouco, vários anos antes de 1845, fomos elaborando essa ideia que, em minha opinião, será para a História o que foi para a Biologia a teoria de Darwin. O meu livro *A situação da classe operária na Inglaterra* revela até onde fui autonomamente nessa direção. Mas, quando reencontrei Marx em Bruxelas, na primavera de 1845, ele já a elaborara completamente, expondo-a diante de mim em termos quase tão claros quanto os que expressei aqui.” [Nota de Engels à edição alemã de 1890]

PREFÁCIO À EDIÇÃO INGLESA DE 1888

O *Manifesto* foi publicado como plataforma da Liga dos Comunistas, associação de operários no princípio exclusivamente alemã e mais tarde internacional, que, nas condições políticas do continente anteriores a 1848, era inevitavelmente uma sociedade secreta. No Congresso da Liga, realizado em Londres em novembro de 1847, Marx e Engels foram incumbidos de escrever para fins de publicação um completo programa, teórico e prático do partido. Redigido em alemão, em janeiro de 1848, o manuscrito foi enviado ao editor de Londres poucas semanas antes da revolução francesa de 24 de fevereiro. Uma tradução francesa apareceu em Paris pouco antes da insurreição de junho de 1848. A primeira tradução inglesa, da Miss Helen Macfarlane, foi publicada no *Red Republican* de George Julian Harney, Londres (1850). Também foi publicado em dinamarquês e polonês.

A derrota da insurreição parisiense de junho de 1848 – a primeira grande batalha entre o proletariado e a burguesia – colocou novamente em um segundo plano as aspirações sociais e políticas do operariado europeu. A partir de então, a luta pela supremacia voltou a ser, como o fora antes da revolução de fevereiro, simplesmente uma luta entre diferentes camadas da classe proprietária; a classe operária foi levada a limitar-se a uma luta pela conquista de espaços políticos, assumindo posições da ala extrema dos radicais da classe média. Onde quer que o movimento proletário independente manifestasse sinais de vida, era logo impiedosamente esmagado. A polícia prussiana descobriu o Comitê Central da Liga dos Comunistas, então sediado em Colônia. Seus membros foram presos e após dezoito meses de encarceramento, julgados em outubro de 1852. O célebre “Processo comunista de Colônia” estendeu-se de 4 de outubro a 12 de novembro; sete prisioneiros foram condenados a penas que variavam entre 3 e 6 anos de prisão numa fortaleza. Imediatamente após a sentença, a Liga foi formalmente dissolvida pelos membros remanescentes. Quanto ao *Manifesto*

to, este parecia ficar, a partir de então, relegado ao esquecimento.

Quando os operários europeus reuniram forças suficientes para um novo assalto ao poder das classes dirigentes, surgiu a Associação Internacional dos Trabalhadores. Seu objetivo era englobar, num único e poderoso exército, todo o operariado militante da Europa e da América. Portanto, não poderia partir dos princípios expressos no *Manifesto*. Devia ter um programa que não fechasse as portas às *Trades Unions* inglesas, aos proudhonistas franceses, belgas, italianos e espanhóis ou aos lassalleanos* alemães. Este programa – as considerações básicas da Internacional – foi redigido por Marx, com maestria reconhecida até por Bakunin e pelos anarquistas. Para o triunfo decisivo das ideias formuladas pelo *Manifesto*, Marx dependia unicamente do desenvolvimento intelectual da classe operária, o qual deveria resultar da unidade da ação e da discussão. Os acontecimentos e as vicissitudes da luta contra o capital, as derrotas maiores que as vitórias, poderiam apenas mostrar aos combatentes a insuficiência de todas as panaceias em que acreditavam, fazendo-os compreender melhor as verdadeiras condições da emancipação da classe operária. E Marx tinha razão. A classe trabalhadora de 1874, por ocasião da dissolução da Internacional, era, em geral, diferente da de 1864, quando da sua fundação. O proudhonismo dos países latinos e o lassallismo propriamente dito na Alemanha estavam desaparecendo e, até mesmo as *Trades Unions* inglesas, então ultraconservadoras, se aproximaram pouco a pouco daquilo que, em 1887, o presidente do seu Congresso de Swansea [W. Bevan] dizia: “O socialismo continental não mais nos aterroriza”. Mas, por essa época, o socialismo con-

* Perante nós, pessoalmente, Lassalle sempre se reconheceu como discípulo de Marx e, como tal, situava-se no terreno do *Manifesto*. Mas na sua agitação pública de 1862-1864 ele não foi além da reivindicação de oficinas cooperativas sustentadas por crédito estatal. [Nota de Engels]

tinental confundia-se, quase que exclusivamente, com a teoria formulada no *Manifesto*.

Assim, o *Manifesto* propriamente dito tomou novamente a dianteira. Desde 1850, o texto alemão fora editado várias vezes na Suíça, na Inglaterra e na América do Norte. Em 1872 foi traduzido para o inglês, em Nova York, e publicado no [semanário norte-americano] *Woodhull and Claflin's Weekly*. Da versão inglesa foi feita a francesa, que surgiu no *Le Socialiste* de Nova York. Desde então publicaram-se mais duas traduções inglesas na América, mais ou menos incompletas, e uma delas foi editada na Inglaterra. A primeira tradução russa, de autoria de Bakunin, foi publicada na gráfica *Kolokol*, de Herzen, em Genebra, por volta de 1863; a segunda, pela heroica Vera Zasúlich*, também foi publicada em Genebra, em 1882. Encontra-se uma edição dinamarquesa de 1885 no *Social-demokratisk Bibliothek*, de Copenhague, e uma francesa no *Le Socialiste*, de 1886, em Paris. Dessa última publicou-se uma versão espanhola, em 1886, em Madri. Perdeu-se a conta das edições alemãs; houve pelo menos doze delas. Eu soube que uma tradução armênia, que deveria ser publicada em Constantinopla há alguns anos atrás, não se verificou porque o editor teve medo de publicar um livro que levasse o nome de Marx e o tradutor recusou divulgá-la como obra sua. Já ouvi falar de outras traduções em outras línguas, embora não as tenha visto. Portanto, a história do *Manifesto* reflete, em grande parte, a história do movimento operário moderno; atualmente é, sem dúvida, a obra de maior circulação, a mais internacional de toda a literatura socialista, o programa comum adotado por milhões de trabalhadores, da Sibéria à Califórnia.

No entanto, quando surgiu não poderíamos chamá-lo um manifesto *socialista*. Em 1847, consideravam-se socialistas

* O tradutor foi, na verdade, Georgi Plekhanov (1856-1918). Engels reconhecerá este erro no posfácio de 1894 para o livro *Questões Sociais na Rússia (Soziales aus Russland, Friedrich Engels, 1875)*. Nesta edição, os erros da primeira tradução (atribuídos por Marx e Engels a Bakunin) foram eliminados e com ela iniciou-se uma ampla difusão das ideias do *Manifesto* na Rússia.

dois tipos diversos de pessoas. De um lado, havia os adeptos dos vários sistemas utópicos, principalmente os owenistas, na Inglaterra, e os fourieristas, na França, ambos já reduzidos a meras seitas agonizantes. De outro, os vários gêneros de charlatães sociais, que queriam eliminar, por meio de suas várias panaceias e com todas as espécies de cataplasma, as misérias sociais, sem tocar no capital e no lucro. Nos dois casos, eram pessoas que não pertenciam ao movimento dos trabalhadores, preferindo apoiar-se nas classes “cultas”. Em contrapartida, o setor da classe trabalhadora que exigia uma transformação radical da sociedade, convencido de que revoluções meramente políticas eram insuficientes, denominava-se então comunista. Tratava-se ainda de um comunismo mal esboçado, instintivo e, por vezes, grosseiro. Mas era bastante poderoso para dar origem a dois sistemas de comunismo utópico – na França o “icariano” de Cabet e na Alemanha o de Weitling. Em 1847, o socialismo significava um movimento burguês, e o comunismo, um movimento operário. Ao menos no continente, o socialismo era muito bem considerado, enquanto o comunismo era o oposto. E como, desde então, éramos decididamente da opinião de que “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra da própria classe trabalhadora”, não podíamos hesitar entre os dois nomes a escolher. Posteriormente, nunca pensamos em modificá-lo.

Sendo o *Manifesto* nossa obra comum, cabe-se declarar que a proposição fundamental pertence a Marx. Essa proposição é a de que, em cada época histórica, a produção econômica, o sistema de trocas e a estrutura social que dela necessariamente decorre, constituem a base e a explicação da história política e intelectual dessa época; que consequentemente (desde a dissolução do regime primitivo de propriedade comum da terra) toda a história da humanidade tem sido a história da luta de classes, conflitos entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e as dominantes; que a história dessas lutas de classes se constitui de uma série de etapas, atingindo hoje um ponto em que a classe oprimida e explorada – o proletariado – não pode

mais libertar-se da classe que explora e oprime – a burguesia – sem que, ao mesmo tempo, liberte, de uma vez por todas, toda a sociedade da exploração, da opressão, do sistema de classes e da luta entre elas.

Pouco a pouco, vários anos antes de 1845, fomos elaborando essa ideia que, em minha opinião, será para a História o que foi para a Biologia a teoria de Darwin. O meu livro *A situação da classe operária na Inglaterra** revela até onde fui nessa direção. Mas, quando reencontrei Marx, em Bruxelas, na primavera de 1845, ele já a elaborara completamente, expondo-a diante de mim mais ou menos tão claramente como fiz aqui.

Do nosso prefácio comum à edição alemã de 1872 cito o seguinte: “Por mais que tenham mudado as condições nos últimos 25 anos, os princípios gerais expressados nesse *Manifesto* conservam, em seu conjunto, toda a sua exatidão. Em algumas partes certos detalhes devem ser melhorados. Segundo o próprio *Manifesto*, a aplicação prática dos princípios dependerá, em todos os lugares e em todas as épocas, das condições históricas vigentes e por isso não se deve atribuir importância demasiada às medidas revolucionárias propostas no final do capítulo II. Hoje em dia, esse trecho seria redigido de maneira diferente em muitos aspectos. Em certos pormenores, esse programa está antiquado, levando-se em conta o desenvolvimento colossal da indústria moderna desde 1848, os progressos correspondentes da organização da classe operária e a experiência prática adquirida, primeiramente na revolução de fevereiro e, mais ainda, na Comuna de Paris, onde coube ao proletariado, pela primeira vez, a posse do poder político, durante quase dois meses. A Comuna de Paris demonstrou, especialmente, que “não basta que a classe trabalhadora se apodere da máquina estatal para fazê-la servir a seus próprios fins” (ver A Guerra Civil na França; Manifesto do Conselho Geral da As-

* *The Condition of the Working Class in England in 1844*. By Friedrich Engels. Translated by Florence K. Wischnewetzky, New York, Lovell-London, W. Reeves, 1888. [Nota de Engels]

sociação Internacional dos Trabalhadores, de 1871, onde essa ideia é mais desenvolvida). Além do mais, é evidente que a crítica da literatura socialista mostra-se deficiente em relação ao presente, porque interrompe-se em 1847; as observações sobre as relações dos comunistas com os diferentes partidos de oposição (capítulo IV), embora em princípio corretas, na prática estão desatualizadas, pois a situação política modificou-se totalmente e o desenvolvimento histórico fez desaparecer a maior parte dos partidos ali enumerados.

Entretanto, o *Manifesto* tornou-se um documento histórico que não nos cabe mais alterar.”

A presente tradução é de Samuel Moore, o tradutor da maior parte de *O Capital*, de Marx. Fizemos a revisão juntos, e acrescentei algumas notas com explicações históricas.

Friedrich Engels

Londres, 30 de janeiro de 1888.

PREFÁCIO À EDIÇÃO ALEMÃ DE 1890

Após o que foi escrito, além da necessidade de uma nova edição alemã, surgiram vários fatos que merecem ser lembrados aqui.

Uma segunda tradução russa – por Vera Zasúltich – apareceu em Genebra em 1882; seu prefácio foi escrito por Marx e por mim. Infelizmente, perdi o manuscrito original alemão; tenho, portanto, que retraduzir do russo, o que de maneira alguma é favorável ao texto.

Mais ou menos na mesma época surgiu em Genebra uma nova versão polonesa: *Manifest Kommunistczny*.

Mais tarde apareceu uma nova tradução dinamarquesa no *Socialdemokratisk Bibliothek* de Copenhague, 1885. Infelizmente, não está completa; algumas passagens essenciais que, ao que parece, estavam dando muito trabalho ao tradutor, foram omitidas e há também alguns sinais de descuido, os quais se tornam ainda mais desagradavelmente evidentes quando se percebe que o tradutor teria feito um excelente trabalho se tivesse se esforçado um pouco mais.

Apareceu uma nova versão francesa em 1886 no *Le Socialiste* de Paris; esta, aliás, é a melhor edição até agora.

Uma versão espanhola dessa última foi publicada, no mesmo ano, no *El Socialista* de Madri, aparecendo depois sob forma de opúsculo: *Manifesto del Partido Comunista*, por Carlos Marx y F. Engels, Madri, Administración de *El socialista*, Hernán Cortés.

Como curiosidade, posso acrescentar que o manuscrito de uma tradução espanhola foi apresentado a um editor em Constantinopla. Mas o bom homem não teve coragem de publicar algo que levasse o nome de Marx, sugerindo que o tradutor pusesse seu próprio nome como autor da obra, o que ele recusou.

Depois que várias das pouco exatas traduções americanas foram repetidamente editadas na Inglaterra, uma versão autêntica apareceu, finalmente, em 1888, graças a meu amigo Samuel Moore; nós a repassamos juntos antes de en-

viá-la à editora. É intitulada: *Manifesto of the Communist Party, by Karl Marx and Friedrich Engels*; tradução inglesa autorizada, editada com observações de Friedrich Engels, 1888 (Londres, William Reeves, 185, Fleet Street, E. C.). Reproduzi algumas notas dessa edição na atual.

O *Manifesto* tem sua própria história. Saudado com entusiasmo por ocasião de seu aparecimento pela vanguarda então pouco numerosa do socialismo científico (como o provam as traduções mencionadas no primeiro prefácio), foi logo colocado num segundo plano pela reação que se seguiu à derrota dos operários em Paris, em junho de 1848, e proscrito “pela lei”, com a condenação dos comunistas de Colônia, em novembro de 1852. Com o desaparecimento da cena pública do movimento operário que começara com a revolução de fevereiro, também o *Manifesto* passou a um segundo plano.

Quando os operários europeus reuniram forças suficientes para um novo assalto ao poder das classes dirigentes, surgiu a Associação Internacional dos Trabalhadores. Seu objetivo era englobar, num único e poderoso exército, todo o operariado militante da Europa e da América. Portanto, não poderia partir dos princípios expressos no *Manifesto*. Devia ter um programa que não fechasse as portas às *Trades Unions* inglesas, aos proudhonistas franceses, belgas, italianos e espanhóis ou aos lassalleanos alemães. Este programa – as considerações básicas da Internacional – foi redigido por Marx, com maestria reconhecida até por Bakunin e pelos anarquistas. Para o triunfo decisivo das ideias formuladas pelo *Manifesto*, Marx dependia unicamente do desenvolvimento intelectual da classe operária, o qual deveria resultar da unidade da ação e da discussão. Os acontecimentos e as vicissitudes da luta contra o capital, as derrotas maiores que as vitórias, poderiam apenas mostrar aos combatentes a insuficiência de todas as panaceias em que acreditavam, fazendo-os compreender melhor as verdadeiras condições da emancipação da classe operária. E Marx tinha razão. A classe trabalhadora de 1874, por ocasião da dissolução da Internacional, era, em geral, diferente da de 1864,

quando da sua fundação. O proudhonismo dos países latinos e o lassallismo propriamente dito na Alemanha estavam desaparecendo e, até mesmo as *Trades Unions* inglesas, então ultraconservadoras, se aproximaram pouco a pouco daquilo que, em 1887, o presidente do seu Congresso de Swansea [W. Bevan] dizia: “O socialismo continental não mais nos aterroriza”. Mas, por essa época, o socialismo continental confundia-se, quase que exclusivamente, com a teoria formulada no *Manifesto*. Portanto, a história do *Manifesto* reflete, em grande parte, a história do movimento operário moderno; atualmente é, sem dúvida, a obra de maior circulação, a mais internacional de toda a literatura socialista, o programa comum adotado por milhões de trabalhadores, da Sibéria à Califórnia.

No entanto, quando surgiu não poderíamos chamá-lo um manifesto *socialista*. Em 1847, consideravam-se socialistas dois tipos diversos de pessoas. De um lado, havia os adeptos dos vários sistemas utópicos, principalmente os owenistas, na Inglaterra, e os fourieristas, na França, ambos já reduzidos a meras seitas agonizantes. De outro, os vários gêneros de charlatães sociais, que queriam eliminar, por meio de suas várias panaceias e com todas as espécies de cataplasma, as misérias sociais, sem tocar no capital e no lucro. Nos dois casos, eram pessoas que não pertenciam ao movimento dos trabalhadores, preferindo apoiar-se nas classes “cultas”. Em contrapartida, o setor da classe trabalhadora que exigia uma transformação radical da sociedade, convencido de que revoluções meramente políticas eram insuficientes, denominava-se então comunista. Tratava-se ainda de um comunismo mal esboçado, instintivo e, por vezes, grosseiro. Mas era bastante poderoso para dar origem a dois sistemas de comunismo utópico – na França o “icariano” de Cabet e na Alemanha o de Weitling. Em 1847, o socialismo significava um movimento burguês, e o comunismo, um movimento operário. Ao menos no continente, o socialismo era muito bem considerado, enquanto o comunismo era o oposto. E como, desde então, éramos decididamente da opinião de que “a emancipação dos trabalhadores

deve ser obra da própria classe trabalhadora”, não podíamos hesitar entre os dois nomes a escolher. Posteriormente, nunca pensamos em modificá-lo.

Proletários de todos os países, uni-vos! Somente algumas vozes responderam quando lançamos essas palavras ao mundo, há 42 anos, às vésperas da primeira revolução de Paris, na qual o proletariado colocou as suas reivindicações. Em 28 de setembro de 1864, entretanto, os proletários da maior parte dos países da Europa ocidental reuniram-se na Associação Internacional dos Trabalhadores, de gloriosa memória. É verdade que a Internacional em si só viveu nove anos. Mas não há testemunho melhor do que o dia de hoje de que a eterna união dos proletários de todos os países, por ela criada, existe ainda e está mais poderosa do que nunca. Hoje, quando escrevo essas linhas, o proletariado europeu e o americano passam em revista suas forças de combate, pela primeira vez mobilizados em *um único* exército, sob *uma única* bandeira, por *um único* objetivo imediato: a fixação legal da jornada normal de oito horas de trabalho, segundo decisão do Congresso Internacional, reunido em Genebra em 1866, e do Congresso Operário de Paris, reunido em 1889. O espetáculo de hoje mostrará aos capitalistas e proprietários fundiários de todos os países que, de fato, os proletários de todos os países estão unidos.

Se ao menos Marx estivesse a meu lado para ver isso com seus próprios olhos!

Friedrich Engels

Londres, 1^o de maio de 1890.

PREFÁCIO À EDIÇÃO POLONESA DE 1892

O fato de se ter tornado necessária uma nova edição polonesa do *Manifesto Comunista* dá ensejo a várias considerações.

Primeiro, é digno de nota que o *Manifesto*, nos últimos tempos, se tenha, em certa medida, tornado um barômetro do desenvolvimento da grande indústria no continente europeu. Na medida em que se expande num país a grande indústria, cresce também entre os operários desse país o desejo de esclarecimento sobre a sua posição como classe operária perante as classes possuidoras, alarga-se entre eles o movimento socialista e aumenta a procura do *Manifesto*. De modo que não só a situação do movimento operário, mas também o grau de desenvolvimento da grande indústria, podem ser medidas com bastante exatidão em todos os países pelo número de exemplares do *Manifesto* que circulam no idioma de cada um.

Assim, a nova edição polonesa indica um progresso decidido da indústria local. E que este progresso de fato se verificou, desde a última edição publicada há dez anos, não pode haver dúvidas. A Polônia russa, a Polônia do Congresso [de Viena], tornou-se o grande distrito industrial do Império Russo. Ao passo que a grande indústria russa está esporadicamente dispersa – uma parte no golfo da Finlândia, outra parte no centro (Moscou e Vladimir), uma terceira nas costas do Mar Negro e do Mar de Azov, e ainda repartida por outras zonas –, a polonesa está concentrada num espaço relativamente pequeno e desfruta das vantagens e das desvantagens resultantes desta concentração. As vantagens reconheceram-nas os fabricantes russos seus concorrentes, quando reclamaram proteção alfandegária contra a Polônia, apesar do seu ardente desejo de transformar os polacos em russos. As desvantagens – para os fabricantes poloneses e para o governo russo – revelam-se na rápida difusão de ideias socialistas entre os operários poloneses e na crescente procura do *Manifesto*.

Mas o rápido desenvolvimento da indústria polonesa, que deixa para trás a russa, é uma nova prova da vitalidade inesgotável do povo polonês e uma nova garantia da iminência da sua restauração nacional. A restauração de uma Polônia forte e independente, porém, é uma causa que não diz respeito só aos poloneses – diz respeito a todos. Uma colaboração internacional sincera das nações europeias só é possível se cada uma destas nações for, em sua casa, perfeitamente autônoma. A revolução de 1848, que, sob o estandarte do proletariado, acabou por apenas deixar que os combatentes proletários fizessem o trabalho da burguesia, também impôs a independência da Itália, da Alemanha e da Hungria por meio dos seus executores testamentários, Luís Bonaparte e Bismarck; mas a Polônia, que desde 1792 fez mais pela revolução do que estas três juntas, deixaram-na entregue a si própria quando, em 1863, sucumbiu ao poderio russo dez vezes superior. A nobreza não pôde manter nem reconquistar a independência da Polônia; para a burguesia esta é, hoje, pelo menos indiferente. E, contudo, é uma necessidade para a cooperação harmoniosa das nações europeias. Só o jovem proletariado polonês a pode conquistar, e nas suas mãos ela estará bem guardada. Pois os operários de todo o resto da Europa precisam tanto da independência da Polônia como os próprios operários poloneses.

Friedrich Engels

Londres, 10 de fevereiro de 1892.

PREFÁCIO À EDIÇÃO ITALIANA DE 1893

*Ao leitor italiano**

A publicação do *Manifesto do Partido Comunista* coincidiu, pode-se dizer, com o 18 de Março de 1848, o dia das revoluções de Milão e Berlim, que foram levantamentos armados das duas nações situadas no centro, uma do continente da Europa, a outra do Mediterrâneo; duas nações até então enfraquecidas pela divisão e pela discórdia internas, e que por isso caíram sob o domínio estrangeiro. Se a Itália ficava sujeita ao imperador da Áustria, a Alemanha sofria o jugo indireto, mas não menos efetivo, do czar de todas as Rússias. As consequências do 18 de Março de 1848 libertaram tanto a Itália como a Alemanha desta vergonha; se, de 1848 a 1871, estas duas grandes nações foram reconstituídas e de certo modo devolvidas a si próprias, isso deveu-se, como Karl Marx costumava dizer, ao fato de que os homens que abateram a revolução de 1848 converteram-se, malgrado eles mesmo, em seus executores testamentários.

Por toda a parte a revolução de então foi obra da classe operária; foi esta que levantou as barricadas e que pagou com a vida. Mas só os operários de Paris tinham a intenção bem definida de, derrubando o governo, derrubar o regime

* A primeira tradução italiana do *Manifesto*, feita por Pietro Gori, foi editada em Milão em 1891. Teve como base a tradução francesa de Laura Lafargue. Entre setembro e dezembro de 1892, o jornal milanês *Lotta di classe* publicou uma nova tradução, de Pompeo Bettini, baseada na edição alemã de 1883, texto que reapareceu em 1803, com alguns retoques, na "Biblioteca della Critica Sociale". Por solicitação do socialista Filippo Turati (1857-1932), diretor da revista *Critica Sociale*, Engels redigiu em francês um prefácio para a edição em preparo. O próprio Turati encarregou-se de traduzi-lo e de acrescentar o título "Ao leitor italiano". O texto francês definitivo está ao que tudo indica perdido, mas um rascunho, feito à mão por Engels, pode ser recuperado Instituto de Marxismo-Leninismo adjunto ao CC do Partido Comunista da União Soviética - PCUS e usado para a recomposição da versão original.

da burguesia. Mas, embora profundamente conscientes do antagonismo fatal que existia entre a sua própria classe e a burguesia, nem o progresso econômico do país, nem o desenvolvimento intelectual das massas operárias francesas, contudo, tinham atingido ainda o grau que teria tornado possível uma reconstrução social. Em última análise, portanto, os frutos da revolução foram colhidos pela classe capitalista. Nos outros países, na Itália, na Alemanha, na Áustria, os operários, desde o princípio, não fizeram mais do que levar a burguesia ao poder. Mas em qualquer país o domínio da burguesia é impossível sem a independência nacional. Por isso, a revolução de 1848 tinha de arrastar consigo a unidade e a autonomia das nações que até então não as tinham desfrutado: a Itália, a Alemanha, a Hungria. A vez da Polônia chegará em seu tempo.

Assim, se a revolução de 1848 não foi uma revolução socialista, aplanou o caminho, preparou o terreno para ela. Com o impulso dado em todos os países à grande indústria, o regime burguês tem criado por toda a parte, nos últimos 45 anos, um proletariado numeroso, concentrado e forte. Criou assim, segundo a expressão do *Manifesto*, os seus próprios coveiros. Sem restituir a cada nação europeia a sua autonomia e unidade, não poderiam consumir-se nem a união internacional do proletariado nem a cooperação pacífica e inteligente destas nações para fins comuns. Imagine-se uma ação internacional conjunta dos operários italianos, húngaros, alemães, poloneses e russos nas condições políticas anteriores a 1848!

As batalhas travadas em 1848 não foram, pois, travadas em vão; os 45 anos que nos separam daquela etapa revolucionária também não passaram em vão. Os frutos amadurecem, e tudo o que desejo é que a publicação desta tradução italiana do *Manifesto* seja de tão bom augúrio para a vitória do proletariado italiano como a publicação do original o foi para a revolução internacional.

O *Manifesto* presta plena justiça à ação revolucionária do capitalismo no passado. A primeira nação capitalista foi a Itália. O fim da Idade Média feudal, o limiar da era capitalis-

ta moderna, é assinalado por uma figura colossal: um italiano, Dante, ao mesmo tempo o último poeta da Idade Média e o primeiro poeta dos tempos modernos. Hoje, como em 1300, perfila-se uma nova era histórica. Dar-nos-á a Itália um novo Dante, capaz de assinalar o nascimento dessa nova era, a era proletária?

Friedrich Engels

Londres, 1^o de fevereiro de 1893.

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

Karl Marx e Friedrich Engels

Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa unem-se numa santa aliança para conjurá-lo: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais da França e os policiais da Alemanha.*

Que partido de oposição não foi acusado de comunista por seus adversários no poder? Que partido de oposição, por sua vez, não lançou a seus adversários de direita ou de esquerda a pecha infamante de comunista?

Duas conclusões decorrem desses fatos.

O comunismo já é reconhecido como força por todas as potências da Europa.

É tempo de os comunistas exporem, abertamente, ao mundo inteiro, seu modo de ver, seus objetivos e suas tendências, opondo um manifesto do próprio partido à lenda do espectro do comunismo.

Com este fim, reuniram-se, em Londres, comunistas de várias nacionalidades e redigiram o manifesto seguinte, que será publicado em inglês, francês, alemão, italiano, flamengo e dinamarquês.

* Refere-se a papa Pio IX (1792-1878), papa de 1846 a 1878; ao czar Nicolau I (1796-1855), que governou a Rússia de 1825 a 1855; a Klemens Wenzel Lothar Metternich (1773-1850), chanceler do Império Austríaco entre 1821 e 1845; e a François Guizot (1787-1874), historiador e estadista francês, político conservador e primeiro-ministro entre 1840 e 1848, que em 1845 expulsou Marx de Paris.

I – BURGUESES E PROLETÁRIOS*

A história de todas as sociedades até hoje existentes** é a história das lutas de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação*** e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito.

Nas mais remotas épocas da história, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros,

* Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. [Nota de Engels à edição inglesa de 1888]

** Isto é, toda história escrita. A pré-história, organização social anterior à história escrita, era quase desconhecida em 1847. Mais tarde, Haxthausen descobriu a propriedade comum da terra na Rússia, Maurer mostrou ter sido essa a base social da qual as tribos teutônicas derivaram historicamente e, pouco a pouco, verificou-se que a comunidade rural era a forma primitiva da sociedade, desde a Índia até a Irlanda. A organização interna dessa sociedade comunista primitiva foi desvendada, em sua forma típica, pela descoberta de Morgan da verdadeira natureza da gens e de sua relação com a tribo. Após a dissolução dessas comunidades primitivas, a sociedade passou a dividir-se em classes distintas. Procurei traçar esse processo de dissolução na obra *Der Ursprung der Familie, des Privatergenthums und des Staats* [A origem da família, da propriedade privada e do Estado], 2ª ed., Stuttgart, 1866. [Nota de Engels à edição inglesa de 1888]

*** O mestre de corporação é um membro da guilda, o patrão interno e não seu dirigente. [Nota de Engels à edição inglesa de 1888]

plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassalos, mestres de corporações, aprendizes, companheiros, servos; e, em cada uma dessas classes, outras graduações particulares.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado.

Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado.

Dos servos da Idade Média nasceram os moradores dos primeiros burgos; dessa população municipal saíram os primeiros elementos da burguesia.

A descoberta da América e a circum-navegação da África abriram um novo campo de ação à burguesia emergente. Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral imprimiram ao comércio, à indústria e à navegação um impulso desconhecido até então; e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição.

A organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não satisfazia as necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina.

Todavia, os mercados ampliavam-se cada vez mais, a procura por mercadorias continuava a aumentar. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indús-

tria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos.

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Esse desenvolvimento reagiu, por sua vez, sobre a expansão da indústria; e, à medida que a indústria, o comércio, a navegação e as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e colocando num segundo plano todas as classes legadas pela Idade Média.

Vemos, pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações nos modos de produção e circulação.

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna*, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.

A burguesia desempenhou na história um papel iminente revolucionário.

* Comuna era o nome que se dava na França às cidades nascentes, mesmo antes de terem conquistado a autonomia local e os direitos políticos como “terceiro estado”. Em geral, a Inglaterra é o exemplo típico do desenvolvimento econômico da burguesia, enquanto a França representa o seu desenvolvimento político. Era assim que os habitantes das cidades da Itália e da França chamavam as suas comunidades urbanas, depois de comprar ou conquistar dos senhores feudais seus primeiros direitos a um governo autônomo. [Nota de Engels às edições inglesa de 1888 e alemã de 1890]

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para deixar subsistir apenas, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despuerada e brutal.

A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados.

A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias.

A burguesia revelou como a brutal manifestação de força na Idade Média, tão admirada pela reação, encontra seu complemento natural na ociosidade mais completa. Foi a primeira a provar o que a atividade humana pode realizar: criou maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas; conduziu expedições que empanaram mesmo as antigas invasões e as Cruzadas.

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distin-

guem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são finalmente obrigados a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens.

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isso se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal.

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as

nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança.

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente.

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política. Províncias independentes, ligadas apenas por débeis laços federativos, possuindo interesses, leis, governos e tarifas aduaneiras diferentes, foram reunidas em uma só nação, com um só governo, uma só lei, um só interesse nacional de classe, uma só barreira alfandegária.

A burguesia, em seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e colossais do que todas as gerações passadas em seu conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando da terra como por encanto – qual século anterior poderia suspeitar que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social?

Vimos, portanto, que os meios de produção e de troca, sobre cuja base se ergue a burguesia, foram gerados no seio

da sociedade feudal. Numa certa etapa do desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições em que a sociedade feudal produzia e trocava – a organização feudal da agricultura e da manufatura, em suma, o regime feudal de propriedade – deixaram de corresponder às forças produtivas em pleno desenvolvimento. Tolhiam a produção em lugar de impulsioná-la. Transformaram-se em outros tantos grilhões que era preciso despedaçar; e foram despedaçados.

Em seu lugar, surgiu a livre concorrência, com uma organização social e política apropriada, com a supremacia econômica e política da classe burguesa.

Assistimos hoje a um processo semelhante. A sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. Há mais de uma década a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; como se a fome ou uma guerra de extermínio houvessem lhe cortado todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, torna-

ram-se poderosas demais para essas condições, passam a ser tolhidas por elas; e, assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las.

As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia.

A burguesia, porém, não se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os *proletários*.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado.

O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho despojaram a atividade do operário de seu caráter autônomo, tirando-lhe todo o atrativo. O operário torna-se um mero apêndice da máquina e dele só se requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender. Desse modo, o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de subsistência que lhe são necessários para viver e perpetuar sua espécie. Mas o preço do trabalho, como de toda mercadoria, é igual ao seu custo de produção. Portanto, à medida que aumenta o caráter enfadonho do trabalho, decrescem os salários. Mais ainda, na mesma medida em que aumenta a maquinaria e a divisão do trabalho, sobe também a quantidade de trabalho, quer pelo aumento das

horas de trabalho, quer pelo aumento do trabalho exigido num determinado tempo, quer pela aceleração do movimento das máquinas, etc.

A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre-artesão patriarcal na grande fábrica do industrial capitalista. Massas de operários, amontoadas na fábrica, são organizadas militarmente. Como soldados rasos da indústria, estão sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais. Não são apenas servos da classe burguesa, do Estado burguês, mas também, dia a dia, hora a hora, escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do dono da fábrica. E esse despotismo é tanto mais mesquinho, mais odioso e exasperador quanto maior é a franqueza com que proclama ter no lucro seu objetivo exclusivo.

Quanto menos habilidade e força o trabalho manual exige, isto é, quanto mais a indústria moderna progride, tanto mais o trabalho dos homens é suplantado pelo de mulheres e crianças. As diferenças de idade e de sexo não têm mais importância social para a classe operária. Não há senão instrumentos de trabalho, cujo preço varia segundo a idade e o sexo.

Depois de sofrer a exploração do fabricante e de receber seu salário em dinheiro, o operário torna-se presa de outros membros da burguesia: o senhorio, o varejista, o penhorista, etc.

As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes, os que vivem de rendas, artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado; uns porque seu pequeno capital não permite empregar os processos da grande indústria e sucumbem na concorrência com os grandes capitalistas; outros porque sua habilidade profissional é depreciada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população.

O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com sua existência.

No começo, empenham-se na luta operários isolados; mais tarde, operários de uma mesma fábrica; finalmente, operários de um mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Dirigem os seus ataques não só contra as relações burguesas de produção, mas também contra os instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para reconquistar a posição perdida do trabalhador da Idade Média.

Nessa fase, o proletariado constitui uma massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência. A coesão maciça dos operários não é ainda o resultado de sua própria união, mas da união da burguesia, que, para atingir seus próprios fins políticos, é levada a pôr em movimento todo o proletariado, o que por enquanto ainda pode fazer. Durante essa fase, os proletários não combatem seus próprios inimigos, mas os inimigos de seus inimigos, os restos da monarquia absoluta, os proprietários de terras, os burgueses não industriais, os pequeno-burgueses. Todo o movimento histórico está desse modo concentrado nas mãos da burguesia e qualquer vitória alcançada nessas condições é uma vitória burguesa.

Mas, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. Os interesses e as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário singular e o burguês singular tomam cada vez mais o caráter de confrontos entre duas classes. Os operários começam a formar coalisões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fun-

dar associações permanentes a fim de se precaver de insurreições eventuais. Aqui e ali a luta explode em revoltas.

De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. Essa união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria e que permitem o contato entre operários de diferentes localidades. Basta, porém, esse contato para concentrar as numerosas lutas locais, que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional, uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política. E a união que os burgueses da Idade Média, com seus caminhos vicinais, levaram séculos a realizar os proletários modernos realizam em poucos anos por meio das ferrovias.

A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa. Aproveita-se das divisões internas da burguesia para obrigá-la ao reconhecimento legal de certos interesses da classe operária, como, por exemplo, a lei da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra.

Em geral, os choques que se produzem na velha sociedade favorecem de diversos modos o desenvolvimento do proletariado. A burguesia vive em luta permanente; primeiro, contra a aristocracia; depois, contra as frações da própria burguesia cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros. Em todas essas lutas, vê-se forçada a apelar para o proletariado, a recorrer à sua ajuda e dessa forma arrastá-lo para o movimento político. A burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela mesma.

Além disso, como já vimos, frações inteiras da classe dominante, em consequência do desenvolvimento da indústria, são lançadas no proletariado, ou pelo menos ameaçadas em suas condições de existência. Também elas trazem ao proletariado numerosos elementos de educação.

Finalmente, nos períodos em que a luta de classes se aproxima da hora decisiva, o processo de dissolução da classe dominante, de toda a velha sociedade, adquire um caráter tão violento e agudo que uma pequena fração da classe dominante se desliga desta, ligando-se à classe revolucionária, à classe que traz nas mãos o futuro. Do mesmo modo que outrora uma parte da nobreza passou para a burguesia, em nossos dias uma parte da burguesia passa para o proletariado, especialmente a parte dos ideólogos burgueses que chegaram à compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto.

De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico.

As camadas médias – pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como camadas médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, são reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História. Quando se tornam revolucionárias, isto se dá em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas seus interesses futuros; abandonam seu próprio ponto de vista em favor daquele do proletariado.

O lumpemproletariado*, putrefação passiva das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser

* Na edição inglesa de 1888, ao invés de *lumpemproletariado*, aparecem os termos “classe perigosa” (*dangerous class*) e “escória social” (*social scum*). Marx e Engels referem-se aqui à camada social composta de trabalhadores ocasionais, desempregados, indivíduos incapazes de trabalhar, vagabundos, criminosos, etc. Mais tarde, em *O Capital* (Livro I, vol II, cap. XXIII), ao estudar a produção progressiva de um exército industrial de reserva pela acumulação capitalista, Marx irá referir-se a essa camada como sendo “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa que vegeta no inferno da indigência, do pauperismo”. Em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx, encontram-se diversas observações sobre o comportamento político dessa camada. O termo alemão *lumpen* quer dizer “andrajos”.

arrasta-do ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predis põem mais a vender-se à reação.

As condições de existência da velha sociedade já estão destruídas nas condições de existência do proletariado. O proletário não tem propriedade; suas relações com a mulher e os filhos já nada têm em comum com as relações familiares burguesas. O trabalho industrial moderno, a subjugação do operário ao capital, tanto na Inglaterra como na França, tanto na América como na Alemanha, despoja o proletário de todo caráter nacional. As leis, a moral e a religião são para ele meros preconceitos burgueses, através dos quais se ocultam outros tantos interesses burgueses.

Todas as classes que no passado conquistaram o poder trataram de consolidar a situação adquirida submetendo toda a sociedade às suas condições de apropriação. Os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sociais senão abolindo o modo de apropriação a elas correspondente e, por conseguinte, todo modo de apropriação existente até hoje. Os proletários nada têm de seu a salvaguardar; sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui existentes.

Todos os movimentos históricos têm sido, até hoje, movimentos de minorias ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria. O proletariado, a camada mais baixa da sociedade atual, não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade oficial.

A luta do proletariado contra a burguesia, embora não seja na essência uma luta nacional, reveste-se dessa forma num primeiro momento. É natural que o proletariado de cada país deva, antes de tudo, liquidar a sua própria burguesia.

Esboçando em linhas gerais as fases do desenvolvimento proletário, descrevemos a história da guerra civil mais ou menos oculta na sociedade existente, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e o proletariado es-

tabelece sua dominação pela derrubada violenta da burguesia.

Todas as sociedades anteriores, como vimos, se basearam no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas. Mas para oprimir uma classe é preciso poder garantir-lhe condições tais que lhe permitam pelo menos uma existência servil. O servo, em plena servidão, conseguiu tornar-se membro da comuna, da mesma forma que o pequeno-burguês, sob o jugo do absolutismo feudal, elevou-se à categoria de burguês. O operário moderno, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais, caindo abaixo das condições de sua própria classe. O trabalhador torna-se um indigente, e o pauperismo cresce ainda mais rapidamente do que a população e a riqueza. Fica assim evidente que a burguesia é incapaz de continuar desempenhando o papel de classe dominante e de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe. Não pode exercer o seu domínio porque não pode mais assegurar a existência de seu escravo, mesmo no quadro de sua escravidão, porque é obrigada a deixá-lo afundar numa situação em que deve nutri-lo em lugar de ser nutrida por ele. A sociedade não pode mais existir sob sua dominação, o que quer dizer que a existência da burguesia não é mais compatível com a sociedade.

A condição essencial para a existência e supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e involuntário, substitui o isolamento dos operários, resultante da competição, por sua união revolucionária resultante da associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria retira dos pés da burguesia a própria base sobre a qual ela assentou o seu regime de produção e de apropriação dos produtos. A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.

II – PROLETÁRIOS E COMUNISTAS

Qual a relação dos comunistas com os proletários em geral?

Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários.

Não têm interesses diferentes dos interesses do proletariado em geral.

Não proclamam princípios particulares, segundo os quais pretendem moldar o movimento operário.

Os comunistas se distinguem dos outros partidos operários somente em dois pontos: de um lado, nas diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independentemente da nacionalidade; de outro lado, nas diferentes fases de desenvolvimento por que passa a luta entre proletários e burgueses, representam, sempre e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto.

Na prática, portanto, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente, têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário.

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.

As proposições teóricas dos comunistas não se baseiam, de modo algum, em ideias ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo. São apenas a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se desenvolve diante dos olhos. A abolição das relações de propriedade que até hoje existiram não é uma característica peculiar e exclusiva do comunismo.

Todas as relações de propriedade têm passado por modificações constantes em consequência das contínuas transformações das condições históricas.

A Revolução Francesa, por exemplo, aboliu a propriedade feudal em proveito da propriedade burguesa.

O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa.

Mas a moderna propriedade privada burguesa é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de apropriação baseado nos antagonismos de classes, na exploração de uns pelos outros.

Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria numa única expressão: supressão da propriedade privada.

Nós, comunistas, temos sido censurados por querer abolir a propriedade pessoalmente adquirida, fruto do trabalho do indivíduo – propriedade que dizem ser a base de toda liberdade, de toda atividade, de toda independência individual.

Propriedade pessoal, fruto do trabalho e do mérito! Falais da propriedade do pequeno-burguês, do pequeno camponês, forma de propriedade anterior à propriedade burguesa? Não precisamos aboli-la, porque o progresso da indústria já a aboliu e continua abolindo-a diariamente. Ou porventura falais da moderna propriedade privada, da propriedade burguesa?

Mas o trabalho do proletário, o trabalho assalariado, cria propriedade para o proletário? De modo algum. Cria o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode aumentar sob a condição de gerar novo trabalho assalariado, para voltar a explorá-lo. Em sua forma atual, a propriedade se move entre dois termos antagônicos: capital e trabalho. Examinemos os termos desse antagonismo.

Ser capitalista significa ocupar não somente uma posição pessoal, mas também uma posição social na produção. O capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da

sociedade, em última instância pelos esforços combinados de todos os membros da sociedade.

O capital não é, portanto, um poder pessoal: é um poder social.

Assim, quando o capital é transformado em propriedade comum, pertencente a todos os membros da sociedade, não é uma propriedade pessoal que se transforma em propriedade social. O que se transformou foi o caráter social da propriedade. Esta perde seu caráter de classe.

Vejamos agora o trabalho assalariado.

O preço médio que se paga pelo trabalho assalariado é o mínimo de salário, ou seja, a soma dos meios de subsistência necessários para que o operário viva como operário. Por conseguinte, o que o operário recebe com o seu trabalho é o estritamente necessário para a mera conservação e reprodução de sua existência. Não pretendemos de modo algum abolir essa apropriação pessoal dos produtos do trabalho, indispensável à manutenção e à reprodução da vida humana – uma apropriação que não deixa nenhum lucro líquido que confira poder sobre o trabalho alheio. Queremos apenas suprimir o caráter miserável dessa apropriação, que faz com que o operário só viva para aumentar o capital e só viva na medida em que o exigem os interesses da classe dominante.

Na sociedade burguesa o trabalho vivo é sempre um meio de aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista o trabalho acumulado é um meio de ampliar, enriquecer e promover a existência dos trabalhadores.

Na sociedade burguesa o passado domina o presente; na sociedade comunista é o presente que domina o passado. Na sociedade burguesa o capital é independente e pessoal, ao passo que o indivíduo que trabalha é dependente e impessoal.

É a supressão dessa situação que a burguesia chama de supressão da individualidade e da liberdade. E com razão. Porque se trata efetivamente de abolir a individualidade burguesa, a independência burguesa, a liberdade burguesa.

Por liberdade, nas atuais relações burguesas de produção, compreende-se a liberdade de comércio, a liberdade de comprar e vender.

Mas, se o tráfico desaparece, desaparecerá também a liberdade de traficar. Toda a fraseologia sobre o livre-comércio, bem como todas as bravatas de nossa burguesia sobre a liberdade, só tem sentido quando se referem ao comércio constrangido e ao burguês oprimido da Idade Média; nenhum sentido tem quando se trata da supressão comunista do tráfico, das relações burguesas de produção e da própria burguesia.

Horrorizai-vos porque queremos suprimir a propriedade privada. Mas em vossa sociedade a propriedade privada está suprimida para nove décimos de seus membros. E é precisamente porque não existe para esses nove décimos que ela existe para vós. Censurai-nos, portanto, por quereremos abolir uma forma de propriedade que pressupõe como condição necessária que a imensa maioria da sociedade não possua propriedade.

Numa palavra, censurai-nos por quereremos abolir a vossa propriedade. De fato, é isso que queremos.

A partir do momento em que o trabalho não possa mais ser convertido em capital, em dinheiro, em renda da terra – numa palavra, em poder social capaz de ser monopolizado –, isto é, a partir do momento em que a propriedade individual não possa mais se converter em propriedade burguesa, declarais que o indivíduo está suprimido.

Confessais, no entanto, que quando falais do indivíduo quereis referir-vos unicamente ao burguês, ao proprietário burguês. E esse indivíduo, sem dúvida, deve ser suprimido.

O comunismo não priva ninguém do poder de se apropriar de sua parte dos produtos sociais; apenas suprime o poder de subjugar o trabalho de outros por meio dessa apropriação.

Alega-se ainda que com a abolição da propriedade privada toda atividade cessaria, uma inércia geral apoderar-se-ia do mundo.

Se isso fosse verdade, há muito que a sociedade burguesa teria sucumbido à ociosidade, pois os que no regime burguês trabalham não lucram e os que lucram não trabalham. Toda objeção se reduz a esta tautologia: não haverá mais trabalho assalariado quando não existir mais capital.

As objeções feitas ao modo comunista de produção e de apropriação dos produtos materiais foram igualmente ampliadas à produção e à apropriação dos produtos do trabalho intelectual. Assim como o desaparecimento da propriedade de classe equivale, para o burguês, ao desaparecimento de toda produção, o desaparecimento da cultura de classe significa, para ele, o desaparecimento de toda cultura.

A cultura, cuja perda o burguês deplora, é para a imensa maioria dos homens apenas um adestramento que os transforma em máquinas.

Mas não discutais conosco aplicando à abolição da propriedade burguesa o critério de vossas noções burguesas de liberdade, cultura, direito, etc. Vossas próprias ideias são produto das relações de produção e de propriedade burguesas, assim como vosso direito não passa da vontade de vossa classe erigida em lei, vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de vossa existência como classe.

Essa concepção interesseira, que vos leva a transformar em leis eternas da natureza e da razão as relações sociais oriundas do vosso modo de produção e de propriedade – relações transitórias que surgem e desaparecem no curso da produção –, é por vós compartilhada com todas as classes dominantes já desaparecidas. O que aceitais para a propriedade antiga, o que aceitais para a propriedade feudal, já não podeis aceitar para a propriedade burguesa.

Supressão da família! Até os mais radicais se indignam com esse propósito infame dos comunistas.

Sobre que fundamento repousa a família atual, a família burguesa? Sobre o capital, sobre o ganho individual. A família, na sua plenitude, só existe para a burguesia, encontram-

do seu complemento na ausência forçada da família entre os proletários e na prostituição pública.

A família burguesa desvanece-se naturalmente com o desvanecer de seu complemento, e ambos desaparecem com o desaparecimento do capital.

Censurai-nos por quereremos abolir a exploração das crianças pelos seus próprios pais? Confessamos esse crime.

Dizeis também que destruímos as relações mais íntimas ao substituímos a educação doméstica pela educação social.

E vossa educação não é também determinada pela sociedade? Pelas condições sociais em que educais vossos filhos, pela intervenção direta ou indireta da sociedade, por meio de vossas escolas, etc.? Os comunistas não inventaram a intromissão da sociedade na educação; apenas procuram modificar seu caráter arrancando a educação da influência da classe dominante.

O palavreado burguês sobre a família e a educação, sobre os doces laços que unem a criança aos pais, torna-se cada vez mais repugnante à medida que a grande indústria destrói todos os laços familiares dos proletários e transforma suas crianças em simples artigos de comércio, em simples instrumentos de trabalho.

“Vós, comunistas, quereis introduzir a comunidade das mulheres!”, grita-nos toda a burguesia em coro.

Para o burguês, a mulher nada mais é do que um instrumento de produção. Ouvindo dizer que os instrumentos de produção serão explorados em comum, conclui naturalmente que o destino de propriedade coletiva caberá igualmente às mulheres. Não imagina que se trata precisamente de arrancar a mulher de seu papel de simples instrumento de produção.

De resto, nada é mais ridículo do que a virtuosa indignação dos nossos burgueses em relação à pretensa comunidade oficial das mulheres que seria adotada pelos comunistas. Os comunistas não precisam introduzir a comunidade das mulheres. Ela quase sempre existiu.

Nossos burgueses, não contentes em ter à sua disposição as mulheres e as filhas dos proletários, sem falar da prostituição oficial, têm singular prazer em seduzir as esposas uns dos outros.

O casamento burguês é, na realidade, a comunidade das mulheres casadas. No máximo, poderiam acusar os comunistas de querer substituir uma comunidade de mulheres, hipócrita e dissimulada, por outra que seria franca e oficial. De resto, é evidente que, com a abolição das atuais relações de produção, desaparecerá também a comunidade das mulheres que deriva dessas relações, ou seja, a prostituição oficial e não oficial.

Os comunistas também são acusados de querer abolir a pátria, a nacionalidade.

Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem. Como, porém, o proletariado tem por objetivo conquistar o poder político e elevar-se a classe dirigente da nação, tornar-se ele próprio nação, ele é, nessa medida, nacional, mas de modo nenhum no sentido burguês da palavra.

Os isolamentos e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade de comércio, com o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e com as condições de existência a ela correspondentes.

A supremacia do proletariado fará com que desapareçam ainda mais depressa. A ação comum do proletariado, pelo menos nos países civilizados, é uma das primeiras condições para sua emancipação.

À medida que for suprimida a exploração do homem pelo homem, será suprimida a exploração de uma nação por outra.

Quando os antagonismos de classes, no interior das nações, tiverem desaparecido, desaparecerá a hostilidade entre as próprias nações.

As acusações feitas aos comunistas em nome da religião, da filosofia e da ideologia em geral não merecem um exame aprofundado.

Será preciso grande inteligência para compreender que, ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e conceitos, numa palavra, muda a sua consciência?

Que demonstra a história das ideias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante.

Quando se fala de ideias que revolucionam uma sociedade inteira, isso quer dizer que no seio da velha sociedade se formaram os elementos de uma sociedade nova e que a dissolução das velhas ideias acompanha a dissolução das antigas condições de existência.

Quando o mundo antigo declinava, as antigas religiões foram vencidas pela religião cristã; quando, no século XVIII, as ideias cristãs cederam lugar às ideias Iluministas, a sociedade feudal travava sua batalha decisiva contra a burguesia então revolucionária. As ideias de liberdade religiosa e de consciência não fizeram mais que proclamar o império da livre concorrência no domínio do conhecimento.

“Mas – dirão – as ideias religiosas, morais, filosóficas, políticas, jurídicas, etc. modificaram-se no curso do desenvolvimento histórico. A religião, a moral, a filosofia, a política e o direito sobreviveram sempre a essas transformações.”

“Além disso, há verdades eternas, como a liberdade, a justiça, etc., que são comuns a todos os regimes sociais. Mas o comunismo quer abolir essas verdades eternas, quer abolir a religião e a moral, em lugar de lhes dar uma nova forma, e isso contradiz todos os desenvolvimentos históricos anteriores.”

A que se reduz essa acusação? A história de toda a sociedade até nossos dias moveu-se em antagonismos de classes, antagonismos que se têm revestido de formas diferentes nas diferentes épocas.

Mas, qualquer que tenha sido a forma assumida, a exploração de uma parte da sociedade por outra é um fato comum a todos os séculos anteriores. Portanto, não é de es-

pantar que a consciência social de todos os séculos, apesar de toda sua variedade e diversidade, tenha se movido sempre sob certas formas comuns, formas de consciência que só se dissolverão completamente com o desaparecimento total dos antagonismos de classes.

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade; não admira, portanto, que no curso de seu desenvolvimento se rompa, do modo mais radical, com as ideias tradicionais.

Mas deixemos de lado as objeções da burguesia ao movimento comunista.

Vimos antes que a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia.

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas.

Isso naturalmente só poderá ser realizado, a princípio, por intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações de produção burguesas, isto é, pela aplicação de medidas que, do ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que no desenrolar do movimento ultrapassarão a si mesmas e serão indispensáveis para transformar radicalmente todo o modo de produção.

Essas medidas, é claro, serão diferentes nos diferentes países.

Nos países mais adiantados, contudo, quase todas as seguintes medidas poderão ser postas em prática:

1. Expropriação da propriedade fundiária e emprego da renda da terra para despesas do Estado.
2. Imposto fortemente progressivo.
3. Abolição do direito de herança.
4. Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes.

5. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com monopólio exclusivo.

6. Centralização de todos os meios de comunicação e transporte nas mãos do Estado.

7. Multiplicação das fábricas nacionais e dos instrumentos de produção, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral.

8. Unificação do trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura.

9. Unificação dos trabalhos agrícola e industrial; abolição gradual da distinção entre a cidade e o campo por meio de uma distribuição mais igualitária da população pelo país.

10. Educação pública e gratuita a todas as crianças; abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material, etc.

Quando, no curso do desenvolvimento, desaparecerem os antagonismos de classes e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, organiza-se forçosamente como classe, se por meio de uma revolução converte-se em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, junto com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe.

Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.

III - LITERATURA SOCIALISTA E COMUNISTA

1. O socialismo reacionário

a) O socialismo feudal

Por sua posição histórica, as aristocracias da França e da Inglaterra viram-se chamadas a lançar libelos contra a sociedade burguesa. Na revolução francesa de julho de 1830, no movimento inglês pela reforma, tinham sucumbido mais uma vez sob os golpes dessa odiada arrivista. A partir daí não se podia tratar de uma luta política séria; só lhes restava a luta literária. Mas também no domínio literário tornara-se impossível a velha fraseologia da Restauração*. Para despertar simpatias, a aristocracia fingiu deixar de lado seus próprios interesses e dirigiu sua acusação contra a burguesia, aparentando defender apenas os interesses da classe operária explorada. Desse modo, entregou-se ao prazer de cantarolar sátiras sobre os novos senhores e de lhes sussurrar ao ouvido profecias sinistras.

Assim surgiu o socialismo feudal: em parte lamento, em parte pasquim; em parte ecos do passado, em parte ameaças ao futuro. Se por vezes a sua crítica amarga, mordaz e espirituosa feriu a burguesia no coração, sua impotência absoluta em compreender a marcha da história moderna terminou sempre produzindo um efeito cômico.

Para atrair o povo, a aristocracia desfraldou como bandeira a sacola do mendigo; mas, assim que o povo acorreu, percebeu que as costas da bandeira estavam ornadas com os velhos brasões feudais e dispersou-se com grandes e irreverentes gargalhadas.

* Não se trata da Restauração Inglesa de 1660-1689, mas da Restauração Francesa de 1814-1830. [Nota de Engels à edição inglesa de 1888]

Uma parte dos legitimistas franceses e a “Jovem Inglaterra” ofereceram ao mundo esse espetáculo.

Quando os feudais demonstraram que o seu modo de exploração era diferente do da burguesia, esqueceram apenas uma coisa: que o feudalismo explorava em circunstâncias e condições completamente diversas, hoje em dia ultrapassadas. Quando ressaltam que sob o regime feudal o proletariado moderno não existia, esquecem que a burguesia foi precisamente um fruto necessário de sua organização social.

Além disso, ocultam tão pouco o caráter reacionário de sua crítica que sua principal acusação contra a burguesia consiste justamente em dizer que esta assegura sob seu regime o desenvolvimento de uma classe que fará ir pelos ares toda a antiga ordem social.

O que reprovam à burguesia é mais o fato de ela ter produzido um proletariado revolucionário do que o de ter criado o proletariado em geral.

Por isso, na luta política participam ativamente de todas as medidas de repressão contra a classe operária. E na vida diária, a despeito de sua pomposa fraseologia, conformam-se perfeitamente em colher as maçãs de ouro da árvore da indústria e em trocar honra, amor e fidelidade pelo comércio de lã, açúcar de beterraba e aguardente*.

Do mesmo modo que o padre e o senhor feudal marcharam sempre de mãos dadas, o socialismo clerical marcha lado a lado com o socialismo feudal.

Nada é mais fácil que recobrir o ascetismo cristão com um verniz socialista. O cristianismo também não se ergueu contra a propriedade privada, o matrimônio, o Estado? E em seu lugar não pregou a caridade e a pobreza, o celibato

* Isso se refere sobretudo à Alemanha, onde a aristocracia latifundiária cultiva por conta própria grande parte de suas terras, com ajuda de administradores e é, além disso, produtora de açúcar de beterraba e destiladora de aguardente. Os mais prósperos aristocratas britânicos se encontram, por enquanto, acima disso, mas também sabem como compensar a diminuição de suas rendas emprestando seu nome aos fundadores de sociedades anônimas de reputação mais ou menos duvidosa. [Nota de Engels à edição inglesa de 1888]

e a mortificação da carne, a vida monástica e a Igreja? O socialismo cristão não passa da água benta com que o padre abençoa o despeito da aristocracia.

b) O socialismo pequeno-burguês

A aristocracia feudal não é a única classe arruinada pela burguesia, não é a única classe cujas condições de existência se atrofiam e perecem na sociedade burguesa moderna. Os pequeno-burgueses e os pequenos camponeses da Idade Média foram os precursores da burguesia moderna. Nos países onde o comércio e a indústria são pouco desenvolvidos, essa classe continua a vegetar ao lado da burguesia em ascensão.

Nos países onde a civilização moderna está florescente, forma-se uma nova classe de pequeno-burgueses que oscila entre o proletariado e a burguesia, reconstituindo-se sempre como fração complementar da sociedade burguesa; os membros dessa classe, no entanto, se veem constantemente precipitados no proletariado, devido à concorrência, e, com a marcha progressiva da grande indústria, sentem aproximar-se o momento em que desaparecerão completamente como fração independente da sociedade moderna e serão substituídos no comércio, na manufatura e na agricultura por supervisores, capatazes e empregados.

Em países como a França, onde os camponeses constituem bem mais da metade da população, era natural que os escritores que se batiam pelo proletariado e contra a burguesia aplicassem à sua crítica do regime burguês critérios do pequeno-burguês e do pequeno camponês e defendessem a causa operária do ponto de vista da pequena-burguesia. Desse modo se formou o socialismo pequeno-burguês. Sismondi é o chefe dessa literatura, não somente na França, mas também na Inglaterra.

Esse socialismo dissecou com muita perspicácia as contradições inerentes às modernas relações de produção. Pôs a nu as hipócritas apologias dos economistas. Demonstrou de um modo irrefutável os efeitos mortíferos das máquinas

e da divisão do trabalho, da concentração dos capitais e da propriedade territorial, a superprodução, as crises, a decadência inevitável dos pequeno-burgueses e pequenos camponeses, a miséria do proletariado, a anarquia na produção, a clamorosa desproporção na distribuição das riquezas, a guerra industrial de extermínio entre as nações, a dissolução dos velhos costumes, das velhas relações de família, das velhas nacionalidades.

Quanto ao seu “conteúdo positivo”, porém, o socialismo pequeno-burguês quer ou restabelecer os antigos meios de produção e de troca e, com eles, as antigas relações de propriedade e toda a antiga sociedade, ou então fazer entrar à força os meios modernos de produção e de troca no quadro estreito das antigas relações de propriedade que foram destruídas e necessariamente despedaçadas por eles. Num e noutro caso, esse socialismo é ao mesmo tempo reacionário e utópico.

Sistema corporativo na manufatura e economia patriarcal no campo: eis suas últimas palavras.

Por fim, quando os obstinados fatos históricos dissiparam-lhe a embriaguez, essa escola socialista abandonou-se a uma covarde ressaca.

c) O socialismo alemão ou o “verdadeiro socialismo”

A literatura socialista e comunista da França, nascida sob a pressão de uma burguesia dominante e expressão literária da revolta contra esse domínio, foi introduzida na Alemanha quando a burguesia começava a sua luta contra o absolutismo feudal.

Filósofos, semifilósofos e impostores alemães lançaram-se avidamente sobre essa literatura, mas se esqueceram de que, com a importação da literatura francesa na Alemanha, não eram importadas ao mesmo tempo as condições de vida da França. Nas condições alemãs, a literatura francesa perdeu toda a significação prática imediata e tomou um caráter puramente literário. Aparecia apenas como especulação ociosa sobre a realização da essência humana. Assim, as rei-

vindicações da primeira revolução francesa só eram, para os filósofos alemães do século XVIII, as reivindicações da “razão prática” em geral; e as manifestações da vontade dos burgueses revolucionários da França não expressava, a seus olhos, senão as leis da vontade pura, da vontade tal como deve ser, da vontade verdadeiramente humana.

O trabalho dos literatos alemães limitou-se a colocar as ideias francesas em harmonia com a sua velha consciência filosófica, ou melhor, a apropriar-se das ideias francesas sem abandonar seu próprio ponto de vista filosófico.

Apropriaram-se delas da mesma forma com que se assimila uma língua estrangeira: pela tradução.

Sabe-se que os monges escreveram hagiografias católicas insípidas sobre os manuscritos em que estavam registradas as obras clássicas da antiguidade pagã. Os literatos alemães agiram em sentido inverso a respeito da literatura francesa profana. Introduziram suas insanidades filosóficas no original francês. Por exemplo, sob a crítica francesa das funções do dinheiro, escreveram “alienação da essência humana”; sob a crítica francesa do Estado burguês, escreveram “superação do domínio da universalidade abstrata”, e assim por diante.

A essa interpolação do palavreado filosófico nas teorias francesas deram o nome de “filosofia da ação”, “verdadeiro socialismo”, “ciência alemã do socialismo”, “justificação filosófica do socialismo”, etc.

Desse modo, castraram completamente a literatura socialista e comunista francesa. E, como nas mãos dos alemães essa literatura tinha deixado de ser a expressão da luta de uma classe contra outra, eles se felicitaram por terem se elevado acima da “estreiteza francesa” e defendido não verdadeiras necessidades, mas a “necessidade da verdade”; não os interesses do proletário, mas os interesses do ser humano, do homem em geral, do homem que não pertence a nenhuma classe nem à realidade alguma e que só existe no céu brumoso da fantasia filosófica.

Esse socialismo alemão que levava tão solenemente a sério seus canhestros exercícios de escola e que os apregoava

tão charlatanesco foi perdendo, pouco a pouco, sua inocência pedante.

A luta da burguesia alemã e especialmente da burguesia prussiana contra o feudalismo e a monarquia absoluta, numa palavra, o movimento liberal, tornou-se mais séria.

Desse modo, apresentou-se ao “verdadeiro socialismo” a tão desejada oportunidade de contrapor ao movimento político as reivindicações socialistas, de lançar os anátemas tradicionais contra o liberalismo, o regime representativo, a concorrência burguesa, a liberdade burguesa de imprensa, o direito burguês, a liberdade e a igualdade burguesas; de pregar às massas que nada tinham a ganhar, mas, pelo contrário, tudo a perder nesse movimento burguês. O socialismo alemão esqueceu, bem a propósito, que a crítica francesa, da qual era o eco monótono, pressupunha a sociedade burguesa moderna com as condições materiais de existência que lhe correspondem e uma constituição política adequada – precisamente as coisas que, na Alemanha, estava ainda por conquistar.

Esse socialismo serviu de espantinho – para amedrontar a burguesia ameaçadoramente ascendente – aos governos absolutos da Alemanha, com seu cortejo de padres, pedagogos, fidalgos rurais e burocratas.

Juntou sua hipocrisia adocicada aos tiros de fuzil e às chicotadas com que esses mesmos governos respondiam aos levantes dos operários alemães.

Se o “verdadeiro socialismo” se tornou assim uma arma nas mãos dos governos contra a burguesia alemã, representou também diretamente um interesse reacionário, o interesse da pequena-burguesia alemã. A classe dos pequeno-burgueses, legada pelo século XVI, e desde então renascendo sem cessar sob formas diversas, constitui na Alemanha a verdadeira base social do regime estabelecido.

Mantê-la é manter na Alemanha o regime estabelecido. A supremacia industrial e política da burguesia ameaça destruir a pequena-burguesia – de um lado, pela concentração do capital, de outro, pelo desenvolvimento de um proletariado revolucionário. O “verdadeiro socialismo” pareceu aos

pequeno-burgueses uma arma capaz de aniquilar esses dois inimigos. Propagou-se como uma epidemia.

A roupagem tecida com os fios imateriais da especulação, bordada com as flores da retórica e banhada de orvalho sentimental, essa roupagem na qual os socialistas alemães envolveram o miserável esqueleto das suas “verdades eternas”, não fez senão ativar a venda de sua mercadoria entre aquele público.

Por seu lado, o socialismo alemão compreendeu cada vez mais que sua vocação era ser o representante grandiloquente dessa pequena-burguesia.

Proclamou que a nação alemã era a nação-modelo, e o pequeno-burguês alemão o homem-modelo. A todas as infâmias desse homem-modelo atribuiu um sentido oculto, um sentido superior e socialista, que as tornava exatamente o contrário do que eram. Foi conseqüente até o fim, levantando-se contra a tendência “brutalmente destrutiva” do comunismo, declarando que pairava imparcialmente acima de todas as lutas de classes. Com raras exceções, todas as pretensas publicações socialistas ou comunistas que circulam na Alemanha pertencem a essa suja e debilitante literatura*.

2. O socialismo conservador ou burguês

Uma parte da burguesia procura remediar os males sociais para a existência da sociedade burguesa.

Nessa categoria enfileiram-se os economistas, os filantropos, os humanitários, os que se ocupam em melhorar a sorte da classe operária, os organizadores de beneficências, os protetores dos animais, os fundadores das sociedades antialcoólicas, enfim, os reformadores de gabinete de toda categoria. Esse socialismo burguês chegou até a ser elaborado em sistemas completos.

* A tormenta revolucionária de 1848 varreu toda essa sórdida tendência e tirou de seus partidários o desejo de continuar brincando com o socialismo. O representante principal e tipo clássico dessa escola é o sr. Karl Grün. [Nota de Engels à edição alemã de 1890]

Como exemplo, citemos a *Filosofia da Miséria*, de Proudhon.

Os socialistas burgueses querem as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e os perigos que dela decorrem fatalmente. Querem a sociedade atual, mas eliminando os elementos que a revolucionam e dissolvem. Querem a burguesia sem o proletariado. A burguesia, naturalmente, concebe o mundo em que domina como o melhor dos mundos. O socialismo burguês elabora em um sistema mais ou menos completo essa concepção consoladora. Quando convida o proletariado a realizar esses sistemas e entrar na nova Jerusalém, no fundo o que pretende é induzi-lo a manter-se na sociedade atual, desembaraçando-se, porém, do ódio que sente por ela.

Uma segunda forma desse socialismo, menos sistemática porém mais prática, procura fazer com que os operários se afastem de qualquer movimento revolucionário, demonstrando-lhes que não será tal ou qual mudança política, e sim uma transformação das condições de vida material e das relações econômicas, que poderá ser proveitosa para eles. Por transformação das condições materiais de existência esse socialismo não compreende em absoluto a abolição das relações burguesas de produção – que só é possível pela via revolucionária –, mas apenas reformas administrativas realizadas sobre a base das próprias relações de produção burguesas e que, portanto, não afetam as relações entre o capital e o trabalho assalariado, servindo, no melhor dos casos, para diminuir os gastos da burguesia com sua dominação e simplificar o trabalho administrativo de seu Estado.

O socialismo burguês só atinge sua expressão correspondente quando se torna simples figura de retórica.

Livre-comércio, no interesse da classe operária! Tarifas protetoras, no interesse da classe operária! Prisões, no interesse da classe operária! Eis a última palavra do socialismo burguês, a única pronunciada a sério.

O seu raciocínio se resume na frase: os burgueses são burgueses – no interesse da classe operária.

3. O socialismo e o comunismo crítico-utópicos

Não se trata aqui da literatura que, em todas as grandes revoluções modernas, exprimiu as reivindicações do proletariado (escritos de Babeuf, etc.).

As primeiras tentativas diretas do proletariado para fazer prevalecer seus próprios interesses de classe, feitas numa época de agitação geral, no período da derrubada da sociedade feudal, fracassaram necessariamente não apenas por causa do estado embrionário do próprio proletariado, mas devido à ausência das condições materiais de sua emancipação, condições que apenas surgem como produto da época burguesa. A literatura revolucionária que acompanhava esses primeiros movimentos do proletariado teve forçosamente um conteúdo reacionário. Preconizava um ascetismo geral e um grosseiro igualitarismo.

Os sistemas socialistas e comunistas propriamente ditos, os de Saint-Simon, Fourier, Owen, etc., aparecem no primeiro período da luta entre o proletariado e a burguesia, período anteriormente descrito (*ver Burgueses e proletários*).

Os fundadores desses sistemas compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhe seja peculiar.

Como o desenvolvimento dos antagonismos de classes acompanha o desenvolvimento da indústria, não distinguem tampouco as condições materiais da emancipação do proletariado e põem-se à procura de uma ciência social, de leis sociais que permitam criar essas condições.

Substituem a atividade social por sua própria imaginação pessoal; as condições históricas da emancipação por condições fantásticas; a organização gradual e espontânea do proletariado em classe por uma organização da sociedade pré-fabricada por eles. A história futura do mundo se resume, para eles, na propaganda e na execução prática de seus planos de organização social.

Todavia, na confecção de seus planos, têm a convicção de defender antes de tudo os interesses da classe operária, co-

mo classe mais sofredora. A classe operária só existe para eles sob esse aspecto, o de classe mais sofredora.

Mas a forma rudimentar da luta de classes e sua própria posição social os levam a considerar-se muito acima de qualquer antagonismo de classe. Desejam melhorar as condições materiais de vida de todos os membros da sociedade, mesmo dos mais privilegiados. Por isso, não cessam de apelar indistintamente à sociedade inteira, e de preferência à classe dominante. Bastaria compreender seu sistema para reconhecê-lo como o melhor plano possível para a melhor sociedade possível.

Rejeitam, portanto, toda ação política e, sobretudo, toda ação revolucionária; procuram atingir seu objetivo por meios pacíficos e tentam abrir um caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo, com experiências em pequena escala e que naturalmente sempre fracassam.

Essa descrição fantástica, da sociedade futura, feita numa época em que o proletariado ainda pouco desenvolvido encara sua própria posição de um modo fantástico, corresponde às primeiras aspirações instintivas dos operários a uma completa transformação da sociedade.

Mas as obras socialistas e comunistas encerram também elementos críticos. Atacam todas as bases da sociedade existente. Por isso fornecem em seu tempo materiais de grande valor para esclarecer os operários. Suas proposições positivas sobre a sociedade futura, tais como a supressão do contraste entre a cidade e o campo, a abolição da família, do lucro privado e do trabalho assalariado, a proclamação da harmonia social e a transformação do Estado numa simples administração da produção – todas essas propostas apenas exprimem o desaparecimento do antagonismo entre as classes, antagonismo que mal se inicia e que esses autores conhecem somente em suas formas imprecisas. Assim, essas proposições têm ainda um sentido puramente utópico.

A importância do socialismo e do comunismo crítico-utópicos está na razão inversa do seu desenvolvimento histórico. À medida que a luta de classes se acentua e toma formas mais definidas, a fantástica pressa de abstrair-se dela, essa fantástica oposição que lhe é feita, perde qualquer valor prático, qualquer justificação teórica. Por isso, se em

muitos aspectos os fundadores desses sistemas foram revolucionários, as seitas formadas por seus discípulos constituem sempre seitas reacionárias. Aferram-se às velhas concepções de seus mestres apesar do desenvolvimento histórico contínuo do proletariado. Procuram, portanto, e nisto são consequentes, atenuar a luta de classes e conciliar os antagonismos. Continuam a sonhar com a realização experimental de suas utopias sociais – instituição de falanstérios isolados, criação de colônias no interior, fundação de uma pequena Icária* (edição em formato reduzido da nova Jerusalém) e para dar realidade a todos esses castelos no ar veem-se obrigados a apelar para os bons sentimentos e os cofres dos filantropos burgueses. Pouco a pouco caem na categoria dos socialistas reacionários ou conservadores descritos anteriormente, e só se distinguem deles por um pedantismo mais sistemático, uma fé supersticiosa e fanática nos efeitos miraculosos de sua ciência social.

Por isso se opõem exasperados a qualquer ação política da classe operária, porque, segundo pensam, tal ação só poderia decorrer de uma descrença cega no novo evangelho.

Desse modo, os owenistas, na Inglaterra, e os fourieristas, na França, reagem respectivamente contra os cartistas e os reformistas**.

* Falanstérios eram colônias socialistas projetadas por Charles Fourier; Icária era o nome dado por Cabet a seu país utópico e, mais tarde, à sua colônia comunista na América. [Nota de Engels à edição inglesa de 1888]

** *Cartistas*: A *National Charter Association* foi fundada em 1839 com o objetivo de lutar pela conquista de plenos direitos políticos para a classe operária e das demais reivindicações um ano antes formuladas no *People's Charter* (Carta do Povo): sufrágio universal a partir de 21 anos, reunião anual do parlamento, abolição da propriedade como critério eleitoral, voto secreto, voto distrital. *Reformistas*: democratas republicanos e socialistas partidários do periódico francês *La Réforme* (1843-1850), que lutavam pela instauração da república e pela aplicação de reformas democráticas e sociais; circulou de outubro de 1847 a janeiro de 1848, Engels foi seu assíduo articulista.

IV – POSIÇÃO DOS COMUNISTAS DIANTE DOS DIVERSOS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO

O que já dissemos no capítulo II basta para determinar a relação dos comunistas com os partidos operários já constituídos e, por conseguinte, sua relação com os cartistas na Inglaterra e os reformadores agrários na América do Norte.

Os comunistas lutam pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro do movimento. Aliam-se na França ao partido social-democrata* contra a burguesia conservadora e radical, reservando-se o direito de criticar a fraseologia e as ilusões legadas pela tradição revolucionária.

Na Suíça, apoiam os radicais, sem esquecer que esse partido se compõe de elementos contraditórios, em parte socialistas democráticos, no sentido francês da palavra, em parte burgueses radicais.

Na Polônia, os comunistas apoiam o partido que vê numa revolução agrária a condição da libertação nacional, o partido que desencadeou a insurreição de Cracóvia em 1846**.

Na Alemanha, o partido comunista luta junto com a burguesia todas as vezes que esta age revolucionariamente –

* Esse partido era representado no parlamento por Alexandre Auguste Ledru-Rollin (1807-1874), na literatura por Louis Blanc (1811-1882), na imprensa pelo *Réforme*. O nome social-democracia significava, para seus criadores, a parte do Partido Democrático ou Republicano com tendências mais ou menos socialistas. O que então se chamava na França partido democrático-socialista era representado na política por Ledru-Rollin e na literatura por Louis Blanc; estava, pois, a cem mil léguas da social-democracia alemã atual. [Nota de Engels às edições inglesa de 1888 e alemã de 1890]

** Insurreição iniciada pelos democratas revolucionários poloneses (Dembowski e outros) em fevereiro de 1846, com o objetivo de conquistar a libertação nacional da Polônia. Foi derrotada no começo de março de 1846.

contra a monarquia absoluta, a propriedade rural feudal e a pequena-burguesia.

Mas em nenhum momento esse partido se descuida de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o proletariado, para que, na hora precisa, os operários alemães saibam converter as condições sociais e políticas, criadas pelo regime burguês, em outras tantas armas contra a burguesia, para que logo após terem sido destruídas as classes reacionárias da Alemanha possa ser travada a luta contra a própria burguesia.

É sobretudo para a Alemanha que se volta a atenção dos comunistas, porque a Alemanha se encontra às vésperas de uma revolução burguesa e porque realizará essa revolução nas condições mais avançadas da civilização europeia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido que o da Inglaterra no século XVII e o da França no século XVIII; e porque essa revolução burguesa será, portanto, o prelúdio imediato de uma revolução proletária.

Em resumo, os comunistas apoiam em toda parte qualquer movimento revolucionário contra a ordem social e política existente.

Em todos esses movimentos colocam em destaque, como questão fundamental, a questão da propriedade, qualquer que seja a forma, mais ou menos desenvolvida, de que esta se revista.

Finalmente, os comunistas trabalham pela união e pelo entendimento dos partidos democráticos de todos os países.

Os comunistas se recusam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder a não ser os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar.

Proletários de todos os países, uni-vos!

ANEXOS

PRINCÍPIOS DO COMUNISMO

*Friedrich Engels**

1. *Pergunta:* O que é o comunismo?

Resposta: O comunismo é a doutrina das condições de libertação do proletariado.

2. *Pergunta:* O que é o proletariado?

Resposta: O proletariado é aquela classe da sociedade cujo sustento provém unicamente da venda do seu trabalho, e não do lucro de qualquer capital; cujo bem-estar e mal-estar, cuja vida e morte, cuja existência toda depende da demanda de trabalho, ou seja, da alternância de momentos de negócio bons e ruins, das oscilações de uma concorrência descontrolada. O proletariado, ou a classe dos proletários, é, numa palavra, a classe trabalhadora do século XIX.

3. *Pergunta:* Portanto, nem sempre houve proletários?

* Escrito por Engels entre outubro e novembro de 1847 como esboço de programa para a Liga dos Comunistas no contexto de debates nas comunas sobre um projeto de “Profissão de fé comunista” proposto pela direção londrina (K. Schapper, H. Bauer e J. Moll) no primeiro congresso da Liga, em junho de 1847, no qual a Liga dos Justos foi reorganizada e recebeu o nome de Liga dos Comunistas. Marx e Engels criticaram fortemente o projeto de “Profissão de fé comunista”, pelas influências do “socialismo utópico”, assim como o esboço messiânico escrito por Moses Hess, representante do chamado “verdadeiro socialismo”. Engels foi encarregado pela direção parisiense da Liga em escrever um novo projeto que se tornou o documento *Princípios do Comunismo*, mas via este texto apenas como um esboço preliminar do programa (como expressou em sua carta a Marx, de 23/24 de novembro de 1847) e sugeriu que seria melhor abandonar a forma desatualizada de catecismo (perguntas e repostas) e escrever um programa na forma de um “Manifesto Comunista” [o nome do Manifesto, portanto, foi uma sugestão de Engels]. O segundo congresso da Liga dos Comunistas, entre 29 de novembro e 8 de dezembro de 1847, no qual Marx e Engels defenderam os princípios científicos do socialismo, encarregou ambos de elaborar um novo programa. Na elaboração do *Manifesto do Partido Comunista* usaram grande parte das teses desenvolvidas em *Princípios do Comunismo*.

Resposta: Não. Classes pobres e trabalhadoras sempre existiram; e as classes trabalhadoras foram, em sua maioria, pobres. Mas estes pobres, estes trabalhadores que vivem nas condições que acabamos de mencionar, isto é, os proletários, nem sempre existiram, assim como nem sempre foi livre e desenfreada a concorrência.

4. *Pergunta:* Como surgiu o proletariado?

Resposta: O proletariado surgiu durante a revolução industrial ocorrida na Inglaterra na última metade do século passado [séc. XVIII], e que, desde então, repetiu-se em todos os países civilizados do mundo. Essa revolução industrial foi causada pela invenção da máquina a vapor, das diversas máquinas de fiar, do tear mecânico e de uma série de outros dispositivos mecânicos. Essas máquinas, que eram muito caras, e, por isso, apenas podiam ser adquiridas pelos grandes capitalistas, modificaram todo o anterior modo de produção e substituíram os antigos trabalhadores, ao passo que as máquinas forneciam mercadorias mais baratas e melhores do que as que os trabalhadores podiam produzir com as suas rodas de fiar e seus teares imperfeitos.

Essas máquinas colocaram assim toda a indústria nas mãos dos grandes capitalistas e deixaram os poucos bens dos trabalhadores (ferramentas, teares, etc.) completamente sem valor, de modo que os capitalistas logo tomaram tudo em suas mãos e nada sobrou aos trabalhadores. Assim foi introduzido na manufatura de tecido o sistema fabril. Uma vez dado o impulso para a introdução da maquinaria e do sistema fabril, este se aplicou também, em seguida, a todos os outros setores industriais, especialmente aos setores de impressão de materiais e de livros, às olarias e indústrias de metais. O trabalho foi cada vez mais dividido entre trabalhadores isolados, a ponto de o trabalhador que antes fazia toda uma peça fazer agora apenas uma pequena parte dela.

Essa divisão do trabalho possibilitou um fornecimento mais rápido e, conseqüentemente, mais barato dos produtos. Ela reduziu a atividade de cada trabalhador a uma ope-

ração tão simples, repetitiva e mecânica que uma máquina a faria não só tão bem, mas melhor. Dessa forma, todos os ramos industriais se submeteram, um após outro, ao domínio do poder do vapor, da maquinaria e do sistema fabril, como ocorrera com a fiação e a tecelagem. Ao mesmo tempo, assim, eles caíram completamente nas mãos dos grandes capitalistas, e os trabalhadores foram privados dos seus últimos resquícios de independência. Aos poucos, além da própria manufatura, também o artesanato passou a ser mais e mais dominado pelo sistema fabril, pois nele os grandes capitalistas substituíram cada vez mais os pequenos proprietários, com grandes instalações de ateliês onde muitos custos podiam ser reduzidos e o trabalho podia ser melhor dividido.

Assim chegamos ao ponto em que quase todos os ramos de trabalho nos países civilizados operam de maneira fabril, em que a grande indústria substituiu o artesanato e a manufatura em quase todos os setores. Desse modo, a anterior classe média, especialmente os pequenos mestres-artesãos, foi cada vez mais arruinada, a situação do trabalhador foi completamente revolucionada e duas novas classes foram criadas, suprimindo todas as outras, a saber:

a) A classe dos grandes capitalistas, que, em todos os países civilizados, já possui quase exclusivamente todos os meios de existência, as matérias-primas e os instrumentos (máquinas, fábricas) necessários para a produção dos meios de vida. Essa é a classe dos burgueses ou a burguesia.

b) A classe dos completamente despossuídos, que dependem da venda de seu trabalho aos burgueses para obter os meios de existência necessários ao seu sustento. Esta classe se chama a classe dos proletários ou o proletariado.

5. *Pergunta:* Em que condições ocorre essa venda do trabalho dos proletários à burguesia?

Resposta: O trabalho é uma mercadoria como todas as outras, portanto seu preço é determinado exatamente pelas mesmas leis que qualquer outra mercadoria. O preço de uma mercadoria, sob a dominação das grandes indústrias ou da livre concorrência – que, como veremos, equivalem à mes-

ma coisa – , é em média sempre igual aos custos de produção dessa mercadoria. Portanto, o preço do trabalho é também igual aos custos de produção do trabalho.

Os custos de produção do trabalho consistem na quantidade de meios de existência necessários para manter os operários em condições de continuar a trabalhar e impedir que a classe trabalhadora pereça. O operário, portanto, receberá por seu trabalho não mais do que necessita para esse fim. Desse modo, o preço do trabalho ou do salário será o mais baixo, o mínimo necessário para viver. Dado que o tempo dos negócios é ora ruim e ora bom, segue-se que ele [o operário] consegue ora mais e ora menos, da mesma forma como o fabricante ganha ora mais e ora menos por suas mercadorias. Mas assim como o fabricante, em média, durante os momentos bons e ruins dos negócios, não recebe nem mais nem menos por suas mercadorias do que seus custos de produção, também o trabalhador, em média, não recebe nem mais nem menos do que aquele mínimo. Essa lei econômica dos salários, todavia, será executada com mais rigor quanto mais a grande indústria assumir controle de todos os ramos de trabalho.

6. *Pergunta:* Que classes trabalhadoras existiam antes da revolução industrial?

Resposta: A depender dos vários estágios de desenvolvimento da sociedade, as classes trabalhadoras viveram em relações diferentes, com diferentes posições em relação às classes possuidoras e dominantes. Na Antiguidade, os trabalhadores eram escravos dos proprietários, como ainda ocorre em muitos países atrasados e mesmo na parte sul dos Estados Unidos. Na Idade Média, eles eram servos da nobreza latifundiária, como ainda são na Hungria, Polônia e Rússia. Na Idade Média, até a revolução industrial, também havia jornaleiros nas cidades, trabalhando a serviço dos mestres pequeno-burgueses; gradualmente, com o desenvolvimento da manufatura, surgiram também operários manufatureiros, que já eram empregados pelos capitalistas menores.

7. *Pergunta:* Como o proletário se difere do escravo?

Resposta: O escravo é comprado de uma vez por todas; o proletário deve se vender todo dia e a toda hora. O escravo individual, propriedade de um senhor, já tem uma existência assegurada pelos interesses desse senhor, por mais miserável que seja; já o proletário individual é, por assim dizer, propriedade de toda a classe burguesa, a qual compra seu trabalho apenas quando necessita, mantendo-o na insegurança. A existência só é garantida à classe proletária como um todo. O escravo fica fora da concorrência, já o proletário está nela e sente todas as suas oscilações. O escravo vale como uma coisa, não como um membro da sociedade civil; já o proletário é reconhecido enquanto pessoa e membro da sociedade civil.

O escravo pode assim ter uma existência melhor do que a do proletário, mas o proletário pertence a um nível superior de desenvolvimento da sociedade, e ele próprio está num nível superior ao do escravo. A libertação do escravo apenas abole a relação de escravidão (considerada entre todas as relações de propriedade privada), e assim torna-se ele mesmo um proletário; o proletário, por sua vez, só pode se libertar abolindo a propriedade privada em geral.

8. *Pergunta:* Como o proletário se difere do servo?

Resposta: O servo tem posse e faz uso de um instrumento de produção, de um pedaço de terra, em troca de uma parte do produto ou em troca de prestação de trabalho. O proletário trabalha com instrumentos de produção de outrem e por conta desse outrem, e em troca recebe uma parte da renda. O servo entrega, o proletário recebe. O servo tem uma existência garantida, o proletário não. O servo está fora da concorrência, o proletário está nela. O servo liberta-se seja pela fuga rumo às cidades, onde se torna um artesão; seja por pagamentos ao seu senhor – invés de dar-lhe trabalho e produtos –, com o que se torna um arrendatário livre; seja ao expulsar seu senhor feudal – tornando-se ele mesmo proprietário. Em suma, numa forma ou noutra ele adentra a classe proprietária e a concorrência. O proletário se liberta abolindo a concorrência, a propriedade privada e todas as diferenças de classe.

9. *Pergunta*: Como o proletário se difere do artesão?*

10. *Pergunta*: Como o proletário se difere do trabalhador manufatureiro?

Resposta: O trabalhador manufatureiro dos séculos XVI a XVIII possuía quase sempre um instrumento de produção: seu tear, as rodas de fiar para a sua família, um pequeno campo que cultivava nas horas extras. O proletário não tem nada disso. O trabalhador manufatureiro quase sempre vive no campo e em relações mais ou menos patriarcais com o seu senhor ou patrão; majoritariamente, o proletário vive em grandes cidades e tem uma relação puramente monetária com o seu empregador. O trabalhador manufatureiro é arrancado de suas relações patriarcais pela grande indústria, perde a propriedade que ainda tinha e torna-se assim um proletário.

11. *Pergunta*: Quais os resultados imediatos da revolução industrial e da divisão da sociedade em burgueses e proletários?

Resposta: Em primeiro lugar, o antigo sistema de manufatura ou da indústria baseada no trabalho manual foi completamente destruído pelos preços cada vez mais baixos

* Meia página foi deixada em branco no manuscrito original de Engels para a resposta. No original do projeto de "Profissão de fé comunista", onde a mesma questão aparece na pergunta 13, pode se ler como resposta: "O artesão, assim chamado em oposição proletário, o artesão tal qual existia por quase todo o século passado e existe ainda aqui e ali, é proletário no máximo durante um certo tempo. Seu objetivo é adquirir um capital e, assim, explorar outros operários. Frequentemente, ele consegue atingir esse objetivo nos locais onde as corporações ainda existem ou onde a liberdade industrial ainda não conduziu nem à organização fabril dos ofícios, nem a uma concorrência violenta. Porém, logo que o sistema fabril é introduzido nos ofícios e a concorrência alcança pleno progresso, essa perspectiva desaparece e o artesão torna-se cada vez mais proletário. O artesão se liberta, pois, seja tornando-se burguês ou passando em geral para a classe média, seja tornando-se proletário através da concorrência (como acontece na maioria das vezes) e ligando-se então ao movimento do proletariado, quer dizer, ao movimento comunista mais ou menos consciente". Ver *Documents constitutifs de la Ligue des communistes*. Org. Bert Andréas. Paris, Aubier-Montaigne, 1973, p. 132-133.

dos produtos industriais provenientes do trabalho das máquinas. Todos os países semibárbaros, que até então permaneceram mais ou menos alheios ao desenvolvimento histórico e cuja indústria até então se baseava na manufatura, foram arrancados à força de seu isolamento. Eles compraram os produtos mais baratos dos ingleses e arruinaram seus próprios trabalhadores manufatureiros. Assim, países que não faziam nenhum progresso há milênios – a Índia por exemplo – foram revolucionados por completo, e agora até mesmo a China está se encaminhando para uma revolução. Chegamos a um ponto em que uma nova máquina, que está sendo inventada hoje na Inglaterra, dentro de um ano deixará milhões de operários sem pão na China. Desse modo, a grande indústria ligou todos os povos da Terra entre si, juntou todos os mercados locais para formar o mercado mundial, preparou, por toda parte, a civilização e o progresso, e fez com que tudo o que acontecesse nos países civilizados afetasse os demais, de tal forma que se os trabalhadores se libertam hoje na Inglaterra ou na França, isso tende a levar a revoluções em todos os outros países, nos quais, cedo ou tarde, também se realizará a libertação de seus trabalhadores.

Em segundo lugar, em toda região em que a grande indústria substituiu a manufatura, ela desenvolveu a burguesia, sua riqueza e seu poder no mais alto grau, tornando-a a primeira classe do país. A consequência foi que a burguesia, onde quer que isso tenha acontecido, tomou o poder político em suas mãos e substituiu as antigas classes dominantes, a aristocracia, os donos das guildas e o que a ambos representava, a realeza absoluta.

A burguesia aniquilou o poder da aristocracia, da nobreza, ao abolir o morgadio* e a inalienabilidade da proprie-

* O *morgadio* foi um direito medieval que criava uma linhagem familiar e um código social para designar os sucessores dos domínios senhoriais, que eram inalienáveis, indivisíveis e insusceptíveis de partilha por morte do seu titular, transmitindo-se nas mesmas condições ao descendente varão primogênito, ou na falta de filhos homens, ao parente masculino mais próximo. Assim, o conjunto dos bens de um *morgado* constituía um vínculo que garantia a perpetuação do poder econômico de uma família ao longo de sucessivas gerações.

dade fundiária e dos privilégios nobres. Ela destruiu o poder dos mestres das guildas ao abolir as próprias guildas e os privilégios corporativos. No lugar de ambos, instaurou a livre concorrência, ou seja, a situação de sociedade em que todos têm o direito de empreender em qualquer ramo da indústria sem impedimento, exceto a falta do capital necessário.

A introdução da livre concorrência é, portanto, a declaração pública de que a partir de agora os membros da sociedade só são desiguais na medida em que seus capitais são desiguais, de que o capital é o poder decisivo e, por isso, os capitalistas, os burgueses, tornaram-se a primeira classe da sociedade. A livre concorrência é necessária para o início da grande indústria porque é a única situação que permite seu surgimento. A burguesia, depois de ter destruído o poder social da nobreza e dos donos das guildas, destruiu também seu poder político. Por ter ascendido enquanto a primeira classe da sociedade, proclamou-se também politicamente como a primeira classe. Ela o fez por meio da introdução do sistema representativo, o qual se baseia na igualdade civil perante a lei e no reconhecimento legal da livre concorrência, e que foi introduzido nos países europeus sob a forma da monarquia constitucional. Nessas monarquias constitucionais, são eleitores apenas aqueles que possuem uma certa quantidade de capital, isto é, apenas a burguesia; esses eleitores burgueses elegem deputados e esses deputados burgueses elegem, por meio do direito à recusa de impostos, um governo burguês.

Em terceiro lugar, ela desenvolveu o proletariado em toda parte na mesma medida em que desenvolveu a si mesma. Na mesma proporção em que a burguesia enriqueceu, os proletários tornaram-se mais numerosos. Pois como os proletários só podem ser empregados pelo capital, e como o capital só se multiplica quando emprega trabalho, a multiplicação do proletariado acompanha o passo da multiplicação do capital. Ao mesmo tempo, reúnem-se tanto a burguesia quanto os proletários nas grandes cidades, nas quais se mostra mais vantajosa a exploração industrial, e, por me-

io dessa concentração de grandes massas num só lugar, ganham os proletários a consciência da sua força. Além disso, quanto mais há desenvolvimento, quanto mais são inventadas novas máquinas que suprimem o trabalho manual, tanto mais a grande indústria, como já dito, reduz os salários ao mínimo, tornando a situação do proletariado cada vez mais insuportável. Assim ela prepara, com uma crescente insatisfação por um lado, e com o crescente poder do proletariado por outro, uma revolução social por meio do proletariado.

12. *Pergunta:* Quais foram as outras consequências da revolução industrial?

Resposta: A grande indústria criou, na máquina a vapor e em outras máquinas, os meios de multiplicar infinitamente a produção industrial em pouco tempo e com baixo custo. Com essa facilidade de produção, a livre concorrência, que necessariamente provinha dessa grande indústria, logo assumiu um caráter extremamente intenso; um grande número de capitalistas se atirou na indústria, e, em pouco tempo, mais foi produzido do que poderia ser consumido. O resultado disso foi que os produtos fabricados não puderam ser vendidos e ocorreu a chamada crise comercial. As fábricas ficaram paradas, os fabricantes faliram e os trabalhadores ficaram sem pão. Uma grande miséria ocorreu em todos os lugares. Depois de um tempo, os produtos supérfluos foram vendidos, as fábricas começaram a funcionar novamente, os salários aumentaram, e, aos poucos, os negócios foram melhores do que nunca. Mas não demorou muito para que os bens fossem produzidos em excesso novamente, e uma nova crise se instalou, que tomou apenas o mesmo curso da anterior. Portanto, desde o início deste século, a situação da indústria oscilou continuamente entre épocas de crise, e, quase regularmente, a cada cinco a sete anos tal crise ocorreu, cada vez com a maior miséria dos trabalhadores, com agitação revolucionária e com o maior perigo para a ordem vigente.

13. *Pergunta:* O que se resulta dessas crises comerciais recorrentes?

Resposta: Em primeiro lugar, que essa grande indústria, embora ela própria tenha produzido a livre concorrência em sua primeira época de desenvolvimento, agora superou a livre concorrência; a concorrência e a exploração da produção industrial particular se tornaram um obstáculo para ela, o qual ela deve quebrar e quebrará; que a grande indústria, enquanto se mantiver no nível atual, só pode se manter por meio de uma confusão geral, repetida a cada sete anos, que cada vez ameaça toda a civilização e mergulha não só os proletários na miséria, mas também arruína um grande número de burgueses; ou a própria grande indústria deve ser completamente abandonada (o que é absolutamente impossível); ou faz-se necessária uma organização da sociedade totalmente nova, sem fabricantes isolados concorrendo entre si, e sim com toda a sociedade dirigindo a produção industrial, com um planejamento fixado de acordo com a necessidade de todos.

Em segundo lugar, que a grande indústria e a expansão infinita da produção possibilitada por ela tornam possível um estado de sociedade em que seja produzido tanto que cada membro da sociedade ficará, assim, em condições de desenvolver toda a sua energia e talentos em completa liberdade. De tal modo que é exatamente a característica atual da grande indústria – a de produzir toda a miséria e todas as crises comerciais na sociedade atual – a que, sob uma organização social diferente, destruirá a miséria e a infeliz instabilidade. Para que fique provado mais claramente: a) que de agora em diante todos esses males só podem ser atribuídos à ordem social que não se adequa às circunstâncias; e b) que os meios estão disponíveis para eliminar por completo esses males pela via de uma nova ordem social.

14. *Pergunta:* De que tipo será essa nova ordem social?

Resposta: Acima de tudo, ela tirará a utilização da indústria e de todos os ramos de produção das mãos dos indivíduos isolados e concorrentes, e, no lugar, fará com que to-

dos os ramos de produção sejam utilizados por toda a sociedade, ou seja, por conta da comunidade, de acordo com um plano conjunto e com a participação de todos os membros da sociedade. Portanto, ela acabará com a concorrência e colocará em seu lugar a associação. Visto que a exploração da indústria por indivíduos resultou na propriedade privada e a concorrência nada mais é do que a maneira pela qual a indústria é explorada por proprietários privados, a propriedade privada não pode ser separada da exploração particular da indústria e da concorrência. A propriedade também terá de ser abolida, e, em seu lugar, será estabelecido o uso comum de todos os instrumentos de produção e a distribuição de todos os produtos por meio de um comum acordo ou pela chamada comunidade de bens. A abolição da propriedade privada é sim o resumo mais curto e significativo da reorganização de toda a ordem social que surgiu necessariamente do desenvolvimento da indústria, e é, portanto, corretamente reivindicada pelos comunistas enquanto a sua principal demanda.

15. *Pergunta:* A abolição da propriedade privada não era possível anteriormente?

Resposta: Não. Cada mudança na ordem social, cada reviravolta nas relações de propriedade foi um resultado necessário da criação de novas forças produtivas que não podiam mais se conter nas antigas relações de propriedade. A própria propriedade privada surgiu assim. Afinal, a propriedade privada nem sempre existiu, mas quando foi criado um novo tipo de produção, na manufatura no final da Idade Média, que não se subordinava à propriedade feudal e corporativa da época, esta manufatura, que havia superado as antigas relações de propriedade, criou uma nova forma de propriedade, a propriedade privada. Para a manufatura e para o primeiro estágio de desenvolvimento da grande indústria, não havia nenhuma outra forma de propriedade possível além da propriedade privada, nenhuma outra ordem social além daquela baseada na propriedade privada. Enquanto não for possível produzir o bastante para que não

só haja o suficiente para todos, mas também um excedente de produtos para aumentar o capital social e desenvolver ainda mais as forças produtivas, deve haver sempre uma classe dominante que controla as forças produtivas da sociedade e uma classe pobre e oprimida. Como serão essas classes dependerá do estágio de produção. A Idade Média, que dependia da agricultura, nos deu o barão e os servos; as cidades, no final da Idade Média, nos mostraram o mestre-artesão, o oficial e o diarista; o século XVII tem seu fabricante e o trabalhador da manufatura; o século XIX, o grande fabricante e o proletário.

É claro que até agora as forças produtivas ainda não haviam se desenvolvido a ponto de poder produzir o suficiente para todos, e que a propriedade privada ainda não havia se tornado um grilhão, uma barreira para essas forças produtivas. Mas agora, quando o desenvolvimento da grande indústria, em primeiro lugar, gera capital e forças produtivas em uma extensão nunca antes conhecida e os meios estão disponíveis para aumentar essas forças produtivas infinitamente em um curto espaço de tempo; agora, quando, em segundo lugar, essas forças produtivas se acumulam nas mãos de poucos burgueses, enquanto a grande massa do povo cada vez mais se torna mais miserável na mesma medida em que a riqueza da burguesia aumenta; agora, quando, em terceiro lugar, essas forças produtivas poderosas e facilmente aumentadas ultrapassaram tanto a propriedade privada e os burgueses que provocam, a cada momento, as mais violentas perturbações na ordem social – agora a abolição da propriedade privada não se tornou apenas possível, mas também absolutamente necessária.

16. *Pergunta:* A abolição da propriedade privada será possível de forma pacífica?

Resposta: Seria de se desejar que isso pudesse acontecer, e os comunistas certamente seriam os últimos a se rebelar contra isso. Os comunistas sabem muito bem que todas as conspirações não são apenas inúteis, mas também prejudiciais. Eles sabem muito bem que revoluções não são feitas por deliberação e arbítrio, mas foram sempre, em qualquer

lugar e tempo, a consequência necessária de circunstâncias absolutamente independentes da vontade e da direção de partidos específicos e classes inteiras.

Mas eles também veem que o avanço do proletariado em quase todos os países civilizados é reprimido pela força, e que é justamente assim que os oponentes dos comunistas colaboram, com todas as suas forças, para uma revolução. Se isso finalmente levar o proletariado oprimido à revolução, então nós, comunistas, defenderemos pelos meios da ação a causa dos proletários, tão bem quanto hoje o fazemos por meio da palavra.

17. Pergunta: A abolição da propriedade privada será possível com um golpe só?

Resposta: Não, do mesmo modo que as forças produtivas já existentes não podem ser multiplicadas de uma vez só, o tanto quanto necessário para estabelecer a comunidade. A provável revolução do proletariado, que já se encaminha, só remodelará gradualmente a sociedade atual e só abolirá a propriedade privada quando tiver sido criada a massa de meios de produção necessária.

18. Pergunta: Qual curso de desenvolvimento essa revolução tomará?

Resposta: Acima de tudo, ela estabelecerá uma constituição estatal democrática e, portanto, direta ou indiretamente, o governo político do proletariado. Diretamente na Inglaterra, onde os proletários já constituem a maioria da população. Indiretamente na França e na Alemanha, onde a maioria do povo não consiste só de proletários, mas também de pequenos camponeses e burgueses que transitam para o proletariado, e se tornam, cada vez mais, dependentes do proletariado em todos os seus interesses políticos e, portanto, têm de se acomodar às reivindicações do proletariado. Isso talvez custará uma segunda luta, mas que só pode terminar com a vitória do proletariado.

A democracia seria completamente inútil ao proletariado se não pudesse ser usada para realizar medidas que atacam imediata e diretamente a propriedade privada e garantem a existência do proletariado. As principais dessas

medidas, claramente consequências necessárias das condições existentes, são as seguintes:

1. Restrição da propriedade privada por meio de impostos progressivos, impostos rigorosos sobre herança, abolição da herança em linhagens paralelas (irmãos, sobrinhos, etc.), empréstimos forçados, etc.

2. Expropriação gradual dos latifundiários, fabricantes, proprietários de ferrovias e de armadores navais, em parte pela concorrência da indústria estatal, em parte diretamente em troca de indenização em hipotecas.

3. Confisco dos bens de todos os emigrados e toso aqueles que se rebelarem contra a maioria do povo.

4. Organização do trabalho, ou seja, emprego dos proletários em terras, fábricas e oficinas nacionais, em que seja eliminada a concorrência dos trabalhadores entre si e os fabricantes sejam obrigados, enquanto existirem, a pagar os mesmos salários elevados que o Estado.

5. Trabalho igualmente obrigatório para todos os membros da sociedade até a completa abolição da propriedade privada. Formação de exércitos industriais, especialmente para agricultura.

6. Centralização do sistema de crédito e do comércio de dinheiro nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e supressão de todos os bancos privados e seus banqueiros.

7. Aumento de fábricas nacionais, oficinas, ferrovias e navios, recuperação de todas as terras e melhoria das já recuperadas, na mesma proporção em que aumentam o capital e os trabalhadores à disposição da nação.

8. Educação de todas as crianças, desde o momento em que podem dispensar os primeiros cuidados maternos, nas instituições nacionais e às custas do país.

9. Construção de grandes edifícios nas propriedades nacionais como moradias comuns para o conjunto de cidadãos que se dediquem à indústria e à agricultura, e que combinam as vantagens da vida urbana e rural sem compartilhar as unilateralidades e desvantagens de ambos os modos de vida.

10. Destruição de todas as casas e bairros insalubres e mal construídos.

11. Iguais direitos hereditários para filhos ilegítimos e legítimos.

12. Concentração de todo o sistema de transporte nas mãos da nação.

Naturalmente, todas essas medidas não podem ser executadas de uma só vez. Mas uma coisa sempre levará a outra. Uma vez ocorrido o primeiro ataque radical contra a propriedade privada, o proletariado se sentirá obrigado a ir cada vez mais longe, a concentrar cada vez mais nas mãos do Estado todo o capital, toda a agricultura, toda a indústria, todo o transporte e todo o comércio. Todas essas medidas contribuem para isso; elas se tornarão executáveis e desenvolverão suas consequências centralizadoras na mesma proporção em que as forças produtivas do país se multiplicarem pelo trabalho do proletariado. Finalmente, quando todo o capital, toda a produção e todas as trocas estiverem nas mãos da nação, a propriedade privada deixará de existir por conta própria, o dinheiro se tornará supérfluo, a produção aumentará tanto, as pessoas mudarão tanto que todas as velhas relações cairão por terra.

19. *Pergunta:* Essa revolução poderá ocorrer em um único país?

Resposta: Não. Ao criar o mercado mundial, a grande indústria trouxe todos os povos da terra, e especialmente os civilizados, para uma conexão tal uns com os outros que cada povo é dependente do que acontece com o outro. Além disso, ela tornou o desenvolvimento social tão semelhante em todos os países civilizados que em todos eles a burguesia e o proletariado se tornaram as classes sociais decisivas, e a luta entre ambas se tornou a luta principal dos nossos dias. A revolução comunista, portanto, não será apenas nacional, ela acontecerá em todos os países civilizados, ou seja, será uma revolução decorrendo pelo menos na Inglaterra, França e Alemanha ao mesmo tempo. Ela se desenvolverá mais rapidamente ou mais lentamente em cada um desses países, a depender do grau de desenvolvimento da indústria, da acumulação de riquezas e do volume de forças produtivas. Portanto, o mais lento e difícil de acontecer será

na Alemanha, e o mais rápido e fácil será na Inglaterra. Ela exercerá também uma repercussão importante em outros países, mudará totalmente a atual forma de desenvolvimento e o acelerará muito. É uma revolução universal e, portanto, também terá uma arena universal.

20. *Pergunta:* Quais serão as consequências da abolição definitiva da propriedade privada?

Resposta: Devido ao fato de a sociedade tomar das mãos dos capitalistas privados o uso de todas as forças produtivas e meios de transporte, bem como a troca e a distribuição de produtos; e, ainda, devido ao fato de ela administrar de acordo com um plano resultante dos recursos disponíveis e das necessidades da sociedade como um todo, serão eliminadas, acima de tudo, todas as consequências terríveis ainda relacionadas ao funcionamento da grande indústria. As crises desaparecerão; a produção ampliada – que para a ordem atual da sociedade é uma superprodução e uma poderosa causa de miséria – não será de vez suficiente e terá de ser ampliada muito mais. Ao invés de causar miséria, a superprodução, para além das necessidades imediatas da sociedade, garantirá a satisfação das necessidades de todos, criará novas necessidades, e, ao mesmo tempo, os meios para satisfazê-las.

Ela será a condição e o motivo de novos avanços; ela conseguirá fazer esses progressos sem que, como sempre até agora, a ordem social seja perturbada. A grande indústria, livre da pressão da propriedade privada, se desenvolverá a um ponto que sua formação atual parecerá tão mesquinha quanto a manufatura em comparação com a grande indústria de nossos tempos. Esse desenvolvimento da indústria proporcionará à sociedade um volume suficiente de produtos para atender às necessidades de todos. Assim também será a agricultura, que também se vê impedida, pela pressão da propriedade privada e do parcelamento, de se apropriar das melhorias e dos avanços científicos já realizados; ela terá um novo progresso e fornecerá à sociedade um volume apropriado de produtos.

Desse modo, a sociedade produzirá produtos o suficiente para poder organizar a distribuição que atenda às necessidades de todos os seus membros. A divisão da sociedade em classes diferentes e opostas se tornará, com isso, supérflua. Mas não se tornará apenas supérflua, ela será até mesmo incompatível com a nova ordem social. A existência de classes surgiu da divisão do trabalho, e a divisão do trabalho em sua forma anterior cairá por terra completamente. Pois, para trazer a produção industrial e agrícola ao nível descrito, os recursos mecânicos e químicos por si só não são suficientes; as habilidades daqueles que colocaram esses recursos em movimento também devem ser desenvolvidas da mesma forma. Assim como os camponeses e operários manufatureiros do século passado mudaram todo o seu modo de vida e se tornaram pessoas completamente diferentes quando foram atraídos para a grande indústria, da mesma forma a operação conjunta da produção de toda a sociedade e o conseqüente novo desenvolvimento da produção exigirão e também produzirão pessoas completamente diferentes. A exploração comum da produção não pode ser feita por pessoas como as de hoje, subordinadas, acorrentadas, exploradas por um único ramo de produção, que desenvolveram apenas uma de suas aptidões em detrimento de todas as demais, que conhecem apenas um setor ou apenas um ramo de um setor da produção total.

Já a indústria atual precisa cada vez menos de gente assim. A indústria explorada em comum, e de acordo com o plano de toda a sociedade, pressupõe pessoas cujas aptidões sejam desenvolvidas em todas as direções, capazes de abranger todo o sistema de produção. A divisão do trabalho (já minada pelas máquinas), que converte um em agricultor, outro em sapateiro, um terceiro em operário e um quarto em especulador da bolsa, desaparecerá completamente. A educação permitirá que os jovens percorram rapidamente todo o sistema de produção, permitindo-lhes passar sucessivamente de um ramo de produção a outro, conforme as necessidades da sociedade ou as suas próprias inclinações. Ela tirará deles o caráter unilateral que a presen-

te divisão do trabalho impõe a cada indivíduo. Dessa forma, a sociedade organizada nos moldes comunistas dará aos seus membros a oportunidade de usar suas aptidões em desenvolvimento integral. Mas isso significa necessariamente que as várias classes também desaparecerão. De modo que a sociedade organizada no molde comunista, por um lado, será incompatível com a existência das classes, e, por outro lado, a própria edificação dessa sociedade oferecerá os meios para abolir as diferenças entre classes.

Daqui se depreende que o contraste entre a cidade e o campo também desaparecerá. A exploração da agricultura e da indústria pelas mesmas pessoas, ao invés de por duas classes diferentes, é uma condição necessária da associação comunista, por razões totalmente materiais. A fragmentação da população agrícola do país, junto com a aglomeração da população nas grandes cidades, é uma condição que corresponde apenas a um nível subdesenvolvido da agricultura e da indústria, um obstáculo muito palpável a todo desenvolvimento posterior.

A associação geral de todos os membros da sociedade com a exploração comum e sistemática das forças produtivas, a expansão da produção a tal ponto que satisfará as necessidades de todos, o fim da situação em que as necessidades de um são satisfeitas às custas das de outro, a aniquilação total das oposições de classes, o desenvolvimento integral das habilidades de todos os membros da sociedade através da eliminação da divisão anterior do trabalho, da educação industrial, da mudança de atividade, da participação de todos nos prazeres produzidos por todos, da junção da cidade e do campo – estes são os principais resultados da abolição da propriedade privada.

21. *Pergunta:* Que influência exercerá a ordem social comunista na família?

Resposta: Ela transformará a relação entre ambos os sexos numa relação puramente privada, que diz respeito apenas às pessoas envolvidas e na qual a sociedade não precisa se misturar. Isso é possível porque ela elimina a proprieda-

de privada e cria os filhos coletivamente, destruindo assim os dois alicerces fundamentais do casamento atual: a dependência, por intermédio da propriedade privada, das mulheres em relação ao homem e dos filhos em relação aos pais. Esta é também a resposta aos gritos de filisteus moralistas contra a comunidade comunista de mulheres. A comunidade de mulheres é uma relação pertencente inteiramente à sociedade burguesa e que hoje consiste inteiramente na prostituição. No entanto, a prostituição é baseada na propriedade privada e desaparecerá com ela. Em vez de introduzir a comunidade feminina, a organização comunista a abole.

22. *Pergunta:* Qual será a atitude da organização comunista diante das nacionalidades existentes?

Resposta: Permanece.*

23. *Pergunta:* Qual será a atitude diante das religiões existentes?

Resposta: Permanece.**

24. *Pergunta:* Como se diferenciam os comunistas dos socialistas?

Resposta: Os chamados socialistas são divididos em três classes. A primeira classe é formada por defensores da sociedade feudal e patriarcal, que foi e está sendo destruída diariamente pela grande indústria, pelo comércio mundial

* A resposta que permanece, ao que tudo indica, é a formulada no projeto de "Profissão de fé comunista", onde consta: "As nacionalidades dos povos que irão se unir segundo o princípio da comunidade serão forçadas por essa união a se fundirem e, em consequência, a se suprimirem, assim como as diferenças de ordens e de classes desaparecerão com a supressão de seu fundamento, a propriedade privada". Ver *Documents constitutifs de la Ligue des communistes*, cit., p. 136-140.

** Também para essa resposta consta no projeto de "Profissão de fé comunista": "Todas as religiões até agora foram a expressão de estágios do desenvolvimento histórico de povos singulares ou de grupos de povos. O comunismo, porém, é o estágio de desenvolvimento que torna supérfluas todas as religiões existentes e as suprime". Ver *Documents constitutifs de la Ligue des communistes*, cit., p. 140-141.

e pela sociedade burguesa criada por ambos. Esta classe tira, dos males da sociedade atual, a conclusão de que a sociedade feudal e patriarcal deve ser restaurada, uma vez que estava livre desses males. Todas as suas propostas seguem caminhos retos ou tortuosos em direção a esse objetivo. Apesar de sua pretensa compaixão e lágrimas quentes pela miséria do proletariado, essa classe de socialistas reacionários será sempre atacada vigorosamente pelos comunistas, pois:

a) ela luta por algo puramente impossível;

b) ela busca o domínio da aristocracia, dos mestres e proprietários de manufaturas com sua comitiva de reis absolutos ou feudais, bem como seus funcionários, soldados e padres; uma sociedade que estava livre dos males da sociedade atual mas que trazia consigo pelo menos outros tantos males, e que nunca ofereceu uma perspectiva propriamente comunista de libertação aos trabalhadores oprimidos;

c) ela revela as suas reais intenções a cada vez que o proletariado se torna revolucionário e comunista, na medida em que imediatamente se alia à burguesia contra os proletários.

A segunda classe [de socialistas] é composta de defensores da sociedade atual, a quem os males necessariamente decorrentes dela suscitam o medo de seu próprio fim. Eles procuram manter a sociedade atual, mas eliminar os males associados a ela. Para tal, uns propõem meras medidas de caridade, outros propõem grandes sistemas de reforma que, sob o pretexto de reorganizar a sociedade, pretendem manter a base da sociedade atual e, com isso, a própria sociedade atual. Estes socialistas burgueses também terão de ser continuamente combatidos pelos comunistas, porque trabalham para os inimigos dos comunistas e defendem a sociedade que os comunistas estão prestes a derrubar.

Finalmente, a terceira classe é composta por socialistas democráticos, que, da mesma forma que os comunistas, desejam algumas das medidas dadas na pergunta 18, mas não como um meio de transição ao comunismo, e sim como medidas suficientes para abolir a miséria e fazer desaparecer

os males da sociedade atual. Esses socialistas democráticos são ou proletários que ainda não foram esclarecidos o bastante sobre as condições de libertação de sua classe, ou são representantes da pequena-burguesia, uma classe que, até a conquista da democracia e das medidas socialistas decorrentes dela, em muitos aspectos tem os mesmos interesses dos proletários. Os comunistas terão, portanto, de chegar a um entendimento com esses socialistas democráticos no momento da ação e, em geral, devem seguir a política mais comum possível com eles no momento, desde que esses socialistas não sirvam à burguesia dominante e ataquem os comunistas. É claro que esta linha de ação comum não impede a discussão de diferenças com eles.

25. Pergunta: Como os comunistas se relacionam com os outros partidos políticos de nosso tempo?

Resposta: Essa relação é diferente nos diversos países. Na Inglaterra, França e Bélgica, onde a burguesia governa, os comunistas por enquanto ainda têm um interesse comum com os vários partidos democráticos, tanto mais quanto os democratas se aproximam do objetivo dos comunistas nas medidas socialistas que eles agora defendem por toda parte, isto é, quanto mais clara e definitivamente eles defendem os interesses do proletariado e quanto mais eles se apoiam no proletariado. Na Inglaterra, por exemplo, o movimento cartista, integrado por operários, está infinitamente mais próximo dos comunistas do que os pequeno-burgueses democráticos ou os chamados radicais.

Na América, onde a constituição democrática foi introduzida, os comunistas terão de estar com o partido deseje dirigir esta constituição contra a burguesia e utilizá-la no interesse do proletariado, ou seja, com os reformadores agrários nacionais.

Na Suíça, os radicais, embora ainda sejam um partido muito misto, são os únicos com os quais os comunistas podem se envolver, e, entre esses radicais, os valdenses e genebrinos são novamente os mais progressistas.

Na Alemanha, finalmente, só agora está eminente a luta decisiva entre a burguesia e a monarquia absoluta. Mas, uma vez que os comunistas não podem contar com a luta decisiva entre eles próprios e a burguesia até que a burguesia domine, é do interesse dos comunistas ajudar a fazer com que a burguesia governe o mais rápido possível, a fim de que, por sua vez, possa derrubá-la o mais rápido possível. Portanto, os comunistas devem sempre tomar o lado da burguesia liberal frente aos governos e apenas ter cuidado para não compartilhar as autoilusões da burguesia ou acreditar em suas sedutoras garantias das conseqüências benéficas da vitória da burguesia para o proletariado. As únicas vantagens que a vitória da burguesia trará aos comunistas consistirão em: a) diversas concessões que facilitarão aos comunistas a defesa, a discussão e a difusão de seus princípios e, assim, a unificação do proletariado em uma classe organizada, estreitamente unida e pronta para a luta; b) na certeza de que, no dia da queda dos governos absolutos, virá a luta entre a burguesia e os proletários. Desse dia em diante, a política partidária dos comunistas será a mesma dos países onde a burguesia já domina.

ESTATUTOS DA LIGA DOS COMUNISTAS

*Londres, 8 de dezembro de 1847**

Proletários de todos os países, uni-vos!

SEÇÃO I – A Liga

Art. 1 – O objetivo da Liga é a derrocada da burguesia, o domínio do proletariado, a abolição da velha sociedade burguesa baseada sobre antagonismos entre as classes e a fundação de uma nova sociedade, sem classes e sem propriedade privada.

Art. 2 – As condições para dela ser membro são:

1. tipo de vida e atividade condizentes com esse objetivo;
2. energia revolucionária e empenho de propaganda;
3. profissão de fé comunista;
4. abstenção de pertencer a qualquer sociedade política ou nacional anticomunista, informando ao comitê superior a vinculação a qualquer sociedade;
5. submissão às resoluções da Liga;
6. silêncio sobre todos os assuntos da Liga;
7. admissão por unanimidade numa comuna.

Quem não preencher mais essas condições será excluído (ver Seção VIII).

Art. 3 – Todos os membros são iguais e irmãos e como tais devem ajudar-se em todas as circunstâncias.

* Texto aprovado no II Congresso da Liga dos Comunistas, em dezembro de 1847, e assinado ao fim por Karl Schapper e Engels, respectivamente, como presidente e secretário do Congresso. A influência de Marx no estabelecimento das novas regras organizativas da Liga foi também fundamental.

Art. 4 – Os membros usam nomes particulares para a Liga.

Art. 5 – A Liga está organizada em comunas, círculos, círculos dirigentes, comitê central e congressos.

SEÇÃO II – A Comuna

Art. 6 – A comuna compõe-se de um mínimo de três membros e de um máximo de vinte membros.

Art. 7 – Cada comuna elege um presidente e um assistente. O presidente dirige a sessão, o assistente cuida das finanças e substitui o presidente em caso de ausência.

Art. 8 – A aceitação de novos membros é feita pelo presidente e pelo membro proponente, com aprovação prévia da comuna.

Art. 9 – Comunas de tipo diferente são desconhecidas umas das outras e não se correspondem entre si.

Art. 10 – As comunas devem usar nomes que as diferenciem.

Art. 11 – Todo membro que mudar de endereço deve informar com antecedência o seu presidente.

SEÇÃO III – O Círculo

Art. 12 – O círculo compreende um mínimo de duas e um máximo de dez comunas.

Art. 13 – Os presidentes e assistentes das comunas formam o comitê do círculo. O comitê elege um presidente entre os seus membros e mantém-se em correspondência com suas comunas e com o círculo dirigente.

Art. 14 – O comitê do círculo é o poder executivo para todas as comunas do círculo.

Art. 15 – Comunas isoladas devem ou associar-se a um círculo já existente ou formar um novo círculo com outras comunas isoladas.

SEÇÃO IV - O Círculo Dirigente

Art. 16 - Os vários círculos de uma região ou de uma província estão subordinados a um círculo dirigente.

Art. 17 - A divisão dos círculos da Liga em províncias e a nomeação dos círculos dirigentes são feitas pelo congresso, por proposta do comitê central.

Art. 18 - O círculo dirigente é o poder executivo para todos os círculos de sua província. Está em correspondência com esses círculos e com o comitê central.

Art. 19 - Os novos círculos associam-se ao círculo dirigente mais próximo.

Art. 20 - Os círculos dirigentes são responsáveis provisoriamente perante o comitê central e em última instância perante o congresso.

SEÇÃO V - O Comitê Central

Art. 21 - O comitê central é o poder executivo de toda a Liga, e como tal é responsável perante o congresso.

Art. 22 - Ele é composto de pelo menos cinco membros e é eleito pelo comitê do círculo do local que o congresso estabeleceu como sede do comitê.

Art. 23 - O comitê central está em correspondência com os círculos dirigentes. A cada três meses redige um relatório sobre a situação de toda a Liga.

SEÇÃO VI - Disposições Gerais

Art. 24 - As comunas, os comitês de círculo e o comitê central reúnem-se pelo menos uma vez a cada quinze dias.

Art. 25 - Os membros dos comitês de círculo e do comitê central são eleitos por um ano, são reelegíveis e podem ser destituídos por seus eleitores a qualquer momento.

Art. 26 - As eleições ocorrem no mês de setembro.

Art. 27 - Os comitês de círculo devem dirigir as discussões das comunas segundo os objetivos da Liga.

Se a discussão de certos problemas é considerada de interesse geral e imediato do comitê central, este deve convidar toda a Liga para tal discussão.

Art. 28 - Cada membro da Liga deve corresponder-se com seus comitês de círculo pelo menos uma vez por trimestre, e cada comuna pelo menos uma vez por mês.

Todo círculo deve enviar pelo menos uma vez por bimestre ao círculo dirigente, e todo círculo dirigente pelo menos uma vez por trimestre ao comitê central, relatório sobre o próprio distrito.

Art. 29 - Toda instância da Liga é obrigada a tomar as medidas oportunas para a segurança e a atividade enérgica da Liga, dentro dos limites dos estatutos, sob sua própria responsabilidade e informando imediatamente a autoridade superior.

SEÇÃO VII - O Congresso

Art. 30 - O congresso é o poder legislativo de toda a Liga. Todas as propostas de modificação dos estatutos serão enviadas ao comitê central através dos círculos dirigentes, e pelo comitê central apresentadas ao congresso.

Art. 31 - Cada círculo envia um delegado.

Art. 32 - Cada círculo singular envia um delegado para cada 30 membros, dois para cada 60, três para cada 90, etc. Os círculos podem se fazer representar por membros da Liga não pertencentes à sua localidade.

Neste caso, devem remeter a seu delegado um mandato detalhado.

Art. 33 - O congresso se reúne no mês de agosto de cada ano. Em casos urgentes o comitê central convoca um congresso extraordinário.

Art. 34 - O congresso determina a cada vez o local onde deverá ter sede o comitê central no ano seguinte e o local onde se reunirá o próprio congresso da próxima vez.

Art. 35 - O comitê central participa das sessões do congresso, mas sem voto deliberativo.

Art. 36 – Após cada sessão o congresso publica, além de sua circular, um manifesto em nome do partido.

SEÇÃO VIII – Delitos contra a Liga

Art. 37 – Quem viola as condições para ser membro da Liga (Art. 2) é, segundo as circunstâncias, suspenso ou expulso da Liga.

A expulsão exclui a readmissão.

Art. 38 – Somente o congresso decide sobre as demissões.

Art. 39 – O círculo ou a comuna isolada podem suspender seus membros, desde que avisem imediatamente a autoridade superior. Também nesta matéria o congresso decide em última instância.

Art. 40 – A readmissão dos membros suspensos é feita pelo comitê central por proposta do círculo.

Art. 41 – O comitê do círculo julga os delitos contra a Liga e assegura a execução da sentença.

Art. 42 – Os indivíduos suspensos ou expulsos, bem como todos os suspeitos, devem ser vigiados em nome da Liga e postos em situação de não poderem causar danos. As intrigas de tais pessoas devem ser imediatamente denunciadas à respectiva comuna.

SEÇÃO IX – Finanças da Liga

Art. 43 – O congresso fixa para cada região uma contribuição mínima a ser paga por todos os membros.

Art. 44 – Metade dessa contribuição é destinada ao comitê central; a outra metade permanece no círculo ou na comuna.

Art. 45 – Os fundos do comitê central são usados para:

- a) cobrir as despesas de correspondência e de administração;
- b) impressão e difusão de opúsculos de propaganda;
- c) envio de emissários do comitê central para fins determinados.

Art. 46 – Os fundos dos comitês locais são usados para:

- a) cobrir as despesas de correspondência;
- b) impressão e difusão de opúsculos de propaganda;
- c) envio de emissários ocasionais.

Art. 47 – As comunas e os círculos que durante seis meses não enviaram suas contribuições ao comitê central serão por este comunicados de sua suspensão da Liga.

Art. 48 – Os comitês de círculo devem apresentar as suas comunas a prestação de contas das entradas e das saídas, pelo menos a cada três meses. O comitê central apresenta ao congresso a prestação de contas da administração dos fundos da Liga e a situação financeira da Liga. Toda apropriação indébita de fundos da Liga será severamente punida.

Art. 49 – As despesas do congresso e as despesas extraordinárias são cobertas por contribuições extraordinárias.

SEÇÃO X – Admissão

Art. 50 – O presidente da comuna lê para o candidato os artigos de 1 a 49, comenta-os, destaca, num breve discurso, os deveres que assumem os que ingressam na Liga e pergunta: “Você quer, nessas condições, entrar na Liga?”. Se o indivíduo responde “sim”, o presidente pede sua palavra de honra de que cumprirá as obrigações de membro da Liga, declara-o membro dela e na sessão seguinte o introduz na comuna.

Em nome do segundo congresso do outono de 1847,

O Secretário, Engels.

O Presidente, Karl Schapper.

REIVINDICAÇÕES DO PARTIDO COMUNISTA NA ALEMANHA

*Karl Marx e Friedrich Engels**

Proletários de todos os países, uni-vos!

1. Toda a Alemanha será declarada uma república única e indivisível.

2. Todo alemão que tenha completado 21 anos de idade é eleitor e elegível, contanto que não tenha sofrido nenhuma pena infamante.

3. Os representantes do povo serão remunerados para que também os operários possam assentar-se no parlamento do povo alemão.

4. Armamento geral do povo. No futuro, os exércitos serão simultaneamente exércitos de operários, de modo que o exército deixe de apenas consumir, como no passado, mas produza além do necessário para custear a sua manutenção. Ademais, esse é um meio de organização do trabalho.

5. A aplicação da justiça deve ser gratuita.

6. Todo o ônus feudal, todos os tributos, corveias, dízi-mos, etc., que até agora pesavam sobre a população rural, serão abolidos sem qualquer indenização.

7. As propriedades rurais dos príncipes e outras propriedades feudais, todas as minas, jazidas, etc., serão converti-

* Panfleto escrito por Marx e Engels em Paris, entre 21 e 29 de março de 1848 e assinado pelo Comitê Central da Liga dos Comunistas. As *Reivindicações* tornaram-se a plataforma política da Liga na incipiente Revolução Alemã daquele ano. Publicado nos dias 30 e 31 de março, foi distribuído como documento de orientação aos membros da Liga que retornavam à Alemanha. Impresso também antes de 10 de setembro de 1848 em Colônia.

das em propriedade do Estado. Nestas propriedades se praticará a agricultura extensiva com os recursos mais modernos da ciência em benefício da coletividade.

8. As hipotecas sobre as propriedades agrícolas serão declaradas propriedade do Estado. Os juros sobre essas hipotecas serão pagos pelos agricultores ao Estado.

9. Nas regiões em que se desenvolveu o sistema de arrendamento, a renda fundiária ou a taxa de arrendamento serão pagas ao Estado a título de imposto.

Todas as medidas propostas nos itens 6, 7, 8 e 9 são concebidas para diminuir o ônus público e outras cargas que pesam sobre os camponeses e pequenos arrendatários, sem reduzir os meios necessários para fazer frente às despesas do Estado e nem pôr em risco a própria produção.

O proprietário de terras propriamente dito, que não é camponês nem arrendatário, não tem nenhuma participação na produção. Em consequência, o consumo praticado por ele é puro abuso.

10. Todos os bancos privados serão substituídos por um banco estatal, cujos papéis terão curso legal.

Essa medida torna possível regular o sistema de crédito no interesse de todo o povo e, desse modo, solapa a dominação dos grandes financeiros. Substituindo aos poucos ouro e prata por papel-moeda, reduzirá o preço do instrumento indispensável do comércio burguês, o meio universal de troca, e permite que ouro e prata se voltem para o exterior. Por fim, essa medida é necessária para vincular os interesses dos burgueses conservadores à revolução.

11. Todos os meios de transporte – ferrovias, canais, barcos a vapor, estradas, postos, etc. – serão assumidos pelo Estado. Eles serão convertidos em propriedade do Estado e colocados gratuitamente à disposição da classe desprovida de recursos.

12. Não haverá diferença na remuneração dos funcionários públicos, a não ser esta: aqueles com família e que, portanto, têm mais necessidades, receberão também um salário mais elevado que os demais.

13. Separação completa entre Igreja e Estado. Os religiosos de todas as confissões serão remunerados apenas por suas comunidades em base voluntária.

14. Limitação do direito de herança.

15. Introdução de um forte imposto progressivo e abolição dos impostos sobre o consumo.

16. Instalação de fábricas nacionais. O Estado assegura a subsistência a todos os trabalhadores e assiste os incapacitados para o trabalho.

17. Educação universal e gratuita do povo.

É do interesse do proletariado alemão, das classes dos pequenos cidadãos e dos pequenos agricultores, empregar toda energia na implementação das medidas acima. Porque só mediante a concretização das mesmas os milhões na Alemanha que foram exploradas até agora por um pequeno número e que se procurará manter na opressão, obterão o direito e o poder que lhes cabe na qualidade de produtoras de toda a riqueza.

*O Comitê: Karl Marx, Friedrich Engels, Karl Schapper,
Heinrich Bauer, Joseph Moll e Wilhelm Wolff.
Março de 1848.*

MENSAGEM DO COMITÊ CENTRAL À LIGA

*Karl Marx e Friedrich Engels**

Irmãos!

Nos dois anos de revolução, 1848 e 1849, a Liga se afirmou de duas maneiras: em primeiro lugar, porque, em toda parte, os seus membros intervieram energicamente no movimento e porque compuseram a linha de frente na imprensa, nas barricadas e nos campos de batalha, integrando as fileiras da única classe decididamente revolucionária: o proletariado. Em segundo lugar, a Liga se afirmou porque a sua concepção do movimento, como ficou assentada nas circulares dos congressos e do Comitê Central de 1847, assim como no *Manifesto Comunista*, comprovou ser a única acertada, porque as expectativas expressas naquelas atas se cumpriram cabalmente e a visão das condições atuais da sociedade antes propagada apenas em sigilo pela Liga encontra-se agora na boca do povo e é anunciada publicamente nos mercados. Ao mesmo tempo, a organização antes firme da Liga foi consideravelmente abrandada. Boa parte dos membros diretamente envolvidos no movimento revolucionário julga que o tempo das sociedades secretas passou e que a atuação pública por si só é suficiente. Os distritos e as comunidades individualmente afrouxaram e foram desativando seus laços com o Comitê Central. Portanto, enquanto o partido democrático, o partido da pequena-burguesia, organizava-se cada vez mais na Alemanha, o partido operário perdeu seu único ponto de sustentação, mantendo-se orga-

* Panfleto publicado em março de 1850 em Londres, como circular d'O Comitê Central à Liga [dos Comunistas]. Publicado pela primeira vez por Friedrich Engels na 3ª edição de *Revelações sobre o processo dos comunistas em Colônia*, Karl Marx, Hottingen-Zürich 1885.

nizado, quando muito, em algumas localidades para fins locais, o que o levou, no decurso geral do movimento, a submeter-se totalmente ao domínio e à liderança dos democratas pequeno-burgueses. Esse estado de coisas precisa acabar; a autonomia dos trabalhadores deve ser restabelecida. O Comitê Central compreendeu essa necessidade e, por isso, enviou já no inverno de 1848/1849 um emissário, Joseph Moll, à Alemanha para reorganizar a Liga. A missão de Moll, porém, não trouxe resultado duradouro, em parte porque os trabalhadores alemães ainda não tinham acumulado experiências suficientes, em parte porque a insurreição de maio passado a interrompeu. O próprio Moll pôs-se em armas, ingressou no exército do Baden-Palatinado e tombou no embate junto ao rio Murg no dia 29 de junho. A Liga perdeu com ele um de seus membros mais antigos, mais ativos e mais confiáveis, que havia participado ativamente em todos os congressos e gestões do Comitê Central e já antes disso havia cumprido com grande êxito uma série de missões. Após a derrota dos partidos revolucionários na Alemanha e na França em julho de 1849, quase todos os membros do Comitê Central se reagruparam em Londres, juntaram novas forças revolucionárias e passaram a promover com entusiasmo renovado a reorganização da Liga.

A reorganização só é viável por meio de um emissário e o Comitê Central considera extremamente importante que dito emissário parta neste justo instante em que uma nova revolução é iminente, em que o partido operário deve atuar do modo mais organizado possível, mais unânime possível e mais autônomo possível, caso não queira ser explorado e atrelado pela burguesia como em 1848.

Já no ano de 1848 vos dizíamos, irmãos, que os burgueses liberais alemães logo chegariam ao governo e imediatamente voltariam esse poder recém-conquistado contra os trabalhadores. Vistes que isso se cumpriu como previsto. De fato foram os burgueses que, após o movimento de março de 1848, imediatamente se apossaram do governo e usaram esse poder para fazer os trabalhadores, seus aliados na luta, retrocederem à sua anterior condição de oprimidos. Mesmo que a burguesia não tenha conseguido fazer isso sem se co-

ligar com o partido feudal derrotado em março, chegando, no final, a ceder novamente o governo a esse partido absolutista feudal, ela garantiu para si as condições que com o tempo, em virtude das dificuldades financeiras do governo, acabariam por colocar o poder em suas mãos e assegurariam todos os seus interesses, caso fosse possível ao movimento revolucionário ter uma assim chamada evolução pacífica já nesse momento. Para assegurar o poder, a burguesia nem mesmo teria necessidade de tornar-se odiada por tomar medidas violentas contra o povo, porque todos os atos de violência já foram cometidos pela contrarrevolução feudal. No entanto, os desdobramentos não tomarão esse rumo pacífico. Ao contrário, a revolução que os apressará é iminente, seja porque será provocada pelo levante autônomo do proletariado francês, seja porque a Santa Aliança invadirá a Babel revolucionária.

E o papel que os burgueses liberais alemães desempenharam em 1848 em relação ao povo, esse papel tão traiçoeiro será assumido, na revolução que se avizinha, pelos pequeno-burgueses democráticos, que agora, enquanto oposição, tomam a mesma posição que os burgueses liberais detinham antes de 1848. Esse partido, o democrático, que é bem mais perigoso para os trabalhadores do que o anterior partido liberal, é composto por três elementos:

I. Pelas parcelas mais avançadas da grande burguesia, cujo objetivo é a derrubada completa e imediata do feudalismo e do absolutismo. Essa fração é representada pelos antigos conciliadores de Berlim, pelos que queriam recusar-se a pagar impostos.

II. Pelos pequeno-burgueses democrático-constitucionais, cujo objetivo principal durante o movimento até aqui foi a criação de um Estado federativo mais ou menos democrático, nos moldes em que este foi almejado por seus representantes, pelos esquerdistas da Assembleia de Frankfurt e depois pelo Parlamento de Stuttgart, e por eles próprios na campanha pela Constituição imperial.

III. Pelos pequeno-burgueses republicanos, que têm como ideal uma república federativa nos moldes da Suíça e que agora se denominam vermelhos e social-democratas

porque nutrem o desejo piedoso de acabar com a pressão exercida pelo grande capital sobre o pequeno, pelo grande burguês sobre o pequeno-burguês. Os representantes dessa fração eram os membros dos congressos e comitês democráticos, os dirigentes das associações democráticas, os redatores dos jornais democráticos.

Depois de sua derrota, todas essas frações passaram a denominar-se republicanas ou vermelhas, exatamente como procedem agora na França os pequeno-burgueses republicanos chamando-se de socialistas. Onde ainda têm a oportunidade de perseguir seus objetivos pelas vias constitucionais, como em Württemberg, na Baviera, etc., eles a aproveitam para manter as suas velhas frases e demonstrar com sua ação que não mudaram no mais mínimo. É óbvio, aliás, que o nome modificado desse partido não muda nada em sua relação com os trabalhadores, mas apenas demonstra que ele deve fazer frente contra a burguesia coligada com o absolutismo e para isso precisa se apoiar no proletariado.

O partido democrático pequeno-burguês é muito forte na Alemanha, abrangendo não só a maioria dos moradores burgueses das cidades, os pequenos comerciantes industriais e os mestres de corporação, mas contando também entre suas fileiras com os agricultores e o proletariado rural, na medida em que este ainda não encontrou um ponto de apoio no proletariado autônomo das cidades.

A relação do partido operário revolucionário com a democracia pequeno-burguesa é a seguinte: ele a acompanha contra a fração que esta quer derrubar; ele se contrapõe a ela em tudo que seus membros querem estabelecer em favor de si mesmos.

Os pequeno-burgueses democráticos, longe de querer revolucionar toda a sociedade em favor dos proletários revolucionários, almejam uma mudança das condições sociais que torne a atual sociedade o mais suportável e confortável possível para eles. Por isso, eles exigem sobretudo a diminuição dos gastos estatais mediante a limitação da burocracia e o deslocamento do montante principal dos impostos para os grandes proprietários de terra e os burgueses. Eles

exigem, ademais, que seja suprimida a pressão do grande capital sobre o pequeno mediante instituições públicas de crédito e leis contra a usura, que possibilitariam a eles e aos agricultores obter adiantamentos em condições favoráveis do Estado em vez de pedi-los dos capitalistas; além disso, exigem a implantação das relações de propriedade burguesas no campo mediante a eliminação completa do feudalismo. Para conseguir realizar isso tudo, eles necessitam de uma constituição nacional democrática, seja de cunho constitucional ou republicano, que dê a maioria a eles e a seus aliados, os agricultores; necessitam ainda de uma constituição comunal democrática que lhes dê o controle direto da propriedade comunal e transfira para eles uma série de funções que, no momento, são exercidas pelos burocratas.

À dominação e rápida multiplicação do capital pretende-se contrapor, ademais, a restrição do direito de herança, por um lado, e a transferência do maior número possível de obras para o Estado, por outro. No que se refere aos trabalhadores, fica estabelecido sobretudo que eles continuarão na condição de trabalhadores assalariados como até agora, com a diferença de que os pequeno-burgueses democráticos desejam que os trabalhadores tenham melhores salários e uma existência assegurada e esperam conseguir isso mediante o emprego parcial por parte do Estado e mediante medidas caritativas; em suma, eles esperam conseguir subornar os trabalhadores com esmolas mais ou menos dissimuladas e quebrar a sua força revolucionária tornando sua situação momentaneamente suportável. As reivindicações da democracia pequeno-burguesa aqui resumidas não são defendidas ao mesmo tempo por todas as suas frações e pouquíssimas são as pessoas que as têm presentes em seu conjunto como um alvo bem determinado a atingir. Quanto mais os indivíduos ou as frações que compõem essa democracia avançarem, tanto mais assumirão como suas essas reivindicações e os poucos que reconhecem no que foi compilado acima o seu próprio programa julgarão que desse modo teriam proposto o máximo que se pode esperar da revolução. Porém essas reivindicações de modo algum podem bastar ao partido do proletariado. Ao passo que os peque-

no-burgueses democráticos querem levar a revolução a cabo da maneira mais célere possível e mediante a realização, quando muito, das demandas acima mencionadas, é de nosso interesse e é nossa tarefa tornar a revolução permanente até que todas as classes proprietárias em maior ou menor grau tenham sido alijadas do poder, o poder estatal tenha sido conquistado pelo proletariado e a associação dos proletários tenha avançado, não só em um país, mas em todos os países dominantes no mundo inteiro, a tal ponto que a concorrência entre os proletários tenha cessado nesses países e que ao menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos dos proletários. Para nós, não se trata de modificar a propriedade privada, mas de aniquilá-la, não se trata de camuflar as contradições de classe, mas de abolir as classes, não se trata de melhorar a sociedade vigente, mas de fundar uma nova. Não há a menor dúvida de que, no próximo desenvolvimento da revolução, a democracia pequeno-burguesa se tornará, por algum tempo, a fração mais influente na Alemanha. A questão é, portanto, qual será o posicionamento do proletariado e especificamente da Liga frente a ela:

a) enquanto perdurarem as condições atuais, em que os democratas pequeno-burgueses são também oprimidos;

b) durante a luta revolucionária próxima que lhes proporcionará a supremacia;

c) depois dessa luta, durante o tempo de sua supremacia sobre as classes derrubadas e sobre o proletariado.

1. No momento presente, em que são oprimidos em toda parte, os pequeno-burgueses democráticos pregam, em geral, união e reconciliação ao proletariado, estendem-lhe a mão e almejam a criação de um grande partido de oposição que acolha todos os matizes no partido democrático, ou seja, eles almejam enredar os trabalhadores numa organização partidária, na qual predomine o fraseado social-democrata genérico e vazio que encobre seus interesses particulares e na qual não será permitido apresentar as reivindicações bem determinadas do proletariado em função da bendita paz. Tal união traria resultados vantajosos somente para eles e seria totalmente desvantajosa para o proletaria-

do. O proletariado perderia de vez sua posição autônoma, conquistada a duras penas, e ficaria novamente relegado à condição de penduricalho da democracia burguesa oficial. Essa união deve, portanto, ser rejeitada da forma mais decidida possível. Em vez de rebaixar-se uma vez mais ao papel de coro que aplaude os democratas burgueses, os trabalhadores, sobretudo a Liga, devem tomar providências no sentido de criar, paralelamente aos democratas oficiais, uma organização autônoma secreta e pública do partido dos trabalhadores, elegendo como centro e núcleo das associações operárias toda comunidade em que a posição e os interesses do proletariado sejam discutidos independentemente das influências burguesas. Quão pouco os democratas burgueses levam a sério uma aliança em que figuram lado a lado com os proletários em igualdade de poder e de direitos, evidenciam, por exemplo, os democratas de Breslau, que no seu órgão, a *Nova Gazeta do Oder* (Neue Oder-Zeitung), atacam com ódio extremo os trabalhadores autonomamente organizados, que eles titulam de socialistas. Para o caso de uma luta contra um adversário comum não há necessidade de nenhuma união específica. Quando chegar a hora de combater tal adversário diretamente, os interesses dos dois partidos coincidirão durante aquele momento e, como ocorreu até agora, também no futuro essa coligação se produzirá por si mesma para aquele lapso de tempo. É claro que, nos conflitos sangrentos que se avizinhavam, como em todos os anteriores, serão principalmente os trabalhadores que, por sua coragem, sua determinação e abnegação, terão de conquistar a vitória. Como ocorreu até agora, também nesse embate, os pequeno-burgueses em massa se comportarão, enquanto for possível, de modo hesitante, irresoluto e inerte, para então, no momento em que a vitória estiver decidida, encampá-la para si, exortar os trabalhadores à calma e ao retorno ao seu labor doméstico, prevenir os assim chamados excessos e excluir o proletariado dos frutos da vitória. Os trabalhadores não têm poder para impedir que os democratas pequeno-burgueses ajam dessa maneira, mas têm poder para dificultar que se insurjam contra o proletariado armado e têm poder para ditar-

lhes condições tais que façam com que a dominação dos democratas burgueses traga em si de antemão o germe da sua própria destruição e seja consideravelmente facilitada sua posterior supressão pelo domínio do proletariado. Antes de tudo, os trabalhadores devem, durante o conflito e imediatamente após a luta, agir tanto quanto possível no sentido de contrapor-se às dissuasões burguesas e obrigar os democratas a concretizar o seu fraseado terrorista atual. Eles devem atuar no sentido de que a agitação revolucionária direta não seja novamente reprimida de imediato após a vitória. Eles devem, ao contrário, preservá-la tanto quanto possível. Bem longe de coibir os assim chamados excessos, os exemplos da vingança popular contra indivíduos ou prédios públicos odiados que suscitam apenas lembranças odiosas, deve-se não só tolerar esses exemplos, mas também assumir pessoalmente a liderança da ação. Durante a luta e após a luta, os trabalhadores devem aproveitar cada oportunidade para apresentar suas próprias reivindicações ao lado das reivindicações dos democratas burgueses. Eles devem exigir garantias para os trabalhadores no momento em que os burgueses democratas fizerem menção de assumir o governo. Caso seja necessário, eles devem forçar a cessão dessas garantias e, de modo geral, tomar providências para que os novos governantes se sintam no dever de fazer-lhes todas as concessões e promessas possíveis – este é o meio mais seguro de comprometê-los. Eles devem reprimir de todas as maneiras qualquer euforia pela vitória e todo entusiasmo pela nova condição, que se instalam após cada embate vitorioso travado nas ruas, e devem fazer isso tanto quanto possível através da apreensão serena e fria das condições dadas e de uma postura de desconfiança indissimulada para com o novo governo. Paralelamente aos novos governos oficiais, eles devem constituir simultaneamente os governos operários revolucionários próprios, seja na forma de diretorias comunais e conselhos comunais, seja por meio de clubes operários ou comitês operários, de modo que os governos democráticos burgueses não só percam de imediato o respaldo que tinham nos trabalhadores, mas se vejam de saída fiscalizados e intimidados por instâncias representati-

vas de toda a massa dos trabalhadores. Em suma, desde o primeiro instante da vitória, a desconfiança não mais deve ser dirigida contra o partido reacionário derrotado, mas contra os que até ali foram seus aliados, contra o partido que pretende explorar sozinho a vitória conquistada conjuntamente.

2. No entanto, para que os trabalhadores tenham condições de enfrentar de modo enérgico e intimidador esse partido que começará a traí-los já na primeira hora após a vitória, eles precisam estar armados e organizados. O município de todo o proletariado com espingardas, rifles, artilharia e munição deve ocorrer imediatamente; deve-se agir no sentido de evitar a restauração da antiga guarda civil voltada contra os trabalhadores. Porém, onde isso não for executável, os tentar organizar-se independentemente em guarda proletária, com comandantes e alto-comando eleitos por eles mesmos, colocando-se sob o comando, não do poder estatal, mas dos conselhos comunais revolucionários instituídos pelos trabalhadores. Onde forem empregados às expensas do Estado, os trabalhadores devem exigir continuar de posse das armas e organizar-se em um corpo especial com chefias escolhidas por eles mesmos ou como parte da guarda proletária. Armas e munição não devem ser entregues sob nenhum pretexto; qualquer tentativa de desarmamento deve ser frustrada, se necessário, com o uso da força. aniquilação da influência dos democratas burgueses sobre os trabalhadores, imediata organização autônoma e armada dos trabalhadores e imposição das condições mais difíceis e comprometedoras possíveis para o governo por ora inevitável da democracia burguesa: estes são os pontos principais que o proletariado e, consequentemente, a Liga devem ter em mente durante e após a revolta iminente.

3. Logo que os novos governos tiverem se consolidado minimamente, começará a sua luta contra os trabalhadores. Para que possam contrapor-se vigorosamente aos pequeno-burgueses democráticos nesse momento, é necessário sobretudo que os trabalhadores estejam autonomamente organizados e centralizados em clubes. Assim que for possível, após a derrubada dos governos vigentes, o Comitê

Central se deslocará para a Alemanha, convocará imediatamente um congresso e lhe fará as necessárias exposições a respeito da centralização dos clubes operários sob uma direção única estabelecida na sede principal do movimento. A rápida organização, ao menos de um elo provincial entre os clubes operários, constitui um dos pontos principais para o fortalecimento e o desenvolvimento do partido operário; a consequência imediata da derrocada dos governos vigentes será a eleição de uma Assembleia Nacional. Em vista dela, o proletariado deve tomar providências:

I. Para que nenhuma artimanha de autoridades locais e comissários governamentais leve à exclusão de algum grupo de trabalhadores, qualquer que seja o pretexto alegado;

II. Para que, em toda parte, ao lado dos candidatos democráticos burgueses, sejam propostos candidatos operários que, dentro do possível, devem ser membros da Liga e cuja eleição deve ser promovida com todos os meios possíveis. Inclusive onde não houver nenhuma perspectiva de obter êxito no empreendimento, os trabalhadores devem propor seus próprios candidatos, a fim de preservar sua independência, computar suas forças e apresentar publicamente sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido. Eles não devem se deixar cativar, nesse tocante, pela retórica dos democratas, como, por exemplo: dessa maneira se estaria fracionando o partido democrático e dando à reação a possibilidade de chegar à vitória. No final das contas, todo esse fraseado vazio tem um único propósito: engambelar o proletariado. Os avanços que o partido proletário poderá fazer através dessa atuação independente são infinitamente mais importantes do que a desvantagem gerada pela presença de alguns reacionários entre os representantes. Se a democracia agir desde o início de reação, a influência desta sobre as eleições terá sido anulada de antemão.

O primeiro ponto que causará conflito entre os democratas pequeno-burgueses e os trabalhadores será o da abolição do feudalismo; como na primeira Revolução Francesa, os pequeno-burgueses quererão dar as terras dos feudos

aos agricultores como propriedade livre, isto é, manter o proletariado rural e formar uma classe de agricultores pequeno-burgueses, que percorrerá o mesmo ciclo de empobrecimento e endividamento em que se encontram até hoje os agricultores franceses.

Os trabalhadores devem opor-se a esse plano no interesse do proletariado rural e em seu próprio interesse. Eles devem exigir que a propriedade feudal confiscada permaneça na condição de bem estatal e seja empregada para formar colônias operárias, que serão cultivadas pelo proletariado rural associado com todas as vantagens da agricultura extensiva e, ao mesmo tempo, farão com que o princípio da propriedade comum receba uma base firme em meio às oscilantes relações de propriedade burguesa. Assim como os democratas se coligaram com os agricultores, os trabalhadores devem se coligar com o proletariado rural. Os democratas, ademais, atuarão no sentido de instaurar diretamente a república federativa ou, caso não consigam evitar a república una e indivisível, ao menos tentarão paralisar o governo central por meio da maior autonomia e independência possível das comunas e províncias. Em vista desse plano, os trabalhadores devem atuar não só em favor da república alemã una e indivisível, mas, dentro dela, também em favor da mais efetiva centralização possível do poder nas mãos do Estado. Eles não devem se deixar desencaminhar pelo falatório democrático a respeito da liberdade das comunidades, do autogoverno, etc. num país como a Alemanha, onde ainda há tantos restos da Idade Média a eliminar, onde ainda há tanta obstinação local e provincial a quebrar, não se pode tolerar em circunstância nenhuma que cada povoado, cada cidade, cada província ponha um novo obstáculo no caminho da atividade revolucionária, que só pode desenvolver toda a sua força a partir do centro. Não se pode tolerar que se renove o estado de coisas atual, em que os alemães precisam lutar por um só e mesmo progresso em cada cidade, em cada província separadamente. Mas o que de forma alguma se pode tolerar é que seja perenizada, mediante uma assim chamada constituição comunal livre, uma forma de propriedade que fica aquém até da moderna pro-

priedade privada e que, em toda parte, necessariamente acaba resultando nisto: a propriedade comunal e as desavenças dela resultantes entre comunas pobres e comunas ricas, bem como a vigência paralela de direito civil nacional e direito civil comunal com suas artimanhas contra os trabalhadores. Como foi o caso na França em 1793, hoje na Alemanha a execução da mais rígida centralização é a tarefa do partido realmente revolucionário*.

Vimos como os democratas chegarão ao poder no próximo movimento e como serão forçados a propor medidas mais ou menos socialistas. Perguntar-se-á que medidas os trabalhadores deverão propor em contrapartida. No início do movimento, os trabalhadores naturalmente ainda não poderão propor medidas diretamente comunistas. Mas eles podem:

1. Obrigar os democratas a interferir no maior número possível de facetas da ordem social progressa, a perturbar o seu curso regular e a comprometer a si próprios, bem como concentrar o maior número possível de forças produ-

* É preciso lembrar hoje que essa passagem se baseia num mal-entendido. Naquela época – graças aos falsificadores bonapartistas e liberais da história –, dava-se por assentado que a máquina administrativa centralizada dos franceses havia sido introduzida pela grande Revolução e utilizada principalmente pela convenção como arma indispensável e decisiva para derrotar a reação monarquista e federalista e o inimigo externo. Agora, porém, é fato conhecido que, durante todo o período da Revolução até o 18 de Brumário, toda a administração dos departamentos, dos distritos e das comunas era formada por autoridades eleitas pelos próprios administrados, as quais se moviam com inteira liberdade no âmbito das leis gerais do Estado; sabe-se agora que esse autogoverno provincial e local, semelhante ao norte-americano, foi a alavanca mais poderosa da Revolução, e tanto o foi que Napoleão, imediatamente após o seu golpe de Estado em 18 de Brumário, apressou-se a substituí-lo pelo sistema dos prefeitos vigente ainda hoje, o qual desde o princípio foi, portanto, puro instrumento da reação. Porém, assim como o autogoverno local e provincial não está em contradição com a centralização nacional de cunho político, tampouco está necessariamente atrelado àquele egoísmo cantonal ou comunal estreito, com cuja face asquerosa nos deparamos na Suíça e que, em 1849, todos os republicanos federalistas do sul da Alemanha queriam tornar regra para toda a Alemanha. [Nota de Engels à edição alemã de 1885]

tivas, meios de transporte, fábricas, ferrovias, etc. nas mãos do Estado.

2. Eles devem exacerbar as propostas dos democratas, que de qualquer modo não agirão de modo revolucionário, mas meramente reformista, e transformá-las em ataques diretos à propriedade privada; por exemplo, quando os pequeno-burgueses propuserem adquirir as ferrovias e as fábricas, os trabalhadores devem exigir que essas ferrovias e fábricas, sendo propriedade de reacionários, sejam simplesmente confiscadas sem qualquer indenização. Quando os democratas propuserem o imposto proporcional, os trabalhadores exigirão o imposto progressivo; quando os próprios democratas requererem um imposto progressivo moderado, os trabalhadores insistirão num imposto cujas taxas se elevam tão rapidamente que ele acabará destruindo o grande capital; quando os democratas reivindicarem a regulamentação da dívida estatal, os trabalhadores exigirão a bancarrota do Estado. As reivindicações dos trabalhadores devem orientar-se, portanto, sempre nas concessões e medidas propostas pelos democratas.

Caso os trabalhadores alemães não consigam chegar ao poder e à concretização dos interesses de sua classe sem passar por todo um longo processo revolucionário, desta vez eles ao menos têm a convicção de que o primeiro ato desse espetáculo revolucionário iminente coincide com a vitória direta de sua própria classe na França e é acelerado por esta.

Porém, eles próprios terão de realizar o principal para lograr a vitória final, mais precisamente, obtendo clareza sobre os interesses de sua classe, assumindo o mais depressa possível um posicionamento partidário autônomo, não se deixando demover em nenhum momento da organização independente do partido do proletariado pelo fraseado hipócrita dos pequeno-burgueses democráticos. Seu grito de guerra deve ser: a revolução em permanência.

Londres, março de 1850.

PARA A HISTÓRIA DA LIGA DOS COMUNISTAS

*Friedrich Engels**

Com a condenação dos comunistas de Colônia em 1852 cai o pano sobre o primeiro período do movimento operário autônomo alemão. Este período está hoje quase esquecido. No entanto, ele durou de 1836 até 1852 e, com a disseminação dos operários alemães pelo estrangeiro, o movimento operou em quase todos os países civilizados. E não é tudo. O movimento operário internacional hodierno é, em substância, um continuador direto do movimento operário alemão de então, que foi, em geral, o primeiro movimento operário internacional, e que produziu muitas das pessoas que tomaram o papel dirigente na Associação Internacional dos Trabalhadores [AIT]. E os princípios teóricos que a Liga dos Comunistas inscreveu na sua bandeira, em 1847, no *Manifesto Comunista*, formam hoje o vínculo internacional mais forte do movimento proletário todo, tanto da Europa como da América.

* Artigo redigido por Engels em 8 de outubro de 1885 como introdução à edição alemã de 1885 do livro de Marx *Revelações sobre o processo dos comunistas de Colônia* e publicado também no jornal *Der Sozialdemokrat*, números 46, 47 e 48, respectivamente em 12, 19 e 26 de novembro de 1885. Além do livro de Marx e da publicação citada pelo autor, organizada por Wermuth e Stieber, Engels usou como fonte sua própria experiência pessoal no movimento comunista, derivam daí algumas informações imprecisas e nem sempre fiéis aos detalhes dos acontecimentos históricos e à cronologia exata destes fatos. Texto revisado a partir das versões em português em *Obras Escolhidas – Tomo III* (Editorial Avante!, 1982) e *Manifesto do Partido Comunista – Karl Marx e Friedrich Engels* (Ed. Univ. São Francisco, 2003).

Até agora, há apenas uma fonte principal para a história coerente deste movimento. É o chamado livro negro *As conspirações de comunistas do século XIX*, de Wermuth e Stieber (Berlim, 2 partes, 1853 e 1854). Esta elucubração tecida de mentiras conjuntamente por dois dos mais miseráveis farrapos de polícia do nosso século, regurgitando de falsificações premeditadas, ainda hoje serve de fonte última a todos os escritos não comunistas sobre aquele tempo.

O que eu posso dar aqui é apenas um esboço, e mesmo este apenas na medida em que a própria Liga entre em consideração; apenas o que é absolutamente necessário para o entendimento das *Revelações*. Espero que ainda me seja dado alguma vez trabalhar o rico material, reunido por Marx e por mim, para a história daquele glorioso tempo de juventude do movimento operário internacional.

Da Liga dos Proscritos, associação secreta democrática-republicana fundada em Paris no ano de 1834 por refugiados alemães, separaram-se, em 1836, os elementos mais radicais, na maioria dos casos, proletários, e formaram uma nova associação secreta, a Liga dos Justos. A Liga original, em que só ficaram os elementos mais sonolentos do tipo de Jacob Venedey*, logo adormeceu totalmente; quando, em 1840, a polícia farejou algumas secções na Alemanha, ela não era mais que uma sombra. A nova Liga, pelo contrário, desenvolveu-se de um modo relativamente rápido. Originalmente, era apenas um filhote alemão do comunismo operário francês que se prendia a reminiscências do babeuismo** e que por essa mesma altura se desenvolvia em Paris; a comunidade de bens era exigida como consequência necessária da “igualdade”. Os objetivos eram os das sociedades secretas parisienses daquele tempo: meia associação

* Jacob Venedey (1805-1871) foi um jornalista e escritor alemão, representante do partido radical-democrático no parlamento de Frankfurt.

** Referência às ideias e aos seguidores de François Noël [Gracchus] Babeuf (1760-1797), revolucionário utópico francês executado por sua participação na Conspiração dos Iguais que, em 1796, propunha uma “comunidade dos bens e do trabalho”.

de propaganda, meia conspiração, pelo que, contudo, Paris continuava a valer como centro da ação revolucionária, apesar de a preparação de eventuais golpes na Alemanha não estar excluída. Porém, uma vez que Paris continuava a ser o campo de batalha decisivo, a Liga dessa altura, de fato, não era muito mais do que o ramo alemão das sociedades secretas francesas, nomeadamente, da *Société des Saisons**, dirigida por Blanqui e Barbès, com a qual estava em estreita conexão. Os franceses iniciaram o ataque em 12 de maio de 1839; as seções da Liga marcharam juntamente com eles e, assim, foram envolvidas na derrota comum.

Dos alemães foram presos, nomeadamente, Karl Schapper e Heinrich Bauer; o governo de Louis-Philippe contentou-se em expulsá-los após uma longa detenção. Ambos foram para Londres. Schapper, de Weilburg (Nassau), quando estudante de ciências florestais a em Giessen, em 1832, membro da conspiração organizada por Georg Büchner, tomou parte em 3 de abril de 1833 no assalto à esquadra da polícia de Frankfurt, fugiu para o estrangeiro e participou na marcha de Mazzini através da Savoia**, em fevereiro de 1834. Gigante de figura, resoluto e enérgico, sempre pronto a pôr em risco a existência civil e a vida, era o modelo do revolucionário de profissão tal como, nos anos 1830 e 1840,

* Sociedade das Estações [do Ano], organização republicano-socialista de caráter conspirativo e secreta que atuou em Paris entre 1837 e 1839, sob a direção de August Blanqui (1805-1881) e Armand Barbès (1809-1870), democratas radicais que participariam ativamente do movimento revolucionário de 1848. Em 12 de maio de 1839, a Société estimulou e dirigiu uma insurreição popular que acabou esmagada pela Guarda Nacional e por tropas governamentais.

** Engels se refere ao episódio da tentativa de tomada do parlamento central da Confederação Germânica, realizada por um grupo de radicais com o objetivo de proclamar a república, mas a sublevação foi facilmente derrotada. A segunda referência é a expedição de exilados políticos italianos e estrangeiros através da província da Savoia (no Piemonte, Itália) em fevereiro de 1834, realizada pela organização fundada no exílio por Giuseppe Mazzini (1805-1872), a "Jovem Itália", com o objetivo de iniciar uma insurreição republicana pela unificação italiana, mas que também foi rapidamente derrotada pelas tropas do Piemonte.

desempenhou um papel. Com uma certa lentidão no pensar, de modo nenhum era inacessível a melhor compreensão teórica, como o seu desenvolvimento de “demagogo”^{*} para comunista já havia mostrado, e depois de ter reconhecido algo aferrava-se ainda com mais firmeza. Precisamente por isso, a sua paixão revolucionária levou, por vezes, a melhor sobre o seu entendimento; mas, depois, ele via sempre os seus erros e reconhecia-os abertamente. Era um homem inteiro, e o que ele fez pela fundação do movimento operário alemão permanece inesquecível.

Heinrich Bauer, da Francônia, era sapateiro; um homenzinho vivo, desperto, espirituoso, cujo corpo pequeno, porém, igualmente continha tanto de astúcia como de decisão.

Chegado a Londres – onde Schapper, que fora compositor de tipografia em Paris, procurava agora o seu sustento como professor de línguas – juntaram de novo ambos os fios cortados da Liga, fazendo de Londres o centro da organização. Aqui, se não anteriormente em Paris, a eles se uniu Joseph Moll, relojoeiro de Colônia, um Hércules de estatura média – quantas vezes ele e Schapper não defenderam vitoriosamente a porta de uma sala contra centenas de adversários que avançavam impetuosamente –, um homem que pelo menos igualava os seus dois camaradas em energia e decisão, mas que espiritualmente ultrapassava ambos. Não só por ser um diplomata nato, como os sucessos das suas numerosas viagens em missão demonstraram; ele era também mais acessível à compreensão teórica. Conheci-os a todos os três em 1843, em Londres; eram os primeiros proletários revolucionários que via; e, por muito que no pormenor as nossas perspectivas estivessem afastadas na altura, pois eu ainda contrapunha ao *comunismo igualitário*^{**} limi-

^{*} Desde as primeiras décadas do século XIX as autoridades governamentais chamavam de “demagogos” os representantes das ideias e posições liberal-democráticas na Alemanha. Em 1819 instituiu-se em toda a Confederação Germânica a perseguição e a repressão contra as atividades dos “demagogos”.

^{**} Entendo por comunismo igualitário, como foi dito acima, apenas aquele comunismo que se apoia exclusiva ou predominantemente no postulado da igualdade. [Nota de Engels]

tado deles, ainda então, uma boa porção de arrogância filosófica igualmente limitada, nunca esquecerei, contudo, a imponente impressão que esses três homens autênticos me causaram, a mim que, nessa altura, precisamente, me queria tornar um homem.

Em Londres como, numa medida menor, na Suíça, beneficiavam de liberdade de associação e de reunião. Já em 7 de fevereiro de 1840, fora fundada a legal Associação Cultural Operária Alemã, que hoje ainda existe*. Esta associação servia de local de recrutamento para novos membros e, uma vez que, como sempre, os comunistas eram os membros mais ativos e mais inteligentes da associação, compreende-se que a sua direção estivesse totalmente nas mãos da Liga. Em breve a Liga tinha várias comunas – ou como, nessa altura, ainda se chamavam “lojas” – em Londres. A mesma tática óbvia foi seguida na Suíça e noutros lugares. Onde se pudessem fundar associações operárias, eram utilizadas da mesma maneira. Onde as leis o proibiam, ia-se para associações de canto coral, associações esportivas e outras. A ligação era mantida, em grande parte, por membros que continuamente iam e vinham, os quais, quando era preciso, também funcionavam como emissários. Em ambos os aspectos, a Liga era vivamente apoiada pela sabedoria dos governos que, pela expulsão, transformava cada operário indesejável – e, em noventa por cento dos casos, era um membro da Liga – num emissário.

A expansão da Liga restaurada era significativa. Nomeadamente, na Suíça, Weitling, August Becker (uma magnífica cabeça que, tal como muitos alemães, se perdeu, porém, por inconsistência interna) e outros criaram uma organização forte, mais ou menos ajuramentada ao sistema comunista

* Associação fundada em fevereiro de 1840 por K. Schapper, J. Moll e outras personalidades da Liga dos Justos, com sede na *Great Windmill Street*, servindo durante anos como centro londrino do movimento operário alemão. Marx e Engels participaram das suas atividades nos anos 1849-50. Após a dissolução da Liga dos Comunistas em 1852 a Associação transformou-se na seção alemã da AIT em Londres e mais tarde vinculou-se ao Partido Social-Democrata alemão (SPD), até ser dissolvida pelo governo britânico em 1918.

de Weitling. Não é aqui o lugar para criticar o comunismo de Weitling. Mas, quanto ao seu significado como primeira efervescência teórica autônoma do proletariado alemão, ainda hoje subscrevo as palavras de Marx no *Vorwärts* de Paris: “Onde poderia a burguesia [alemã] – exibir uma obra igual às *Garantias da Harmonia e Liberdade* de Weitling, relativa à emancipação da burguesia, à emancipação política? Compare-se a mediocridade insípida, atrapalhada, da literatura política alemã com esta estreia literária imensurável e brilhante dos operários alemães; comparem-se estes gigantescos sapatos de criança do proletariado com as minúsculas dimensões dos sapatos políticos gastos da burguesia, e será necessário profetizar à *gata borralheira* uma figura de atleta”*. Esta figura de atleta está hoje diante de nós, embora ainda longe de completamente crescida.

Na Alemanha, existiam também numerosas seções, que pelo estado de coisas existente, tinham natureza transitória; mas, as que surgiam mais do que contrabalançavam as que morriam. Só sete anos depois, em fins de 1846, a polícia descobriu um vestígio da Liga em Berlim (Mentel) e em Magdburgo (Beck), sem estar em condições de o continuar a seguir.

Em Paris, Weitling, que ainda lá se encontrava em 1840, voltou igualmente a reunir os elementos dispersos, antes de ir para a Suíça.

A tropa de elite da Liga eram os alfaiates. Havia alfaiates alemães por toda a parte: na Suíça, em Londres, em Paris. Nesta última cidade, o alemão era tanto a língua dominante neste ramo de negócios que eu conheci lá em 1846 um alfaiate norueguês que tinha ido diretamente por mar de Trondheim para França e que, durante 18 meses, não tinha aprendido quase nenhuma palavra de francês, mas [aprendera] um excelente alemão. Das comunas parisienses, em

* Citação do texto de Marx de 7 de agosto de 1844, *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”*, publicado no *Vorwärts*, nº 63, periódico alemão editado em Paris de janeiro a dezembro de 1844.

1847, duas consistiam predominantemente em alfaiates e uma em marceneiros.

Desde que o centro de gravidade se deslocou de Paris para Londres, veio para primeiro plano um novo momento: de alemã a Liga tornava-se gradualmente *internacional*. Na associação operária, encontravam-se, além de alemães e suíços, também membros de todas aquelas nacionalidades para as quais a língua alemã servia predominantemente de meio de comunicação com estrangeiros, portanto, nomeadamente: escandinavos, holandeses, húngaros, checos, eslavos do sul, também russos e alsacianos. Em 1847, entre outros, havia também como frequentador regular um grana-deiro da guarda inglesa, de uniforme. Em breve a associação passou a se chamar *Associação Cultural Operária Comunista*, e nos cartões de membro estava o lema “Todos os homens são irmãos”, em pelo menos vinte línguas, se bem que, aqui e ali, não sem erros de ortografia. Tal como a associação legal, também a Liga secreta tomou, em breve, um carácter mais internacional; primeiro, num sentido ainda limitado, praticamente pela variada nacionalidade dos membros, teoricamente pela compreensão de que toda a revolução, para ser vitoriosa, teria de ser europeia. Não se ia mais longe do que isto; mas, a base estava dada.

Mantinha-se uma estreita ligação com os revolucionários franceses, através dos refugiados em Londres, camaradas de luta do 12 de maio de 1839. Acontecia o mesmo com os polacos mais radicais. A emigração oficial polaca, tal como Mazzini, compreensivelmente, eram mais adversários do que aliados. Os cartistas ingleses, em virtude do carácter especificamente inglês do seu movimento, foram deixados de parte como não-revolucionários. Os dirigentes londrinos da Liga só mais tarde estabeleceram ligação com eles através de mim.

Além disso, o carácter da Liga também se tinha alterado com os eventos. Apesar de se olhar sempre para Paris – e, nessa altura, com plena razão – como a cidade revolucionária mãe, havia-se, no entanto, saído da dependência dos conspiradores parisienses. A expansão da Liga elevou a sua

autoconsciência. Sentia-se que se criavam raízes cada vez mais na classe operária alemã e que estes operários alemães estavam historicamente chamados a ser os porta-bandeira dos operários do norte e do leste europeus. Tinha-se em Weitling um teórico comunista que se podia resolutamente colocar ao lado dos seus concorrentes franceses da altura. Finalmente, tinha-se aprendido com a experiência do 12 de maio que, de momento, não havia nada a esperar das tentativas de golpe. E se também se continuava a explicar cada evento como sinal da tempestade prestes a rebentar, se no conjunto se continuava a conservar os antigos estatutos semi-conspiratórios, isso era mais por culpa da velha desconfiança revolucionária, que já começava a entrar em colisão com a melhor compreensão teórica que se estava a impor.

No entanto, a doutrina social da Liga, indeterminada como era, tinha um erro muito grande, mas que estava fundado nas condições mesmas. Os membros, na medida em que, em geral, eram operários, eram quase exclusivamente artesãos propriamente ditos. O homem que os explorava, mesmo nas grandes metrópoles, era, na maioria dos casos, apenas um pequeno mestre-artesão. A própria exploração da alfaiataria em grande escala – a agora chamada confecção – pela conversão da oficina de alfaiataria em indústria ao domicílio por conta de um grande capitalista, mesmo em Londres, estava nessa altura só em germinação. Por um lado, o explorador desses artesãos era um pequeno mestre, por outro lado, todos eles esperavam tornar-se finalmente eles próprios pequenos mestres. E, além disso, estava ainda colada ao artesão alemão daquela época uma massa de representações corporativas herdadas. Cabe-lhes a maior honra pelo fato de – não sendo eles próprios ainda plenamente proletários, mas apenas um apêndice, em vias de transição para o proletariado moderno, da pequena-burguesia, um apêndice que ainda não estava em oposição direta contra a burguesia, isto é, o grande capital – estes artesãos terem sido capazes de antecipar instintivamente o seu desenvolvimento futuro e de, se bem que não com plena

consciência, se terem constituído como partido do proletariado. Mas era também inevitável que os seus velhos preconceitos de artesão a cada momento lhes pregassem uma rasteira sempre que se tratava de criticar em pormenor a sociedade existente, isto é, de investigar fatos econômicos. E não creio que nessa altura em toda a Liga houvesse um único homem que alguma vez tivesse lido um livro sobre economia. Porém, isso importava pouco; a “igualdade”, a “fraternidade” e a “justiça” ajudavam, no entanto, a passar por cima de todas as montanhas teóricas.

Entretanto, tinha-se formado, ao lado do comunismo da Liga e de Weitling, um segundo, essencialmente diverso. Em Manchester, eu tinha dado com o nariz em que os fatos econômicos – que na historiografia até hoje não desempenham nenhum papel ou apenas um papel desprezado – são, pelo menos no mundo moderno, um poder histórico decisivo; em que eles formam a base para o surgimento das oposições de classes hodiernas; em que estas oposições de classes – nos países em que, em virtude da grande indústria, elas se desenvolveram completamente, portanto, nomeadamente, em Inglaterra – são, por sua vez, a base da formação de partidos, das lutas de partidos e, com isso, de toda história política. Marx não só tinha chegado à mesma perspectiva como também já nos Anais Franco-Alemães (1844) havia a partir daí generalizado que, em geral, não é o Estado que condiciona e rege a sociedade civil, mas é a sociedade civil que condiciona e rege o Estado, que, por conseguinte, há que explicar a política e a sua história a partir das relações econômicas e do seu desenvolvimento, e não inversamente. Quando no verão de 1844 visitei Marx em Paris, estabeleceu-se a nossa completa concordância em todos os domínios teóricos, e daí data o nosso trabalho comum. Quando, na primavera de 1845, nos encontramos de novo, em Bruxelas, Marx tinha já desenvolvido, de um modo acabado, a partir das bases acima referidas, a sua teoria materialista da história nos seus traços principais e nos dedicamos, a partir de então, a elaborar no pormenor a nova concepção nas mais diversas direções.

Esta descoberta, que revolucionou a ciência histórica – que, como se vê, é essencialmente obra de Marx e de que eu só me posso atribuir uma pequena parte muito insignificante – foi, porém, de importância imediata para o movimento operário desse tempo. Comunismo entre franceses e alemães, cartismo entre ingleses, já não apareciam mais como algo de casual, que igualmente podia não ter existido. Estes movimentos apresentavam-se agora como um movimento da classe oprimida moderna, do proletariado, como formas mais ou menos desenvolvidas da sua luta historicamente necessária contra a classe dominante: a burguesia; como formas da luta das classes, mas diferenciando-se de todas as lutas de classes anteriores apenas por isto: porque a classe oprimida atual, o proletariado, não pode realizar a sua emancipação sem emancipar ao mesmo tempo toda a sociedade da separação em classes e, com ela, das lutas de classes. E comunismo nunca mais significou a invenção, por meio da fantasia, de um ideal de sociedade o mais perfeito possível, mas a compreensão teórica da natureza, das condições e dos objetivos gerais, delas resultantes, da luta conduzida pelo proletariado.

De modo nenhum éramos da opinião que os novos resultados científicos deveriam sussurrar em livros grossos os novos resultados científicos exclusivamente para o mundo “erudito”. Pelo contrário. Nós estávamos já profundamente inseridos no movimento político, tínhamos uma certa adesão no mundo culto, nomeadamente, na Alemanha ocidental, e abundante contato com o proletariado organizado. Estávamos obrigados a fundamentar cientificamente a nossa perspectiva; porém, era igualmente importante para nós, ganharmos o proletariado europeu – e, antes do mais, o alemão – para as nossas convicções. Assim que clarificámos primeiro as coisas para nós mesmos, atirámo-nos ao trabalho. Em Bruxelas, fundamos uma Associação Operária Alemã* e nos apoderamos da *Gazeta Alemã de Bruxelas* (Deuts-

* A Associação Operária Alemã de Bruxelas foi fundada por Marx e Engels em agosto de 1847, com o objetivo de educar politicamente os operários alemães residentes na Bélgica e propagar entre eles as ideias socialistas. Suspendeu suas atividades pouco após a revolução de fevereiro de 1849 na França.

che-Brüsseler Zeitung), que até à revolução de fevereiro foi um órgão nosso. Estivemos em contato com a parte revolucionária dos cartistas ingleses através de Julian Harney, chefe de redação do jornal central do movimento, *The Northern Star*, de que eu era colaborador. Entramos igualmente numa espécie de bloco com os democratas de Bruxelas (Marx era vice-presidente da *Associação Democrática**) e com os sociais-democratas franceses da *La Réforme*, a quem eu fornecia notícias sobre o movimento inglês e alemão. Em suma, as nossas ligações com as organizações e órgãos de imprensa radicais e proletários eram exatamente as que se podia desejar.

Nossas relações com a Liga dos Justos eram as seguintes. A existência da Liga, naturalmente, era por nós conhecida; em 1843, Schapper propusera-me a entrada, que eu naquela época naturalmente não aceitei. Porém, nós permanecíamos não só em contínua correspondência com os londrinos como num contato ainda mais estreito com o Dr. Ewerbeck, então dirigente das comunas parisienses. Sem nos ocuparmos dos acontecimentos internos da Liga, estávamos informados de qualquer processo importante. Por outro lado, oralmente, por carta e pela imprensa, influíamos sobre as perspectivas teóricas dos membros mais significativos da Liga. Para isso serviam também diversas circulares litografadas que nós, em ocasiões particulares, enviávamos aos nossos amigos e correspondentes pelo mundo, quando se travava de coisas internas do partido comunista que se formava. Nestas, a Liga esteve ela própria, por vezes, em jogo. Assim, um jovem estudante da Vestefália, Hermann Kriege, que fora para a América e se apresentara lá como emissário da Liga, tinha-se associado com o louco Harro-Harring para, por meio da Liga, fazer revolucionar a Améri-

* Fundada em Bruxelas no outono de 1847, a *Association démocratique* reunia operários revolucionários e elementos de vanguarda da democracia liberal. Marx e Engels desempenharam ativo papel em sua fundação. Em novembro de 1847, Marx foi eleito seu vice-presidente, propondo o cargo de presidente ao democrata belga L. Jottrand. Com a deportação de Marx em março de 1848, a Associação reduziu suas atividades, que praticamente cessaram um ano depois.

ca do Sul e tinha fundado um jornal onde, em nome da Liga, pregava um comunismo adocicado e baseado no “amor”, saturado de “amor” e que transbordava de amor por todos os lados. Nós nos opusemos firmemente contra isto numa circular* que não falhou em seu efeito. Kriege desapareceu do cenário da Liga.

Mais tarde, Weitling apresentou-se em Bruxelas. Mas, já não era mais o jovem ingênuo ajudante de alfaiate que, assombrado com seu próprio talento, procurava tornar claro para si como é que, então, seria uma futura sociedade comunista. Era o grande homem que se julgava perseguido por invejosos por causa da sua superioridade, que farejava por toda a parte rivais, inimigos secretos, armadilhas; era o profeta acochado de país em país, que trazia pronta no bolso uma receita para a realização do paraíso na Terra e que imaginava que todos só andavam atrás dela para lhe roubarem. Ele já havia entrado em choque com o pessoal da Liga em Londres, e, também em Bruxelas, onde Marx e a mulher o tinham acolhido com uma paciência quase sobre-humana; não conseguiu entender-se com ninguém. Assim, foi pouco depois para a América, para tentar lá a profissão de profeta.

Todas estas circunstâncias contribuíram para a transformação silenciosa que se completava na Liga e, nomeadamente, entre os dirigentes de Londres. A insuficiência da concepção do comunismo até então, tanto do simples comunismo igualitário francês como do de Weitling, tornava-se para eles cada vez mais clara. A regressão, introduzida por Weitling, do comunismo ao cristianismo primitivo – apesar dos muitos pormenores geniais que se encontrem no seu “evangelho do pobre pecador” – tinha entregado o movimento, na Suíça, em grande parte, nas mãos, primeiro, de loucos como Albrecht e, depois, de pseudopropetas como Kuhlmann. O “socialismo verdadeiro” difundido por alguns literatos – uma tradução da fraseologia socialista francesa

* *A Circular contra Kriege* foi escrita por Marx e Engels em 1846, tendo como alvo o jornalista Hermann Kriege (1820-1850), fundador do *Der Volks-Tribun* (O Tribuna do Povo) e propagandista do “verdadeiro socialismo”.

para um precário alemão de Hegel e para um sentimental devaneio amoroso (veja-se o capítulo sobre o socialismo alemão, ou “verdadeiro socialismo”, no *Manifesto Comunista*) –, que Kriege e a leitura dos escritos correspondentes tinham introduzido na Liga, tinha que despertar a repugnância já aos velhos revolucionários da Liga, por causa de sua impotência contemplativa. Diante da impotência contemplativa. Diante da insustentabilidade das representações teóricas de até então, face às aberrações insustentabilidade das representações teóricas de até então, face às aberrações práticas que daí derivavam, em Londres, via-se cada vez mais que Marx e eu, com a nossa nova teoria, tínhamos razão. Esta compreensão foi indubitavelmente promovida pelo fato de entre os dirigentes de Londres se encontrarem, então, dois homens que eram significativamente superiores aos mencionados em capacidade para o conhecimento teórico: o pintor de miniaturas Karl Pfänder, de Heilbronn, e o alfaiate Georg Eccarius, de Turíngia*.

Basta dizer que, na primavera de 1847, Moll apareceu em Bruxelas na casa de Marx e logo depois em Paris em minha casa para, em nome dos seus camaradas, nos convidar repetidamente para ingressar na Liga. Eles estavam convencidos da correção geral da nossa concepção, assim como da necessidade de libertar a Liga das velhas tradições e formas conspiratórias. Se concordássemos entrar, havia de nos ser dada a oportunidade, num congresso da Liga, de desenvolver num manifesto o nosso comunismo crítico, que seria publicado, em seguida, como manifesto da Liga; e, assim, poderíamos contribuir com a nossa parte para que a organização antiquada da Liga fosse substituída por uma outra, conforme os novos tempos e objetivos.

* Pfänder (1818-1876) morreu em Londres há uns oito anos. Era um homem de fina inteligência, um espírito agudo, irônico, dialético. Eccarius (1818-1889), como se sabe, foi mais tarde durante muitos anos, secretário do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, do qual faziam parte, entre outros, vários antigos membros da Liga: Eccarius, Pfänder, Lessner, Lochner, Marx e eu. Mais tarde, Eccarius dedicou-se exclusivamente ao movimento sindical inglês. [Nota de Engels]

Não tínhamos a menor dúvida de era necessária uma organização no interior da classe operária alemã, ainda que apenas por razões de propaganda, e que essa organização, na medida em que não fosse de natureza meramente local, mesmo fora da Alemanha, deveria ser uma organização secreta. Ora, uma tal organização existia já, precisamente, na Liga. O que nós tínhamos até então criticado a esta Liga era agora abandonado pelos próprios representantes da Liga como errôneo; nós próprios éramos convidados a colaborar na reorganização. Como podíamos nós dizer que não? Entramos, portanto, para a Liga; Marx formou em Bruxelas uma comuna da Liga com os nossos amigos mais próximos, enquanto eu frequentava as três comunas de Paris.

No verão de 1847, teve lugar em Londres o primeiro congresso da Liga, em que W. Wolff representou a comuna de Bruxelas e eu as de Paris. Procedeu-se aí, antes do mais, à reorganização da Liga. O que ainda restava dos velhos nomes místicos do tempo da conspiração foi agora também abolido; a Liga organizou-se em comunas, círculos, círculos dirigentes, comitê central e congresso e denominou-se a partir de então Liga dos Comunistas. Com seu artigo o artigo primeiro dos seus Estatutos, dizendo: “O objetivo da Liga é a derrocada da burguesia, o domínio do proletariado, a abolição da velha sociedade burguesa baseada sobre antagonismos entre as classes e a fundação de uma nova sociedade, sem classes e sem propriedade privada”. Quanto à organização, era inteiramente democrática, com autoridades eleitas e sempre destituíveis, e somente com isso cortou-se o passo a todas as veleidades de conspiração, que requerem um regime de ditadura, e a Liga – pelo menos, em tempos habituais de paz – converteu-se numa simples sociedade de propaganda. Estes novos Estatutos – tão democraticamente se procedia agora – foram apresentados para discussão às comunas, depois foram mais uma vez debatidos no segundo Congresso e por ele definitivamente aprovados em 8 de dezembro de 1847. Estão reproduzidos na obra de Wermuth e Stieber [Vol. I, p. 239, Anexo X].

O segundo Congresso teve lugar em fins de novembro e princípios de dezembro do mesmo ano. Aqui Marx já estava presente e defendeu em longos debates – o Congresso durou, pelo menos dez dias – a nova teoria. Toda a contradição e dúvida foram finalmente resolvidas, os novos princípios foram aprovados por unanimidade e Marx e eu fomos encarregados de elaborar o manifesto. Isto aconteceu imediatamente a seguir. Poucas semanas antes da revolução de fevereiro era enviado para Londres, para impressão. Desde então, tem dado a volta ao mundo, foi traduzido em quase todas as línguas e ainda hoje serve, nos mais variados países, de guia ao movimento proletário. Para o lugar do antigo lema da Liga – *Todos os homens são irmãos* –, entrou o novo grito de guerra: *Proletários de todos os países, uni-vos!*, que proclamava abertamente o caráter internacional da luta. Dezessete anos mais tarde, este grito de guerra ecoou pelo mundo pela Associação Internacional dos Trabalhadores e hoje o proletariado combativo de todos os países tem-no inscrito nas suas bandeiras.

Rebentou a revolução de fevereiro. O comitê central, até aí em Londres, transferiu logo os seus poderes para o círculo diretivo de Bruxelas. Mas esta decisão veio numa altura em que em Bruxelas dominava já um efetivo estado de sítio e os alemães, nomeadamente, já não se podiam reunir em parte nenhuma. Estávamos todos, precisamente, a dar o salto para Paris e, assim, o novo comitê central decidiu igualmente dissolver-se, transferir todos os plenos poderes para Marx e autoriza-lo para que constituísse logo em Paris um comitê central. Mal as cinco pessoas que tinham tomado esta decisão (em 3 de março de 1848) tinham se separado, a polícia entrou na casa de Marx, prendeu-o e, no dia seguinte, compeliu-o a partir para França, para onde ele de boa vontade queria ir.

Em breve nos encontrámos de novo todos em Paris. Aí foi também elaborado o seguinte documento, assinado pelos membros do novo comitê central, que foi distribuído por toda a Alemanha e com o qual ainda hoje muitos podem a-

prender alguma coisa: *As Reivindicações do partido comunista na Alemanha*.*

1. Toda a Alemanha será declarada uma república única e indivisível.

3. Os representantes do povo serão remunerados para que também os operários possam assentar-se no parlamento do povo alemão.

4. Armamento geral do povo.

7. As propriedades rurais dos príncipes e outras propriedades feudais, todas as minas, jazidas, etc., serão convertidas em propriedade do Estado. Nestas propriedades se praticará a agricultura extensiva com os recursos mais modernos da ciência em benefício da coletividade.

8. As hipotecas sobre as propriedades agrícolas serão declaradas propriedade do Estado. Os juros sobre essas hipotecas serão pagos pelos agricultores ao Estado.

9. Nas regiões em que se desenvolveu o sistema de arrendamento, a renda fundiária ou a taxa de arrendamento serão pagas ao Estado a título de imposto.

11. Todos os meios de transporte – ferrovias, canais, barcos a vapor, estradas, postos, etc. – serão assumidos pelo Estado. Eles serão convertidos em propriedade do Estado e colocados gratuitamente à disposição da classe desprovida de recursos.

14. Limitação do direito de herança.

15. Introdução de um forte imposto progressivo e abolição dos impostos sobre o consumo.

16. Instalação de fábricas nacionais. O Estado assegura a subsistência a todos os trabalhadores e assiste os incapacitados para o trabalho.

17. Educação universal e gratuita do povo.

É do interesse do proletariado alemão, das classes dos pequenos cidadãos e dos pequenos agricultores, empregar toda energia na implementação das medidas acima. Porque só mediante a concretização das mesmas os milhões na Alemanha que foram exploradas até agora por um pequeno

* Engels transcreve aqui um resumo das *Reivindicações*, cujo texto integral publicamos nesta edição.

número e que se procurará manter na opressão, obterão o direito e o poder que lhes cabe na qualidade de produtoras de toda a riqueza.

O Comitê: Karl Marx, Friedrich Engels, Karl Schapper, Heinrich Bauer, Joseph Moll e Wilhelm Wolff.

Em Paris dominava então a mania das legiões revolucionárias. Espanhóis, italianos, belgas, holandeses, polacos, alemães juntavam-se em bloco para libertar as suas respectivas pátrias. A legião alemã era dirigida por Herwegh, Bornstedt e Börnstein. Uma vez que logo depois da revolução os operários estrangeiros, não só ficaram sem emprego, como também eram ainda fustigados pelo público, estas legiões encontraram um grande afluxo. O novo governo viu nelas um meio para se ver livre de operários estrangeiros e concedeu-lhes *l'étape du soldat*, isto é, alojamento em viagem e um abono de marcha de 50 centimos por dia até à fronteira, onde então o sempre comovido até às lágrimas ministro dos Negócios Estrangeiros, o retórico Lamartine, sempre encontrava oportunidade de os denunciar aos respectivos governos.

Opusemo-nos da maneira mais decidida a esta tentativa de brincar de revolução. Trazer para o meio da efervescência de então da Alemanha uma invasão que coercivamente devia importar de fora a revolução significava pregar uma rasteira à revolução na própria Alemanha, fortalecer os governos e entregar os próprios legionários sem defesa – Lamartine encarregava-se disso – nas mãos das tropas alemãs. Quando, depois, a revolução venceu em Viena e em Berlim, a legião já não tinha mais razão, nem objetivos; mas, tinha-se começado a brincadeira, prosseguiu-se com ela.

Fundamos um clube comunista alemão* onde aconselhávamos os operários a manterem-se afastados da legião, mas, em contrapartida, a regressarem individualmente à pátria e a agirem aí a favor do movimento. O nosso velho a-

* Referência ao Clube dos Operários Alemães, fundado em Paris em março de 1848 por dirigentes da Liga dos Comunistas e dirigido por Marx com o objetivo de organizar emigrados alemães para atuar de acordo com a tática do proletariado durante a revolução democrático-burguesa.

migo Flocon, que tinha assento no governo provisório, obteve para os operários por nós enviados as mesmas ajudas de viagem que eram atribuídas aos legionários. Deste modo, enviámos de volta para a Alemanha trezentos ou quatrocentos operários, a grande maioria dos quais eram membros da Liga.

Como era fácil de prever, face ao movimento das massas populares então desencadeado, a Liga mostrou-se uma alavanca muito fraca. Três quartos dos membros da Liga, que anteriormente moravam no estrangeiro, com o regresso à pátria, tinham mudado de residência; as suas comunas de até então estavam por isso em grande parte dissolvidas, todo o contato com a Liga, para eles, tinha-se perdido. Uma parte dos mais ambiciosos entre eles também não voltou a procurar contato com ela, mas iniciou, cada um na sua localidade, por conta própria, um pequeno movimento separado. E, finalmente, em cada pequeno Estado isolado, em cada província, em cada cidade, as condições eram de novo tão diversas que a Liga não estava em situação de dar mais do que instruções totalmente gerais; era, porém, muito melhor que estas fossem divulgadas pela imprensa. Em suma, desde o momento em que tinham cessado as causas que tinham necessariamente tornado secreta a Liga, essa perdia também qualquer significado. Mas quem menos podia se surpreender com isso eram precisamente os que tinha acabado de despojar a mesma Liga secreta dos últimos vestígios de seu carácter conspirativo.

Mas, provava-se agora que a Liga tinha sido uma excelente escola de atividade revolucionária. No Reno, onde a *Nova Gazeta Renana* (Neue Rheinische Zeitung) fornecia um ponto central firme, em Nassau, no Hessen renano, etc., por toda a parte, membros da Liga estavam à frente do movimento democrático radical. Do mesmo modo em Hamburgo. No sul da Alemanha, o predomínio da democracia pequeno-burguesa barrava o caminho. Em Breslau, Wilhelm Wolff esteve ativo com grande sucesso até ao verão de 1948; detinha também um mandato pela Silésia como representante suplente ao Parlamento de Frankfurt. Final-

mente, em Berlim, o compositor tipográfico Stephan Born, que em Bruxelas e em Paris tinha trabalhado como membro ativo da Liga, fundou uma *Fraternidade Operária*, que teve uma difusão considerável e subsistiu até 1850. Born, um jovem muito talentoso que, porém, estava demasiado apressado na sua transformação em figura política, “confraternizava-se” com os elementos mais díspares apenas para juntar um amontoado de gente, e não era de modo nenhum o homem que podia trazer a unidade às tendências que se opunham, luz ao caos. Nas publicações oficiais desta associação circulam por isso perspectivas defendidas também no *Manifesto Comunista* misturadas com reminiscências corporativas, fragmentos de Louis Blanc e Proudhon, ideais protecionistas, etc; em suma, queria-se agradar a todos. Especialmente, eram postas em andamento greves, associações de ofícios, cooperativas de produção, mas esquecia-se que o mais importante era, mediante vitórias políticas, conquistar o terreno a partir do qual somente, com o tempo, semelhantes coisas são realizáveis. Quando, depois, as vitórias da reação tornaram perceptível aos dirigentes da Fraternidade a necessidade de entrar diretamente na luta revolucionária foram evidentemente abandonados pela massa confusa que tinham agrupado à sua volta. Born participou em Dresden na insurreição de maio de 1849* e escapou com sorte. Mas, face ao grande movimento político do proletariado, a *Fraternidade Operária*** portou-se apenas como uma liga separada que, em grande parte, só existia no papel

* Referência ao levante armado de Dresden, entre 3 e 8 de maio de 1849, que, juntamente com as insurreições no sul e oeste da Alemanha no mesmo período, procurava defender a Constituição Imperial aprovada pelo parlamento de Frankfurt e rechaçada por vários Estados alemães. As insurreições tiveram caráter espontâneo e foram derrotadas em meados de julho do mesmo ano, após terem constituído o governo provisório do Palatinado.

** A Fraternidade Operária, fundada por S. Born (1824-1898) em setembro de 1848 em Berlim e integrada basicamente por artesãos, com uma linha mais economicista do que revolucionária. Sobreviveu à derrota da revolução de 1848 e, mesmo após a sua interdição em 1851, manteve por alguns anos uma organização semiclandestina.

e desempenhou uma função tão secundária que a reação só achou necessário suprimi-la em 1850 e aos seus rebentos que continuaram a existir só muitos anos depois. Born, que se chamava propriamente Buttermilch, não se tornou figura política nenhuma, mas um pequeno professor suíço que já não traduz Marx em linguagem de tipo corporativo, mas o plácido Renan para seu próprio alemão açucarado.

Com o 13 de junho de 1849 em Paris*, com a derrota das insurreições de maio na Alemanha e a repressão da revolução húngara pelos russos, fechou-se um grande período da revolução de 1848. Mas a vitória da reação não era de modo nenhum definitiva. Uma reorganização das forças revolucionárias dispersas era requerida, e, portanto, também a da Liga. As condições impediam de novo, tal como antes de 1848, uma organização pública do proletariado; tinha-se, portanto, que voltar à organização de tipo secreta.

No outono de 1849, a maioria dos membros do comitê central e do congresso anteriores encontrava-se novamente juntos em Londres. Faltava apenas Schapper, que estava ainda preso em Wiesbaden, mas que depois da sua absolvição na primavera de 1850 igualmente chegou, e Moll, que após ter cumprido uma série de viagens, das mais perigosas, em missão e de agitação – a última das quais com o objetivo de recrutar, mesmo no meio do exército prussiano na província do Reno, artilheiros montados para as baterias do Palatinado** – se alistou na companhia operária de Besançon no corpo de Willich e, durante um reencontro no Murg, diante da ponte de Rothenfels, foi morto com um tiro na cabeça. Em contrapartida, Willich entrou então [em cena]. Willich era um daqueles comunistas sentimentais tão correntes na Alemanha ocidental desde 1845 que, por isso a-

* Em 13 de junho de 1849, em Paris, o partido pequeno-burguês (a “Montanha”) organizou uma manifestação pacífica de protesto contra o envio de tropas francesas para reprimir a revolução na Itália. A manifestação foi dissolvida por tropas militares.

** Referência à artilharia do exército revolucionário do Palatinado, formado durante a campanha em favor da Constituição Imperial, entre maio e julho de 1849.

penas, estava em oposição secreta, instintiva, contra a nossa orientação crítica. Mas, mais do que isso, ele era o profeta completo, convencido da sua missão pessoal de libertador predestinado do proletariado alemão e, como tal, pretendente direto à ditadura política, não menos do que à militar. Assim, ao lado do comunismo cristão-primitivo pregado por Weitling apareceu uma espécie de Islã comunista. Contudo, a propaganda desta nova religião ficou, antes do mais, limitada à caserna de refugiados comandados por Willich.

Portanto, a Liga foi reorganizada, publicou-se a *Mensagem* de março de 1850 impressa no Anexo IX (n° 1)*, e Heinrich Bauer foi enviado como emissário à Alemanha. A *Mensagem* redigida por Marx e por mim ainda hoje tem interesse, porque a democracia pequeno-burguesa mesmo agora é ainda aquele partido que, por ocasião da próxima convulsão europeia – que em breve se verificará (o tempo de intervalo das revoluções europeias de 1815, 1830, 1848-1852 e 1870, dura no nosso século entre 15 e 18 anos) –, terá em todo o caso de ser o primeiro a chegar ao leme, na Alemanha, como salvador da sociedade ante os operários comunistas. Muito do que ali é dito aplica-se, portanto, ainda hoje. A viagem em missão de Heinrich Bauer foi coroada de completo sucesso. O pequeno sapateiro divertido era um diplomata nato. Ele trouxe os antigos membros da Liga – que, em parte, se tinham tornado indiferentes, em parte, operavam por conta própria – de novo para a organização ativa, nomeadamente, também os então dirigentes da *Fraternidade Operária*. A Liga começou a desempenhar o papel determinante nas associações operárias, camponesas e esportivas numa medida de longe maior do que antes de 1848, de tal modo que a mensagem trimestral seguinte às comunas, de junho de 1850, pôde constatar que o estudante Schurz, de Bonn (o futuro ex-ministro americano), que viajava pela Alemanha no interesse da democracia peque-

* Na edição alemã de 1885 do livro de Marx *Revelações sobre o processo dos comunistas de Colônia*, Engels incluiu vários anexos, entres eles a *Mensagem do Comitê Central à Liga* [dos Comunistas] de março de 1850 e uma segunda *Mensagem* de junho de 1850.

no-burguesa, “tinha encontrado todas as forças úteis já nas mãos da Liga” (Anexo IX, nº 2)*. A Liga era incondicionalmente a única organização revolucionária que na Alemanha tinha algum significado.

Mas, para que essa organização havia de servir dependia muito essencialmente das perspectivas de que um novo ascenso revolucionário se realizassem. E, no decurso do ano de 1850, isso tornou-se cada vez mais inverosímil, mesmo impossível. A crise industrial de 1847, que tinha preparado a revolução de 1848, estava vencida; tinha rebentado um novo período de prosperidade industrial, inédito até então; para quem tivesse olhos para ver e os utilizasse tinha que ser claro que a tempestade revolucionária de 1848 se esgotava gradualmente.

“Com esta prosperidade geral, em que as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem tão exuberantemente quanto é, em geral, possível no interior das relações burguesas, não se pode falar de maneira nenhuma de uma revolução real. Uma tal revolução só é possível nos períodos em que estes dois fatores – as forças produtivas modernas e as formas de produção burguesas – entram em contradição um com o outro. As diversas querelas em que agora os representantes das frações isoladas do partido continental da ordem se perdem e mutuamente se comprometem, muito longe de darem ocasião a novas revoluções, são, pelo contrário, possíveis apenas porque a base das relações é momentaneamente tão segura e – o que a reação não sabe – tão burguesa. Nela, todas as tentativas da reação que travam o desenvolvimento burguês farão tão seguramente ricochete como toda a indignação moral e todas as proclamações entusiásticas dos democratas”. Escrevíamos isto, Marx e eu, na *Revista de maio a outubro de 1850* (Revue von Mai

* A segunda *Mensagem do Comitê Central à Liga* [dos Comunistas] datada de junho de 1850, também foi incluída como documento anexo do livro *Revelações*, sendo uma continuidade descritiva da primeira e circulando nas mesmas condições, nela Marx Engels resumem a situação da Liga dos Comunistas em países como Bélgica, Alemanha, Suíça, França e Inglaterra.

bis Oktober 1850), na *Nova Gazeta Renana. Revista político-econômica*, fascículos V e VI, Hamburgo, 1850, p. 153*.

Esta fria concepção da situação foi, porém, para muita gente uma heresia, num tempo em que Ledru-Rollin, Louis Blanc, Mazzini, Kossuth e, entre os pequenos luminares alemães, Ruge, Kinkel, Goegg e todos os outros se reuniam em Londres aos bandos para formar governos provisórios futuros, não só para as suas respectivas pátrias, mas também para toda a Europa, e quando já só se tratava de obter o dinheiro preciso na América, como empréstimo revolucionário, para que se realizassem num abrir e fechar de olhos a revolução europeia e além disso, com ela, as implícitas diversas repúblicas. De que um homem como Willich caísse nisto e que também Schapper, pelo seu velho ímpeto revolucionário, se deixasse enganar, de que a maioria dos operários de Londres – na maior parte, eles próprios refugiados – os seguissem para o campo dos fazedores de revolução democrático-burgueses, quem se pode admirar? Basta que se diga que a reserva por nós defendida não ia no sentido desta gente; devia entrar-se na fabricação de revoluções; nós recusámos do modo mais decidido. Seguiu-se a cisão; o resto pode ler-se nas *Revelações*. Veio depois a prisão, primeiro, de Nothjung, depois, de Haupt em Hamburgo, o qual se tornou traidor ao dar os nomes do comitê central de Colônia e ao ter servido no processo como testemunha principal; mas os seus parentes não queriam passar por este opróbrio e expediram-no para o Rio de Janeiro, onde ele se estabeleceu mais tarde como comerciante e onde, em reconhecimento dos seus serviços, se tornou cônsul-geral, primeiro, da Prússia e, depois, da Alemanha. Agora, está de novo na Europa**.

* A Nova Gazeta Renana. Revista político-econômica (Neue Rheinische Zeitung. Politisch-ökonomische Revue) foi a publicação teórica da Liga dos Comunistas, fundada por Marx e Engels, que circulou em seis edições impressas entre dezembro de 1849 e novembro de 1850.

** Schapper (1812-1870) morreu em Londres em fins da década de 1860. Willich participou com distinção na Guerra Civil Americana em 1863; na batalha de Murfreesboro (Tennessee), como general de brigada, recebeu um tiro no peito, mas curou-se e morreu há uns 10 anos nos EUA. Sobre as demais pessoas acima mencionadas, quero

Para melhor entendimento do que se segue, dou a lista dos acusados de Colônia: 1) P. G. Röser, operário cigarereiro; 2) Heinrich Bürgers, que mais tarde morreu deputado progressista no Landtag; 3) Peter Nothjung, alfaiate, morreu há poucos anos como fotógrafo em Breslau; 4) W. J. Reiff; 5) Dr. Hermann Becker, atualmente prefeito de Colônia e membro da Câmara dos Senhores; 6) Dr. Roland Daniels, médico, morreu poucos anos depois do processo de uma tuberculose adquirida na prisão; 7) Karl Otto, químico; 8) Dr. Abraham Jacobi, atualmente médico em Nova York; 9) Dr. J. J. Klein, atualmente médico e vereador em Colônia; 10) Ferdinand Freiligrath que, nessa altura, porém, já estava em Londres; 11) J. L. Ehrhard, empregado de comércio; 12) Friedrich Lessner, alfaiate, atualmente em Londres. Destes, após um processo público perante os jurados, que durou de 4 de outubro a 12 de novembro de 1852, foram condenados por tentativa de alta traição: Röser, Bürgers e Nothjung a 6 anos de presídio; Reiff, Otto, Becker, a 5; Lessner, a 3; Daniels, Klein, Jacobi e Ehrhard foram absolvidos.

Com o processo de Colônia encerra-se este primeiro período do movimento operário comunista alemão. Imediatamente após a sentença dissolvemos a nossa Liga; poucos meses mais tarde, a *Liga separada* de Willich-Schapper também ia para o eterno descanso.*

Entre aquela época e hoje passou uma geração. Nessa altura, a Alemanha era um país de artesãos e de indústria a domicílio repousando sobre trabalho manual; hoje, é um grande país industrial apanhado ainda em contínua transformação industrial. Naquele tempo, tinha que se andar à

observar ainda que Heinrich Bauer desapareceu na Austrália, e que Weitling e Ewerbeck morreram na América. [Nota de Engels]

* A *Liga separada* [*Sonderbund*], era chamada assim por Marx e Engels fazendo uma analogia irônica com a união dos cantões católicos da Suíça nos anos 1840 com a fração dissidente de Willich e Schapper, que se afastaram após a cisão da Liga dos Comunistas, em setembro de 1850, para formar uma organização à parte, com seu próprio Comitê Central. Durante as discussões que precederam à cisão, Marx defendeu a ideia de que, em Londres, deveriam ser constituídos dois distritos da Liga, ligados entre si exclusivamente pelo vínculo com o mesmo Comitê Central.

procura um a um dos operários que tinham um entendimento da sua situação como operários e da sua oposição histórico-econômica contra o capital, porque essa mesma oposição estava apenas a surgir. Hoje, tem que se pôr o proletariado alemão todo sob leis de exceção, apenas para atrasar minimamente o processo de desenvolvimento para uma consciência plena da sua situação como classe oprimida. Naquela época, as poucas pessoas imbuídas do conhecimento do papel histórico do proletariado tinham que se reunir secretamente, que se juntar furtivamente em pequenas comunas de três até vinte pessoas. Hoje, o proletariado alemão já não precisa mais de nenhuma organização oficial, nem secreta nem legal*; a simples e evidente conexão de camaradas de classe com a mesma maneira de pensar basta para, sem quaisquer estatutos, autoridades, resoluções e outras formas palpáveis semelhantes, abalar o Império Alemão todo. Bismarck é árbitro na Europa; fora, para além das fronteiras [da Alemanha]; mas, dentro delas, cresce diariamente de um modo mais ameaçador aquela figura de atleta do proletariado alemão – que Marx, em 1844, já anteviu: o gigante, para quem o estreito edifício do Império feito à medida dos filisteus se torna já demasiado apertado e cuja estatura poderosa e largos ombros vão crescendo até ao momento em que o seu mero levantar-se do assento faz em migalhas todo o edifício da constituição imperial. E ainda mais. O movimento internacional do proletariado europeu e americano está agora tão fortalecido que, não apenas a sua primeira forma estreita – a Liga secreta –, como mesmo a sua, segunda forma, infinitamente mais abrangente – a Associação Internacional dos Trabalhadores, pública –, se tornaram um entrave para ele; que o simples sentimento de solidariedade, repousando na compreensão da identidade da situação de classe, é suficiente, entre os operários de todos os países e línguas, para criar e manter unido um mesmo e grande partido do proletariado. As doutrinas que a

* Engels ironiza à política bismarckiana que pretendia proibir a organização político-partidária do proletariado e reprimir o movimento operário.

Liga defendeu de 1847 até 1852 e que, nessa altura, podiam ser tratadas pelos sábios filisteus, com um encolher de ombros, como quimera de cabeças loucas e exaltadas, como doutrina secreta de alguns sectários dispersos, têm agora numerosos apoiantes em todos os países civilizados do mundo, entre os condenados das minas da Sibéria como entre os pesquisadores de ouro da Califórnia; e o fundador desta doutrina, o homem mais odiado, mais caluniado do seu tempo – Karl Marx – era, quando morreu, o conselheiro sempre procurado e sempre pronto do proletariado dos dois mundos.

Londres, 8 de outubro de 1885.



adandē





SÉRIE BIBLIOTECA MARXISTA

Os comunistas se recusam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder a não ser os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar.
Proletários de todos os países, uni-vos!

Karl Marx & Friedrich Engels



adandê